

FERNANDA CASTRO MANHÃES
ROSALEE SANTOS CRESPO ISTOE
CARLOS HENRIQUE MEDEIROS DE SOUZA

o r g a n i z a d o r e s

Envelhecimento em foco

ABORDAGENS INTERDISCIPLINARES II



Envelhecimento em foco

ABORDAGENS INTERDISCIPLINARES II



Instituto Brasil Multicultural de Educação e Pesquisa - IBRAMEP
Av. Alberto Torres, 229 - Sala 1101 - Centro
Campos dos Goytacazes - RJ
28035-580 - Tel: (22) 2030-7746
Email: contato@brasilmulticultural.com.br

FERNANDA CASTRO MANHÃES
ROSALEE SANTOS CRESPO ISTOE
CARLOS HENRIQUE MEDEIROS DE SOUZA

o r g a n i z a d o r e s

Envelhecimento em foco

ABORDAGENS INTERDISCIPLINARES II



Rio de Janeiro – 2015

Copyright © 2015 Brasil Multicultural Editora

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem a expressa autorização do autor.

Diretor editorial

Décio Nascimento Guimarães

Diretora adjunta

Milena Ferreira Hygino Nunes

Coordenadora científica

Gisele Pessin

Design

Fernando Dias

Assistente editorial

Samara Moço Azevedo

Conselho Editorial

Prof. Dr. Auner Pereira Carneiro
Profª. Dra. Bianka Pires André
Prof. Dr. Cássius Guimarães Chai
Prof. Me. Décio Nascimento Guimarães
Prof. Me. Fábio Machado de Oliveira
Profª. Dra. Fernanda Castro Manhães
Profª. Me. Gisele Pessin
Prof. Me. Matheus Carvalho de Mattos
Profª. Me. Milena Ferreira Hygino Nunes
Profª. Dra. Shirlena Campos de Souza Amaral

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E59 Envelhecimento em foco : abordagens interdisciplinares II [E-book]
/ Fernanda Castro Manhães, Rosalee Santos Crespo Istoe e Carlos
Henrique Medeiros de Souza, organizadores. – Campos dos Goytacazes,
RJ : Brasil Multicultural, 2015.
224 p.

Inclui bibliografia

Modo de acesso: World Wide Web: < <http://www.brasilmulticultural.com.br> >
ISBN 978-85-5635-002-2 (E-book)

1. VELHICE – ASPECTOS SOCIAIS 2. ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR DO
CONHECIMENTO 3. ENVELHECIMENTO 4. INTERAÇÃO SOCIAL NA VELHICE
I. Manhães, Fernanda Castro (org.) II. Istoe, Rosalee Santos Crespo (org.) III.
Souza, Carlos Henrique Medeiros de (org.) IV. Título

CDD 305.26



Instituto Brasil Multicultural de Educação e Pesquisa - IBRAMEP
Av. Alberto Torres, 229 - Sala 1101 - Centro
Campos dos Goytacazes - RJ
28035-580 - Tel: (22) 2030-7746
Email: contato@brasilmulticultural.com.br

Envelhecimento em foco

ABORDAGENS INTERDISCIPLINARES II

Comitê científico/editorial

Prof. Dr. Antonio Hernández Fernández

Prof^a. Dr^a. Bianka Pires André

Prof. Dr. Carlos Henrique Medeiros de Souza

Prof^a. Dr^a. Cláudia de Barros Camargo

Prof. Me. Décio Nascimento Guimarães

Prof^a. Dr^a. Eliana Crispim França Luquetti

Prof. Dr. Fabrício Moraes de Almeida

Prof^a. Dr^a. Fernanda Castro Manhães

Prof. Dr. Gerson Tavares do Carmo

Prof. Dr. Luiz Ortiz

Prof^a. Dr^a. Maria Eugênia Totti

Prof^a. Dr^a. Martha Vegara Fregoso

Prof. Dr. Pedro Lyra

Prof^a. Dr^a. Rosalee Santos Crespo Istoe

Resumo dos autores

André Luiz Gomes de Oliveira

Possui graduação em Enfermagem pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1997), MBA em Gestão Hospitalar. Atualmente é coordenador do serviço de enfermagem do Hospital Geral de Guarus e professor titular da Universidade Salgado de Oliveira. Tem experiência na área de Enfermagem, com ênfase em UTI e Hemodinâmica.

Bianka Pires André

Doutora em Educação pela Universidade de Barcelona, Master em Comunicação e Educação pela Universidade Autônoma de Barcelona, Licenciada em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trabalhou em Barcelona como pesquisadora vinculada ao Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC). Experiência na área de Educação atuando principalmente nos seguintes temas: inclusão social, integração escolar, minoria étnica, racismo e imigração brasileira. Atualmente Professora Associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense, CCH, Laboratório de Estudo da Educação e Linguagem (LEEL), Professora do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem (UENF), e pesquisadora colaboradora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM/UFRJ) e do Grupo de Pesquisa em Educação, Migração e Infância (EMIGRA/UAB).

Camille Auatt da Silva

Graduada em Pedagogia pela UENF. Mestranda no programa de Pós-graduação de Cognição e Linguagem – UENF.

Carlos Henrique Medeiros de Souza

Professor Associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Coordenador da Pós-Graduação (Mestrado & Doutorado) Interdisciplinar em Cognição e Linguagem (PGCL/ UENF). Doutorado em Comunicação e Cultura (UFRJ). Mestrado em Educação, pós-graduação em gerência de informática e pós-graduação em produção de software (UFJF). Bacharel em Direito, Licenciado em Pedagogia (UNISA), Bacharel em Informática (CES/JF). Diretor de Pesquisa da ANINTER - SH - Associação

Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (desde out/2014). Avaliador de cursos do Conselho Estadual de Educação (CEE/RJ). Avaliador de cursos e institucional do INEP/MEC, desde 2004. Avaliador Ad hoc CNPq - Ciências sem Fronteiras. Associado a CEAD, ABED, INTERCOM, ANINTER e a SBC.

Décio Nascimento Guimarães

Pedagogo, Administrador e Orientador Educacional, Doutorando e Mestre em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). É Orientador Educacional da Prefeitura Municipal de Macaé e Técnico de Atividade Judiciária - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente é Agente de Capacitação da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - Núcleo Campos dos Goytacazes, Professor da Escola de Administração Judiciária do TJERJ, Presidente do Conselho Técnico Consultivo do Instituto Cultura e Saber e Coordenador Acadêmico do Instituto Brasil Multicultural de Educação e Pesquisa (IBRAMEP). Professor Universitário e Pesquisador nas Áreas: Educação Inclusiva, Gestão e Planejamento Organizacional, Didática, Gestão Educacional, Pedagogia Empresarial, entre outros.

Denise da Silva Gomes

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Estácio de Sá (2010), Mestrado em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (2015), atuando principalmente nos seguintes temas: terceira idade, geração, gênero e imagem corporal.

Fábio Machado de Oliveira

Doutorando em Cognição e Linguagem (Novas Tecnologias da Informação) pela Universidade do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - RJ (2015). Mestre em Cognição e Linguagem (Novas Tecnologias da Informação) pela Universidade do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - RJ (2015). Pós-Graduado em Docência no Ensino Superior pelo Centro Universitário São Camilo - Espírito Santo (2011). Possui graduação de Bacharel em Ciência da Computação pela Universidade Cândido Mendes - RJ (2005) e Licenciatura Plena em Matemática pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre - ES (2000). Profissional de TI com 13 anos de carreira desenvolvida na Delegacia de Receita Federal-DRF/07 de Campos-RJ e em empresas ligadas diretamente ao setor de tecnologia da informação, com atuação no desenvolvimento de sistemas, administração de redes, banco de dados e sistemas operacionais de código aberto.

Fernanda Castro Manhães

Pós-doutoranda em Cognição e Linguagem na Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF; Doutorado em Ciências da Educação pela Universidade Autônoma de Assunção - UAA, Mestrado em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF. Licenciada em Pedagogia, Licenciada em Educação Física. Atualmente é Diretora Acadêmica da Faculdade Metropolitana São Carlos - FAMESC e Coordenadora Geral dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu. Docente da rede Estadual de Ensino /RJ. Integrante do Projeto de extensão: Terceira Idade em Ação - CCH/UENF. Desenvolve pesquisas nas áreas de Envelhecimento Humano, Educação Básica, Ensino Superior e Práticas Educativas. Editora chefe da Revista Científica LinkSciencePlace.

Gerson Tavares do Carmo

Cursou doutorado em Sociologia Política e mestrado em Cognição e Linguagem, ambos na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), na qual é professor associado do Laboratório de Estudos de Educação e Linguagem (LEEL) - curso de Licenciatura em Pedagogia -, credenciado nos Programas de Pós-Graduação de Cognição e Linguagem e de Políticas Sociais. Possui especialização em Educação Montessoriana (OBRAPE, RJ), licenciatura curta em Ciências (Centro Educacional de Niterói), técnico em Formação de Professores (C. E. M^a Zulmira Torres, Cantagalo, RJ), licenciatura plena em Formação de Professores de Ensino Médio da área terciária (FANIP, Niterói) e graduação em Administração Pública (FGV-RJ). Em 1980, ingressa profissionalmente na área de educação, inicialmente no ensino médio, depois na educação infantil e no ensino fundamental. Desde 2002, dedica-se à Educação de Jovens e Adultos (EJA) e à alfabetização em seus fundamentos e práticas. Atua nos seguintes temas de pesquisa: memória da EJA; permanência escolar na EJA/PROEJA; criação de manuscritos escolares; medo/desejo de escrever entre discentes e docentes. É coordenador do grupo de pesquisa/CNPq - Escrita: poder e subjetividades.

Gisele Pessin

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Estácio de Sá (2010) e Mestrado em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2014). Atualmente é professora de Psicologia da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC) e Psicóloga Escolar. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Escolar/ Educacional, Desenvolvimento Humano, Sexualidade e Relações Interpessoais.

Hideliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral

Mestre em Cognição e Linguagem pela UENF (2015). Graduada em Direito (2001) e em Pedagogia (1983). Especialista em Direito Privado (2009). Especialista em Direito Público (2006) e Especialista em Educação (1986). Desenvolve projeto de Pesquisa registrado no Diretório do CNPq; Ortotanásia, direito à autodeterminação do enfermo e institutos afins; na UFES. Integra o corpo docente do Curso Jurídico da Universidade Iguazu - Campus V - Itaperuna, desde 01/03/2004. Docente do Curso de Medicina da UNIG/ Itaperuna. Atuação especialmente em D. Civil, com ênfase em Direito das Famílias e das Sucessões, Responsabilidade Civil e Direito do Consumidor.

Ieda Tinoco Boechat

Aluna regular do Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Cognição e Linguagem da UENF. Especialista em Psicologia Humanista-Existencial (UNESA). Especialista em Terapia Familiar Sistêmica Breve (Núcleo-Pesquisas da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro). Professora Universitária do Curso de Psicologia do Centro Universitário São José de Itaperuna. Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica (FAFITA). Experiência de dez anos em Psicologia e treze em Psicopedagogia Clínica. Graduada e Licenciada em Psicologia, pela Universidade Estácio de Sá. Licenciada em Ciências Naturais com Licenciatura Plena em Matemática, pela Faculdade de Filosofia de Itaperuna. Experiência de vinte e sete anos como Professora da rede estadual de ensino, vinculada à Secretaria de Estado de Educação, exercício no CEJA de Itaperuna. Atua na Docência da Pós-graduação lato sensu em Psicologia (ISE CENSA); atuou na Docência da Pós-graduação lato sensu em Psicopedagogia (UNIFESJ).

João Batista Rodrigues Júnior

Mestrando em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, trabalhando com pesquisas sobre comportamento e aprendizagem, graduado em Administração de empresas pela Universidade Estácio de Sá (2009). Atualmente é professor horista da Universidade Estácio de Sá. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração, atuando principalmente nos seguintes temas: comunicação, inteligência emocional, sucesso, comportamento e aprendizagem.

Maria Eugênia Ferreira Totti

Possui graduação em pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Varginha. Mestrado em Biocências e Biotecnologia (área de concentração - Ciências Ambientais) e doutorado em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Atualmente é professora associada na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e coordenadora da formação pedagógica do ensino a distância desta universidade no âmbito do Consórcio CEDERJ. Tem experiência nas áreas de desenvolvimento regional e educação, com ênfase em ciência política, atuando principalmente nos temas: meio ambiente, cidadania e formação de professores. É professora dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia Política e Cognição e Linguagem.

Náthani Siqueira Lima

Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Fluminense (UNIFLU). Mestranda em Políticas Sociais, na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), com inserção na linha de pesquisa Educação, Cultura, Política e Cidadania.

Patrícia Terra Siqueira

Possui graduação em Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1988), especialização em Treinamento Desportivo (1997) e mestrado em Ciência da Motricidade Humana pela Universidade Castelo Branco (2004). Atualmente é gestora e professora do Curso de Educação Física da Universidade Salgado de Oliveira, professor docente I da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, coordenadora do Programa Saúde na Escola (PSE) e presta consultoria para empresa especializada em concursos. Tem experiência na área de Educação Física Escolar; ensino fundamental, médio e EJA e Ensino Superior (nas disciplinas de Didática da Educação Física, Estágio Supervisionado, Educação Física Escolar, Metodologia da Pesquisa e Aprendizagem Motora). Também apresenta domínio de conhecimentos nos temas: memória, comportamento motor e atividade física e saúde.

Rita de Cássia Andrade da Fonseca

Possui graduação em Licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Cognição e linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense. Pós-Graduação em Treinamento Desportivo pela Universidade Salgado de Oliveira e Pós-Graduação em Natação e Atividades Aquáticas pela

Universidade Gama Filho. Atualmente é professora da Universidade Salgado de Oliveira, Faculdade Metropolitana São Carlos e do Colégio Estadual João Pessoa. Tem experiência na área de Educação Física, com ênfase em Educação Física.

Rosalee Santos Crespo Istoe

Possui graduação em Teologia - Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil/RJ. (1985), graduação em Psicologia pela Universidade Metodista de São Paulo/SP. (1991), mestrado em Psicologia da Saúde pela Universidade Metodista de São Paulo/SP. (1999) e doutorado em Saúde da Criança e da Mulher pela Fundação Oswaldo Cruz/RJ. (2007). É Psicóloga e Professora do Curso de Mestrado e Doutorado em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, atuando principalmente nos seguintes temas: 1- Graduação: Psicologia do Desenvolvimento da Criança e do Adolescente; Psicologia da Educação. 2- Mestrado e Doutorado: Educação Saúde e Gênero; Seminários Avançados e Supervisão. 3- Pesquisadora: Desenvolve pesquisas na área de Desenvolvimento e Envelhecimento Humano e, coordena o projeto da Terceira Idade em Ação na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, no município de Campos dos Goytacazes/RJ.

Shirlena Campos de Souza Amaral

Bacharel e especialista em Direito pela Faculdade de Direito de Campos (FDC). Mestre em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Doutora em Ciências Sociais e Jurídicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora Associada da UENF. Atua no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (PGPS/UENF), na linha de pesquisa Educação, Cultura, Política e Cidadania e no Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem (PGCL/UENF), na linha Pesquisas Interdisciplinares em Comunicação, Educação e Novas Tecnologias da Informação.

Tatiane Carvalho Peçanha Guimarães

Mestranda em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF Professora da Rede Pública Estadual de Ensino. Pós-Graduação Lato Sensu em História do Brasil pela UNIFLU/UFF Possui graduação em Licenciatura em História pela Faculdade de Filosofia de Campos (2004). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Colônia.

Apresentação

Propondo uma linha editorial marcada por diálogos transdisciplinares a Brasil Multicultural inaugura sua trilha no mercado literário nacional apresentando a obra *Envelhecimento em Foco*, em dois volumes, para além da declarada interdisciplinaridade.

Assumindo que a diferença determina a condição social da igualdade, o conjunto de ensaios provoca a necessária reflexão sobre a equidade e a Justiça Social na velhice ressaltando as diferentes posturas institucionais públicas. Envelhecer é tomado como possibilidade da agregação: a agregação do saber, a agregação das tecnologias, a agregação dos sujeitos.

Envelhecer é a certeza do fim, sem a predição da interrupção e do seu momento.

Na trama temaria perpassando o *eu*, o sujeito e seu tempo, suas condições pós-emancipatórias, sua atualização ante as inovações e suas tecnologias, pensar o humano e suas convenções na fase senil é rever tanto nos marcos normativos as restrições conceituais de capacidade civil, quanto de acolhimento social. O “velho” e o mar como evocado por Wild, o “Ser e o Tempo” como advertido por Heidegger, o homem e seu *con(texto)*, o ser e seu *cronos*, são posturas culturais, e portanto, políticas que se autoreferenciam e se complementam. Como envelhecer é, *a posteriori*, uma escolha coletiva, inclusive.

Experiência e cultura são nesse cenário dialógico abordados nos vieses da educação, da seguridade social, da mobilidade e da acessibilidade, bem como da sanidade e da inclusão tecnológica e seus recursos, seus desafios e suas possibilidades.

Os autores assumem seus compromissos com o presente, refletindo o passado propondo um futuro, cuja linearidade histórica infere-se em plurais intercessões da dignidade humana.

O que se segue adiante são, indubitavelmente, mais do que palavras. São desafios e são caminhos.

Boa leitura!

Cássius Guimarães Chai

Professor Adjunto de Direito Público – Universidade Federal do Maranhão

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direitos Humanos

Comissão Estadual de Combate ao Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas - MA

Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão

Escola Nacional de Mediação - ENSMP

Coordenador do GEPE Cultura, Direito e Sociedade (DGP/CNPq/UFMA)

Mestrado em Direito e Sistemas de Justiça – PPGDIR-UFMA

Academia Imperatrizense de Letras - AIL

Prefácio

Aristóteles (384-322 a.C.) dedicou um grande esforço para estudar o tempo e percebeu que, olhando pelo lado que queremos vê-lo, temos uma profunda incerteza. Uma das teorias mais revolucionárias acerca do tema, foi proposta por Albert Einstein (1879-1955) e, já na atualidade, por Stephen Hawking (1942-) que propõe uma nova teoria do tempo. Claramente, o tempo é algo que preocupa a espécie humana. O tempo está no foco do nosso pensamento e, talvez a razão principal disso, se deva ao fato de que o tempo está desaparecendo de nossas vidas ao longo do envelhecimento que experimentamos.

Na atualidade, o envelhecimento é considerado um problema de saúde pública para todos os governos, pois a pirâmide populacional tem sido revertida e temos um aumento da população envelhecida, com as consequências sociais concomitantes que isso implica.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (2002), o mundo está experimentando uma transformação demográfica: em 2050, o número de pessoas com mais de 60 anos aumentará de 600 milhões para quase 2 bilhões, e prevê-se que a porcentagem de pessoas com 60 anos ou mais se duplique, passando de 10% para 21%. Este aumento será maior e mais rápido nos países em desenvolvimento, onde se espera que a população idosa se multiplique por quatro nos próximos 50 anos.

Neste contexto, a obra que apresentamos "Envelhecimento em foco: Abordagens Interdisciplinares", organizada pelos professores: Dr^a. Fernanda Castro Manhães, Dr^a. Rosalee Santos Crespo Istoe, e Dr. Carlos Henrique Medeiros de Souza, é atual, relevante e oportuna, pois trata-se de um trabalho que apresenta diversos conceitos.

Todos esses conceitos são relevantes a uma leitura informativa, que nos leva a uma reflexão que abordará temas que vão, desde a educação e tecnologia, até aos processos psicológicos do envelhecimento. No contexto da educação tecnológica, podemos chamar de era do conhecimento ou da informação de uma nova realidade. Dos processos psicológicos, ressaltamos os ganhos cognitivos que contribuem para uma vida mais participativa.

Além disso, discute a importância de um esclarecimento sobre a idade na cultura do espetáculo da vida. Mostra as relevâncias científicas, sobre a importância e os cuidados com medicamentos e a influência da automedicação ao idoso, suas consequências e os sintomas de enfermidades.

Outro tema admirável é o ensino de línguas na terceira idade, e a importância da criatividade como estímulo de ampliação das habilidades inovadoras em suas vidas. Na sequência, abrange o estatuto do idoso e suas contribuições como agente de mudança social, bem como, o processo de envelhecimento humano, nos aspectos físicos.

Todos estes temas implicam em uma cuidadosa elaboração de um novo paradigma, que tenha o impacto de consideração como esfera especial. E também rebusca uma visão de inovação política que contribua para a integração participativa do idoso.

“Nada envelhece somente por viver um certo número de anos; as pessoas envelhecem ao abandonar seus ideais; com o passar dos anos se arrugam o rosto, mas perder o entusiasmo enrugam a alma”.

(Cícero, 45 a.C.)

Dr. Antônio Hernández Fernández
Dra. Cláudia de Barros Camargo
Universidade de Jaén, Espanha

Carta dos organizadores

O segundo volume da obra *Envelhecimento em foco: Abordagens interdisciplinares* constitui-se de textos que discorrem sobre várias dimensões do envelhecimento, dentre elas a social, biológica, psicológica, afetiva e política, estimulando o desenvolvimento de ações reflexivas. Este volume registra ainda experiências e pesquisas desenvolvidas no Projeto de Extensão Terceira Idade em Ação, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Rosalee Santos Crespo Istoe (membro da comissão organizadora deste livro), da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF.

Os dois volumes da obra *Envelhecimento em foco: abordagens interdisciplinares* nasceram do interesse dos organizadores em debater possíveis interfaces entre esses dois temas, aqui apresentados e intrinsecamente relacionados entre si. Reúnem um conjunto de artigos produzidos por docentes, discentes, pesquisadores e convidados do curso de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, com o apoio da CAPES, FAPERJ e CNPq.

E, para estimular o leitor ainda mais a um exercício reflexivo, o segundo livro vem ocupar um importante espaço na literatura científica. A temática sobre envelhecer é apontada como um dos grandes desafios da vida. Embora muitos pesquisadores concordem que o envelhecer faça parte da vida de muitas pessoas, isso acontece de maneiras e ritmos diversos para cada indivíduo. Algumas pessoas vivem mais e têm uma saúde considerada melhor do que outras. As vivências, os contextos sociais, os estilos de vida e as particularidades de cada indivíduo são fatores que podem influenciar diretamente no processo de envelhecimento, o que nos traz uma preocupação no que diz respeito à qualidade de vida dos indivíduos.

Complementando o primeiro volume, a presente obra será de grande aproveitamento para profissionais da área da educação e saúde em geral. Dedicamos este livro aos professores e alunos do Programa, assim como os profissionais envolvidos, e principalmente aos idosos do projeto Terceira Idade em Ação, que encontraram a essência para um envelhecimento saudável.

Para finalizar, aproveitamos aqui para agradecer especialmente às agências de fomento; a UENF; aos autores; aos idosos, pelo carinho e incentivo contínuo; ao grande amigo Décio Nascimento Guimarães, pela concretização desta publicação; à equipe da editora Brasil Multicultural, pelo convite e confiança depositados, e pelo apoio manifestado desde a elaboração, sistematização e aprovação do material, oportunizando uma experiência compartilhada e prazerosa. Assim, com alegria, apresentamos este livro, na perspectiva de oportunizar a crítica, o debate e o novo conhecimento.

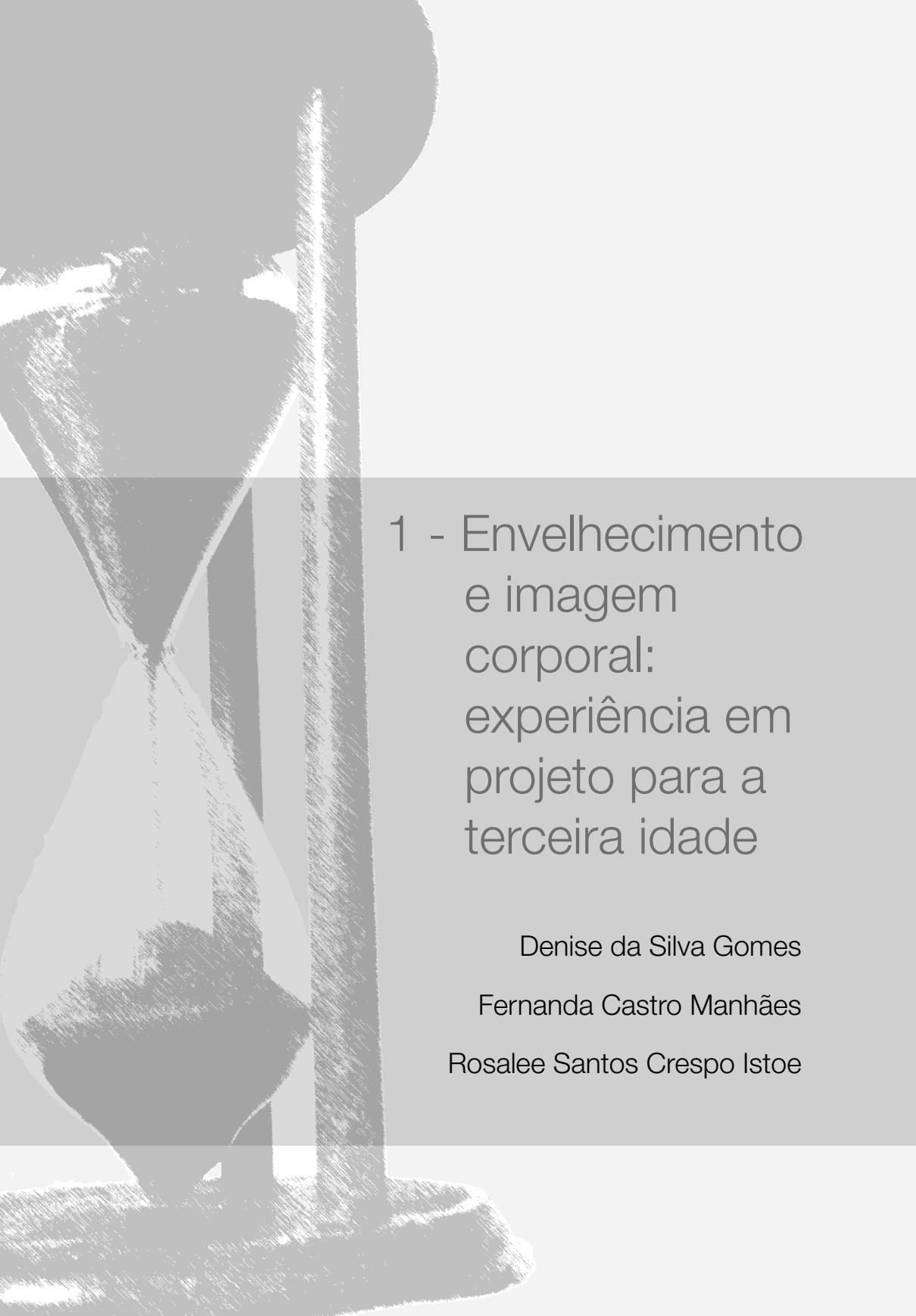
Desejamos que a leitura deste livro seja um convite para que mais pessoas se integrem à pesquisa na área interdisciplinar sobre desenvolvimento humano.

Boa leitura a todos!

Sumário

- 1 - Envelhecimento e imagem corporal:
experiência em projeto para a terceira idade 22
Denise da Silva Gomes
Fernanda Castro Manhães
Rosalee Santos Crespo Istoe
- 2 - Pessoas com deficiência, envelhecimento e
educação: superando barreiras para inclusão 54
Décio Nascimento Guimarães
Gisele Pessin
Bianka Pires André
- 3 - Revisão bibliográfica sobre as universidades
abertas à terceira idade: contextos e rumos 72
Camille Auatt da Silva
Gerson Tavares do Carmo
- 4 - Fatores biopsicossociais e aposentadoria
frente ao envelhecimento 96
André Luiz Gomes de Oliveira
Tatiane Carvalho Peçanha Guimarães
João Batista Rodrigues Júnior
- 5 - Psicomotricidade: uma proposta de movimento
para um envelhecer saudável e autônomo 118
Rita de Cássia Andrade da Fonseca
Patrícia Terra Siqueira

- 6 - O dinheiro eletrônico e o imigrante digital idoso 134
Fábio Machado de Oliveira
Maria Eugênia Ferreira Totti
- 7 - Universidades Abertas e envelhecimento humano:
uma revisão sobre marcos legais, cidadania e
educação do idoso 152
Denise da Silva Gomes
Rosalee Santos Crespo Istoe
- 8 - Sob as “réstias de sol” fluminenses: tecnologia e
publicação literária no “estágio tardio da vida” 165
Carlos Henrique Medeiros de Souza
Ieda Tinoco Boechat
Hideliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral
- 9 - A sexualidade e o envelhecimento na
contemporaneidade: reflexões sobre uma história
em construção 189
Gisele Pessin
Fernanda Castro Manhães
Rosalee Santos Crespo Istoe
- 10 - A prestação de alimentos ao idoso sob a ótica
da dignidade da pessoa humana e sua concepção
no ordenamento jurídico brasileiro 210
Shirlena Campos de Souza Amaral
Décio Nascimento Guimarães
Náthani Siqueira Lima



1 - Envelhecimento e imagem corporal: experiência em projeto para a terceira idade

Denise da Silva Gomes

Fernanda Castro Manhães

Rosalee Santos Crespo Istoe

Da velhice à terceira idade

Como objeto de atenção e intervenção pública, foi a partir da década de 1960 que a velhice destacou-se de forma significativa. Até esse período, o termo utilizado de modo corrente para designar uma pessoa idosa era apenas como “velho” ou “velhote” (PEIXOTO, 2007; SILVA, 2006). O emprego destas palavras não configurava, a priori, um insulto ou depreciação, diante o contexto da época, embora a ambigüidade do termo marcasse uma condição e lugar social.

No ano de 2002, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou como idoso aquele que possui idade igual ou superior a 60 anos, tanto nos países “desenvolvidos”, quanto nos “em desenvolvimento”. A Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/1994) e o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) adotam a mesma conformação de idade para os brasileiros (BRASIL, 2003; 2010).

Segundo Motta (1997) a noção antiga e costumeira para designar os idosos, estava vinculada à noção de decadência e inatividade. Num percurso de dois séculos, valores negativos foram investidos sobre a velhice, tomando como critério somente o potencial funcional de produtividade e reprodução de riquezas dos sujeitos em sociedade (BIRMAN, 1997). Nesta direção, o conceito de velhice que conhecemos hoje é recente em nossa tradição histórica.

Na obra *A Velhice* (1990 [1970]), Simone de Beauvoir já apontava que, apesar de se tornarem objeto de políticas específicas, os idosos de seu tempo ainda permaneciam sob uma condição escandalosa. Ressalta:

Quando compreendemos o que é a condição dos velhos, não podemos contentar-nos em reivindicar uma 'política da velhice' mais generosa, uma elevação das pensões, habitações sadias, lazeres organizados. É todo o sistema que está em jogo, e a reivindicação só pode ser radical: mudar a vida (BEAUVOIR, 1990 [1970], p. 665).

O cotidiano dos idosos e a aplicação generalizada, indiferenciada, no uso recorrente da palavra velho, tanto aos objetos, quanto às pessoas, faz predominar os significados de gasto e descartável, culminando numa concepção de morte, finitude e descarte (MOTTA, 2007).

Em paralelo, a longevidade verificada nas últimas décadas é uma realidade mundial, mesmo em países pobres e com profundas desigualdades. As condições socioeconômicas pouco favoráveis à garantia do atendimento adequado às necessidades de idosos não impediram o aumento da expectativa de vida (VERAS, 2009). Conforme aponta Carstensen (2007), a longevidade decorre dos avanços conquistados, principalmente durante o século XX. Adveio como um subproduto da busca por melhores condições para a população jovem, baseadas em suas demandas e, como resultado dos esforços culturais, científicos e tecnológicos, promoveu mudanças nos comportamentos de preservação da saúde e da qualidade de vida. O incentivo à universalização das políticas de seguridade, o acesso às aposentadorias e pensões, além dos sistemas de proteção social permitiram que os idosos se tornassem até mesmo agentes centrais no suporte familiar e referência nos domicílios (CAMARANO, 2003). Os argumentos preconceituosos que afirmavam uma fragilidade inexorável da saúde, a pauperização e exclusão na velhice passaram a ser questionados haja vista sua expressiva participação social (GOLDANI, 1999).

Para Silva (2006) a “generalização e reorganização dos sistemas de aposentadoria, substituição dos termos de tratamento da velhice, discurso da gerontologia social, interesses da cultura do consumo e movimentos das ‘políticas de identidade’” (p. 49) são os principais aspectos que consolidarão a terceira idade como categoria social. A experiência contemporânea do envelhecer insere os idosos num campo de direitos e políticas antes não estabelecidos.

O termo “terceira idade” tem origem francesa, devido à criação das *Universités du Troisième Âge* (Universidades para a Terceira Idade) na década de 1970, expressão que se expandiu para a Inglaterra em 1981, através da *Universities of the Third Age* instalada na Universidade de Cambridge, difundindo então, o termo para o idioma anglo-saxão (LASLETT, 1987 citado por DEBERT, 1997).

A forma de participação e engajamento entre mulheres e homens idosos nos espaços oferecidos para a terceira idade se diferencia no que concerne ao gênero. Eles se refletem na predominância de mulheres nos grupos com atividades extra-domésticas e propostas culturais, de lazer, organizados por entidades governamentais ou privadas. A saber, centros de convivência, clubes e universidades para a terceira idade. A participação masculina concentra-se nas associações (federações e confederações) de aposentados e pensionistas para luta por direitos sociais (MOTTA, 2010).

A maior dificuldade dos homens em adaptar-se à aposentadoria e saída do mercado de trabalho, segundo Camarano (2003), indica a baixa participação nas ocupações voltadas para a terceira idade, frente à elevada estima das mulheres por essas atividades. Debert (2010) afirma que eles apresentam uma atitude de reserva e indiferença quanto à realização das ações propostas nos espaços de sociabilidade inter e intrageracional.

Envelhecimento e imagem corporal

A imagem corporal tem sido definida por estudiosos como a formação multidimensional, onde cognição, percepção, afeto, atitude e comportamento, integram-se e constroem as representações acerca da estrutura corporal: tamanho, peso, formato e aparência física.

De acordo com Cash e Smolak (2011) nos primeiros anos da década de 1900, as ciências médicas do contexto europeu, particularmente em Viena, articulou neurologistas e psiquiatras na identificação de formas incomuns e variadas de experiência da imagem corporal. Os estudos centravam-se nas percepções suscitadas por danos cerebrais e formas neuropatológicas de experiência do corpo (CASH, 2004).

Em meio à comunidade científica da época, o psiquiatra austríaco, Paul Ferdinand Schilder, no ano de 1923, instruído pela noção de esquema corporal estabelecida por Henry Head (1861-1940), consolidou o conceito de imagem corporal. Head (1911) designou como esquema corporal o mecanismo neuronal coordenador das mudanças posturais e motrizes do corpo (ROY; PAYETTE, 2012). Sob outra perspectiva, Schilder estabelece de maneira sistêmica que a imagem corporal integra elementos inconscientes e fatores sociais ao fenômeno. Seu interesse concentrava-se nas experiências corporais decorrentes de alterações fisiológicas, ampliadas aos aspectos socioculturais e psicológicos (RIBEIRO, 2009).

Um teórico que produziu relevante aporte para o campo de estudos sobre imagem corporal, fornecendo as bases para as noções contemporâneas foi Seymour Fisher (1922-1996), psicólogo pesquisador da *State University of New York Upstate Medical Center* (SUNY), na cidade de Syracuse, aprofundou a discussão sobre o tema na América do Norte. Entre os conceitos definidos por

Fisher estão: as fronteiras da imagem corporal, a atribuição de significado a áreas específicas do corpo, consciência corporal e as distorções na percepção corporal (RIBEIRO, 2009).

Com base nas proposições de Jean Piaget (1896-1980) acerca das experiências sensório-motoras em crianças, Fisher (1990) fundamentou que as experiências corporais vividas na infância são determinantes para constituição da percepção corporal, definição do *self* e aquisição da linguagem, assim como o desenvolvimento de habilidades cognitivas relacionadas à imagem e às sensações do corpo (RIBEIRO; TAVARES, 2011).

A definição contemporânea da imagem corporal herdou os conhecimentos de inúmeras pesquisas focadas na percepção de populações universitárias, de jovens, crianças e adolescentes. Entretanto, o interesse pela pesquisa e acúmulo de literatura científica sobre a imagem corporal de adultos, em recortes etários de 40-50 anos ou mesmo de idosos, têm progredido nas últimas décadas (GROGAN, 2011).

Segundo Cash (2011), são escassos os estudos que avaliam a imagem corporal em delineamento longitudinal considerando a percepção dos mesmos sujeitos no decorrer do processo de envelhecimento. Em geral, os estudos são transversais e não apreciam as interferências geracionais. A maioria das investigações com idosos utiliza amostras comparativas a outras faixas de idade como entre jovens e adultos mais velhos.

O campo de pesquisas sobre imagem corporal no Brasil ainda é bastante recente. De acordo com Laus *et al.* (2014), a Base de Dados de Pesquisas da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) entre os anos de 2001 a 2011, apresentaram 387 dissertações e teses acadêmicas brasileiras. Esse número é considerado cinco vezes maior que a soma encontrada, nas mesmas bases, no período de 1987 a 2000.

Conforme Damasceno (2005), no Brasil ainda há um reduzido número de estudos sobre avaliação da imagem corporal que foram adaptados e transculturalizados à realidade brasileira. Para pessoas idosas, os primeiros referenciais deste tema no país foram desenvolvidos por Steglich em 1978, através do questionário de Autoestima e Autoimagem, Farias e Carvalho, em 1987 com a Escala de Autoavaliação do Esquema Corporal envolvendo o conhecimento de crenças (cognições) e percepções de indivíduos em populações variadas.

A amplitude do conceito de imagem corporal, somado ao seu manejo enquanto construto teórico por diversos campos do conhecimento impõem critérios à utilização de escalas e questionários na mensuração das atitudes e dos componentes afetivos, cognitivos e comportamentais envolvidos. Laus *et al.* (2014), afirmam que as diretrizes para tradução e adaptação de instrumentos psicométricos e sua utilização estão fundamentadas no *Standards for Educational and Psychological Tests*, tanto no Brasil, quanto em outros países, constituindo uma referência.

As normas estabelecidas permitem adaptar com precisão, validade e padronização, incluindo o rigor na tradução das perguntas e sentenças das escalas e questionários. Ao submeter um instrumento a essas normas, é fundamental segui-las, tendo em vista a variabilidade de contextos socioculturais das pesquisas (LAUS *et al.*, 2014).

A Escala de Satisfação com a Imagem Corporal construído pelas psicólogas Maria Cristina Ferreira e Neíde Leite (2002) e aplicado na presente pesquisa, consiste na formação de uma escala com duas subescalas divididas entre os 25 itens totais. A primeira escala (fator 1) é composto por 18 itens com alternativas de respostas em escala *likert* conforme a avaliação favorável ou desfavorável do entrevistado em relação à assertiva apresentada.

Os itens deste fator se referem “ao grau de satisfação com a própria aparência, tanto no que diz respeito às características intrínsecas à própria imagem corporal quanto no que se refere à repercussão desta imagem no ambiente externo, seja através de fotografias ou no outro” (FERREIRA; LEITE, 2002, p. 145).

O fator 2, a segunda subescala que abarca desde o item 19 ao 25, diz respeito à preocupação com o peso corporal, eles se referem “à necessidade de regulação e controle do peso como forma de se manter ou se obter uma auto-imagem ideal” (2002, p. 145). A escala, em modelo fechado *likert*, se configura em nível nominal e intervalar.

A formulação das assertivas de modo fechado permitiu que os sujeitos as respondessem individualmente. Ferreira e Leite (2002) afirmam que as teorias sobre imagem corporal costumam classificar seus instrumentos de avaliação a partir de duas principais categorias: medidas subjetivas e medidas perceptuais. Conforme expõem:

(...) as medidas subjetivas se destinam à avaliação dos aspectos afetivos, atitudinais e cognitivos subjacentes à imagem corporal, sendo que algumas dessas escalas avaliam o grau de satisfação genérica ou global com o peso, corpo ou aparência, enquanto outras se detêm na mensuração do grau de satisfação com partes específicas do corpo (FERREIRA; LEITE, 2002, p. 143).

No que se refere à consistência interna, esta escala possui nos fatores 1 e 2 o valor de 0,90 e coeficiente *Alfa de Cronbach* de 0,79. Esta pesquisa adota a ESIC (2002) por se tratar de um instrumento de avaliação da satisfação geral com o corpo, que contém itens de valor exploratório e que permitem delinear os fatores comuns do envelhecimento da mulher.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa contou com uma amostra de 14 mulheres idosas de idade entre 57 a 78 anos, cuja média das idades foi de 66 anos. Todas inscritas e participantes do projeto de extensão universitária “Terceira Idade em Ação” desenvolvido pelo Laboratório de Estudos da Educação e Linguagem (LEEL) na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). O universo de idosos do projeto abrange a, aproximadamente, 250 participantes. A amostra configura-se como qualitativa, não probabilística, variada e composta por indivíduos-tipo (SAMPIERI, COLLADO, LUCIO, 2006; p. 272).

O projeto de extensão empenha ações semelhantes às implantadas por outras Instituições de Ensino Superior, de acordo com o modelo da Universidade Aberta para a Terceira Idade. Segundo Veras e Caldas (2004), estes funcionam como um “centro de convivência ampliado (...) e campo de experimentação e assistência integralmente voltado para os desafios da terceira idade” (p. 432). O conjunto de idosos do projeto “Terceira Idade em Ação” é marcado pela preeminência de mulheres idosas, característica habitual nos programas para a terceira idade (DEBERT, 1999; CACHIONI, 1998; MOTTA, 2010b).

Tendo em vista conhecer a dimensão da satisfação com a imagem corporal de mulheres na terceira idade e sua relação com as variáveis sociais correspondentes ao processo de envelhecimento, lançou-se mão de uma metodologia calcada nas pesquisas aplicadas, com o enfoque qualitativo complementado por recursos estatísticos. Além disso, parte do nível exploratório em direção aos seus objetivos para formular “problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 1989; p. 44).

A pesquisa é descritiva num segundo momento da investigação especificando as características e propriedades do fenômeno estudado. Possui base qualitativa onde visa a descobrir e aperfeiçoar suas questões no decorrer do processo de investigação (SAMPIERI *et al.*, 2006).

Este estudo foi aprovado pelo Centro de Pesquisa Interdisciplinar em Cognição e Linguagem da UENF/Comitê de Ética, bem como dispôs de consentimento livre e esclarecido de todos os sujeitos da pesquisa (Res. 196/96 CONEP).

Procedimentos técnicos

Os dados foram coletados por meio de levantamento em campo com a aplicação de formulário sociodemográfico e de escalas de avaliação da imagem corporal, a saber, Escala de Satisfação com a Imagem Corporal de Ferreira e Leite – ESIC (2002) e Escala de Silhuetas de Stunkard, Sorensen e Schulsinger (1983). Ademais foram realizadas entrevistas semiestruturadas gravadas com o consentimento das idosas. Os procedimentos bibliográficos foram realizados através de publicações científicas.

Análise dos instrumentos

Como dados qualitativos, os conteúdos das entrevistas, foram transcritos e submetidos à Análise de Conteúdo nos moldes estruturados por Bardin (1977). A inferência dos conteúdos das comunicações parte da leitura inicial flutuante do material transcrito, com o propósito metodológico estabelecer critérios de seleção operacional de acordo com os objetivos da análise. A análise inferencial das respostas levantadas pelas questões abertas, parte da identificação dos elementos particulares apresentados

nos discursos de cada entrevistado. Esses são reagrupados por contiguidade demonstrada em seus elementos e aproximação semântica, desse modo, viabilizam a formulação de categorias e hipóteses inferenciais (BARDIN, 1977). A organização dos dados obtidos seguiu estas etapas e critérios:

- Reagrupamento das perguntas abertas realizadas em tabelas correspondentes aos eixos pré-estabelecidos no roteiro de entrevista;
- Leitura flutuante sobre o conjunto de respostas coletadas, relacionando-as a cada eixo de perguntas;
- Entendimento e consideração sobre os impactos da intervenção do pesquisador no campo;
- Identificação das respostas aos elementos comuns e sua prevalência;
- Análise inferencial dos conteúdos com fim de elucidação do contexto das falas, suas categorias e unidades de significado.
- Discussão à luz das teorias expostas no enquadramento científico deste estudo.

Os dados quantitativos foram tabulados em planilhas Excel (Microsoft Office, Windows 7, Vista). Foram categorizados (natureza nominal) e ordenados por postos (natureza ordinal) (LEVIN; FOX, 2004). Após tabulados, os escores obtidos foram submetidos ao tratamento estatístico. A análise estatística visou averiguar se houve correlação entre os dados e o grau de associação entre as variáveis identificando tendências e características do grupo.

O tratamento dados da Escala de Satisfação com a Imagem Corporal – ESIC (2002) considerou a correção das duas subescalas no sentido da satisfação e, “quanto maior o resultado, mais

positiva ou maior a satisfação com a própria imagem corporal. Deste modo, os itens negativos (cargas fatoriais negativas) devem ter seus escores invertidos, antes que se calcule o total do sujeito em cada subescala” (FERREIRA; LEITE, 2002, p. 145).

A Escala de Silhuetas construídas por Stunkard, Sorensen e Schlusinger (1983), que expõe nove imagens de silhuetas femininas representando as variações progressivas nas dimensões de tamanho, aparência e peso corporal. Cada uma das imagens possui um número de referência que indica o valor do seu respectivo escore, estes variam do número 1 ao número 9. As seguintes instruções: primeiramente “indique, nesta escala, qual das silhuetas representa sua imagem corporal ideal?”. Em seguida: “agora, qual das silhuetas representa sua imagem corporal real?”. A avaliação refere-se à diferença obtida entre os escores relativos a cada silhueta (real e ideal).

Resultados e discussão

Todas as idosas participantes nasceram durante as décadas de 1930 a 1950. Num conjunto de 14 idosas, a maior parte possui idade entre 57 a 65 anos (43%; n=6), 36% (n=5) possui de 66 e 70 anos e 21% (n=3) de 70 a 78 anos. Quanto à raça autodeclarada, 64% (n=9) são brancas, 28% (n=4) pardas e 7% (n=1) negras. Segundo dados da PNAD realizada em 2012, o contingente de idosos por cor da pele indicou 53,4% de idosos brancos, 37,3% pardos e 8,3% negros (IBGE, 2014).

A amostra no grupo da terceira idade apresentou um equilíbrio entre diferentes faixas etárias, demonstrando sua amplitude e heterogeneidade. Pesquisas na área indicam a prevalência da categoria de idosos jovens em grupos para a terceira idade (DEBERT, 1999; CACHIONI, 1998; MOTTA, 2010).

Uma diversidade de graus de escolaridade na população idosa participante de ações universitárias para a terceira idade foi encontrada. De acordo com Azevedo e Ferreira (2006), a intervenção do Estado sobre as famílias no começo do século XX, especialmente a partir da década de 1940, constituiu uma esfera pública de participação de mulheres em meio urbano. A transição do perfil educacional feminino, iniciada neste período, decorre da crescente industrialização, imigrações e crescimento populacional, estruturantes da ordem familiar. Tais fatores influenciaram a conquista de participação social das mulheres.

Tabela 1. Escolaridade da Amostra

Ensino Fundamental Incompleto	4	28%
Ensino Fundamental Completo	2	14%
Ensino Médio Completo	3	21%
Ensino Superior Completo	4	28%
Não informado	1	7%
TOTAL (N)	14	

Fonte: Dados da Pesquisa

Camarano, Kanso, Mello (1999) destacam que a heterogeneidade no percurso das mulheres em relação à escolaridade é expressa pelos índices de analfabetismo prevalente entre os idosos. Destacam que nos últimos 60 anos, o contingente de mulheres idosas não alfabetizadas, representava 74,2%, número bastante elevado. Embora, após as últimas décadas, este número tenha caído para quase 1/3 deste montante, influenciada pela progressão das taxas de escolarização de meninas e mortalidade da população. A conquista social de acesso à escolarização, ainda não alcançou as pessoas com mais idade, estas permanecem no grupo de indivíduos menos escolarizados (CAMARANO *et al.*, 1999).

No que diz respeito ao trabalho e às ocupações desempenhadas ao longo da vida, 35% (n = 5) das idosas tiveram o exercício profissional voltado à área escolar. A mesma proporção, 35% (n = 5) da amostra desempenharam ofício de costureira e 28% (n = 4) encontra-se na categoria elencada como “outros” (dona de casa, vendedora e manicure, entrevistadora painel e comerciante).

Para Neves e Pedrosa (2007), o espaço de trabalho das costureiras, autônomas ou industriais, em geral é desempenhado em ambiente doméstico. No domicílio elas permanecem envoltas pelos papéis de mãe, esposa e dona de casa, por realizar suas tarefas ao longo do dia, tornando sua jornada de trabalho longa e exaustiva. Ademais, são elas quem promove a força de trabalho do restante da família, tendo em vista que, através do seu trabalho, fornecem as condições necessárias para os demais desempenharem suas funções laborais em outros espaços. Neste sentido, não existe uma divisão clara entre os papéis intradomésticos e o trabalho profissional, tornando um trabalho que não garante seus custos e benefícios, nem direitos trabalhistas e sociais.

Consoante ao pesquisado por Camarano (2003), as idosas representam parte expressiva no suporte familiar, destacando que no ano 2000, ao todo das mulheres com mais de 60 anos, 77% recebiam benefícios da seguridade social, inclusive as viúvas, que deste montante, 94% delas estavam vinculadas ao sistema de proteção social. A proporção de idosas que acumulavam aposentadoria e pensão, em 2013, segundo o IBGE, foi de 11,7%, número que se destaca frente ao quantitativo de homens idosos na mesma condição, sendo representado por 2,8% (IBGE, 2013).

Quanto às atividades cotidianas, 71% da amostra (n = 10), declarou-se responsável pela limpeza e conservação domésticas em suas residências. Já 21% (n = 3) afirmou receber ajuda de outros moradores e familiares (marido, filhos e netos); 7% (n = 1) conta

com serviços de uma auxiliar remunerada. É presente na literatura científica a relação entre as mulheres e o trabalho doméstico, sobretudo com as mulheres idosas.

Para Motta (2007b), existem mecanismos entretecidos de desnaturalização da velhice e diluição das fronteiras etárias, que consistem em, simultaneamente, resistir e sobreviver ao modelo construído pelo preconceito social em relação ao idoso. Nesta direção, a antropóloga afirma que as tarefas cotidianas representam um indicador de (re)afirmação da autonomia, independência e resistência das idosas. Pois, continuando a realizá-las, podem sentir-se saudáveis e vigorosas, e em relação aos homens, neste quesito, se tornam mais independentes na velhice. As idosas se empenham mais no território das tarefas domésticas, como “donas” deste trabalho, e desses meios de produção e reprodução social. Segundo Motta (2007b), “desenha-se, aí, uma interessante questão teórica”. A autora explana:

Tendo o trabalho doméstico, como resultado do intenso debate levado pelo feminismo da década de 70, alcançando estatuto acadêmico como tema, e ao mesmo tempo se fixado politicamente como motivo e símbolo da subordinação feminina, analisado não mais apenas sob o estrito enfoque das relações de gênero, mas abrangendo o da idade/geração, adquire um outro significado, alternativo - exatamente o de meio de auto-afirmação e até de liberação (MOTTA, 2007b, p. 230).

Na velhice, de acordo com a autora, o trabalho doméstico “(...) parece ser um recurso afirmador, principalmente das mulheres de classe média” (MOTTA, 2007b, p. 230). A diferença entre classes, como dispor de recursos financeiros, contribui para a experiência

singular da velhice em relação ao trabalho doméstico, a criação de um revés.

Essa experiência se diferencia no âmbito das classes sociais, posto que para as mulheres idosas que tiveram a obrigação de realizá-lo na totalidade das tarefas cotidianas ao longo da vida, não há este benefício de auto-afirmação. Motta (2010) conclui que na função tardia de trabalho doméstico, a idosa expressa tanto uma independência e resistência, quanto a possibilidade de, neste momento da vida, tomar conta da própria casa, em casos de viuvez ou desconstrução da relação hierárquica no meio familiar.

De acordo com Silva (2006), a constituição dos grupos de pessoas empenhadas com a terceira idade provém das camadas médias urbanas, onde a categoria etária de idosos jovens representa uma parcela da população que conquistou esse espaço de participação - durante o processo de estímulos públicos pela gestão do envelhecimento.

A garantia de seus direitos, como à aposentaria, difere da parcela majoritária de idosos que vivem em condições econômicas não favoráveis e diante às mais diversas vulnerabilidades sociais. Conforme Debert (1997) e Motta (1997) o não provimento de um “lugar social” para a velhice, redirecionou com notável rapidez, seus empreendimentos de gestão e controle, para grupos e programas destinados à velhice ativa. As pesquisadoras consideram que esse redirecionamento contribuiu para a visibilidade social dos idosos.

Conjugualidades e relações familiares

As participantes da pesquisa possuem as seguintes configurações, 57% (n=8) estão casadas, 28% (n=4) viúvas e 14% (n=2) constituem outros arranjos. Em relação à satisfação geral com a vida autodeclarada, 85% (n=12) afirmaram estar satisfeitas com a

vida, de maneira geral. Apenas 7% (n=1) declarou-se insatisfeita e 7% (n=1) não soube responder.

Entre as idosas satisfeitas com a vida a metade, (50%; n=7) também afirma possuir bom relacionamento com amigos e familiares. As que disseram possuir um relacionamento ótimo foram 14% (n=2). Duas idosas da amostra (n=2; 14%) informaram considerar suas relações satisfatórias, sendo que, apenas uma idosa (n=1) 7% declarou possuir um relacionamento familiar ruim. No conjunto, apenas 14% (n=2) informou sentir-se sozinha e/ou solitária.

Rocha e Lima (2012) apontam que o idoso da contemporaneidade foi o adulto da geração em que as relações familiares se definem com base no pátrio poder. As autoras definem que, nesse momento, o domínio dos meios de subsistência domésticos centrava-se na figura do pai, que habitava com a família extensa, composta por filhos, genros e noras, onde o poder somente seria assumido pelos demais, quando o idoso falecesse. De acordo com o IPEA (2012) 1,9 milhões de idosos no Brasil moram na casa de filhos, genros ou outros parentes.

De acordo com Giddens (1993), nas vicissitudes das concepções de gênero, a experiência da geração mais jovem de mulheres difere de anos atrás, que quase sempre se estruturavam em termos da conjugalidade e do casamento, mesmo para as mulheres que não haviam se casado. O autor descreve como preponderante para determinar esta diferença, a percepção do casamento como meio de segurança e realização, oferecendo às mulheres naquele contexto histórico, maior independência e autoconfiança, diante às restrições do poder familiar de origem.

Segundo Motta (2007a), as gerações mais velhas são impelidas a se retirar das posições de poder por meio da determinação da idade, as gerações mais jovens acabam realizando essa força.

A antropóloga pondera sobre a concentração de poder dos velhos sobre a organização e estruturação das comunidades e sociedades, evidenciando no trecho:

A luta entre as gerações, que teve vigência maior em épocas anteriores, quando os mais velhos manipulavam datas e condições de eventos e protelavam a admissão da adultez plena dos filhos (inclusive pelo direito do casamento) e consequente acesso aos bens da família (MOTTA, 2007a, p. 13).

A organização familiar intergeracional, que convive no mesmo domicílio, são comuns, sobretudo em situações de baixa renda, onde os idosos, “ao ceder o espaço de sua moradia ou lote para os filhos, lançam mão de uma estratégia de sobrevivência e manutenção das gerações mais novas” (COUTRIM, 2006; p. 382).

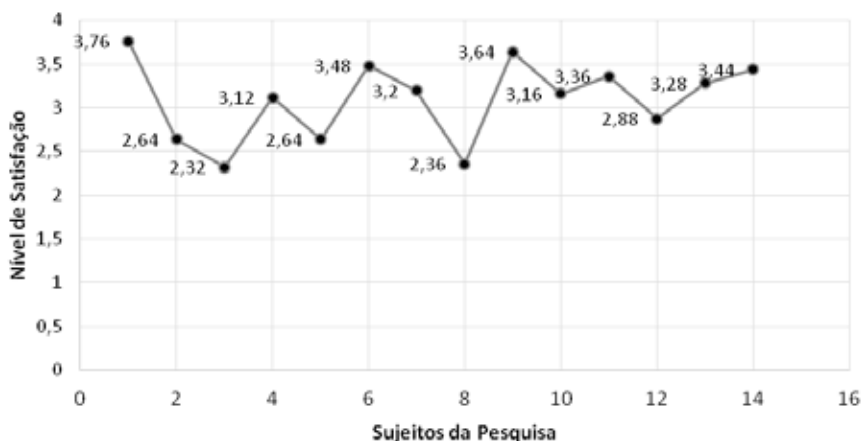
De acordo com Cabral (1997), a casa é compreendida pelos idosos como bem material e simbólico que, quando conquistado, fortalece o poder de negociação da pessoa idosa perante os demais residentes, como os filhos, netos e outros familiares. A heterogeneidade dos contextos sociofamiliares recentes, apresentam distintas relações de parentalidade e conjugalidade, que permitem a organização de arranjos inusitados nos domicílios (SUZUKI; BENTO-SILVA; FALCÃO, 2012). Estas pesquisadoras destacam que, entre as viúvas, a rede de suporte social oferecidos à terceira idade, a exemplo dos centros e universidades para a terceira idade, promove experiências de sociabilidade que interferem de maneira favorável em seu bem-estar psicológico e social.

Escala de satisfação com a imagem corporal (FERREIRA; LEITE, 2002)

Os escores obtidos pela amostra na ESIC de Ferreira e Leite (2002) foram: 17,5% (n = 2,45) estão insatisfeitas, 17,8% (n = 2,52) estão parcialmente satisfeitas, 13,2% (n = 2) está indiferente à aparência e ao peso corporal, 16,6% (n = 2,83) estão parcialmente satisfeitas e 35% (n = 5) estão totalmente satisfeitas com sua imagem corporal. Em suma, obteve-se um quadro de 35,3% insatisfeitas e 51,6% satisfeitas e 13,2% indiferentes.

Os resultados encontrados indicam que na terceira idade feminina a avaliação sobre a imagem corporal, tende a ser mais positiva e satisfatória.

Gráfico 1 - Médias dos Escores Individuais ESIC (FERREIRA; LEITE, 2002)



Fonte: Dados da Pesquisa

O gráfico acima ilustra as médias das pontuações obtidas pelas 14 sujeitos na escala de avaliação da imagem corporal (FERREIRA; LEITE, 2002). A escala de satisfação graduou de 0 a 4 pontos, em que, 0 (zero) equivale à totalmente insatisfeita, 1 (um) parcialmente insatisfeita, 2 (dois) indiferente, 3 (três) parcialmente satisfeita e 4 (quatro) totalmente satisfeita. Os escores individuais obtidos encontram-se do menor (2,32) ao máximo (3,76), demonstrando um equilíbrio da amostra frente à resposta de satisfação sobre a imagem corporal.

Apesar do estabelecimento de regras pelo senso comum do que é ou não adequado em termos da aparência física, os estudos nesta área demonstram que os idosos muitas vezes não levam isso em consideração para perceber uma maior insatisfação com o corpo.

De acordo com Grogan (2011) existem evidências de pesquisas que apontam para uma imagem mais positiva sobre o corpo, principalmente pelas mulheres com 60 anos ou mais. A autora acredita que da mesma maneira que a imagem corporal das pessoas se transforma desde a juventude até a maturidade, a satisfação com esse corpo e as práticas de investimento em sua aparência, também podem variar.

Segundo os estudos Reboussin *et al.* (2000) e Hetherington e Burnett (1994) citados por Tiggermann (2004) indicam que a satisfação corporal tende a aumentar entre os 65 e 75 anos, entre homens e mulheres. Embora existam poucas exceções ao padrão geral estável de insatisfação com o corpo na vida adulta. Cabe destacar que os dados desses estudos foram levantados no contexto da cidade de San Diego na Califórnia/Estados Unidos (1994) e Inglaterra (2000).

Em contraponto, Menezes, Brito, Oliveira e Pedraza (2014) identificaram que a proporção de idosos brasileiros satisfeitos com a imagem corporal, não é tão frequente, sobretudo entre as

mulheres. Levaram em consideração pesquisas nacionais desenvolvidas com amostras de idosos nos seguintes contextos: idosos residentes no nordeste brasileiro, participantes de universidade para a terceira idade e idosos em instituições de longa permanência. Os resultados encontrados indicam que: “a insatisfação com a imagem corporal entre idosos está relacionada a não aceitação do processo de declínio funcional do organismo e à impossibilidade de reversão do processo de envelhecimento, assim como à exigência social por um tipo físico ideal estabelecido” (MENEZES *et al.*, 2014, p. 345).

Conforme Motta (2007), as idosas mais pobres, encaram o envelhecimento numa perspectiva de “liberdade geracional” e - diferentemente das idosas de classe média - àquelas “guardam um forte conteúdo de classe: falam como ex-trabalhadoras que atingiram uma época de descanso, em que, desobrigados do trabalho, têm mais tempo para o lazer” (2007, p. 233).

Os fatores da aparência física, segundo Debert (1999) já não possuem o mesmo valor para os homens, que também falam em liberdade, mas com outros significados, abordam a independência e a tranquilidade econômica como fatores mais importantes. De acordo com Debert (1994), a preocupação com o envelhecimento, mudou não somente a sensibilidade investida sobre a velhice, mas possibilitou a transformação radical da experiência do envelhecer entre homens e mulheres. Neste sentido, afirma que as distinções entre classes são ressaltadas, em detrimento das iniquidades de gênero.

Para Alves (2004), a velhice feminina é representada como a conquista da libertação de certos controles societários e comunitários, favorecido pelo discurso de promoção da velhice ativa e autônoma, valorizando o envelhecimento para além do restrito âmbito doméstico. De acordo com a autora, as produções de significados

sobre a velhice e os dilemas envolvidos nessas definições, dependem das dimensões das interações sociais como a posição de classe, gênero e cor, para além das definições etárias e geracionais.

Escala de Silhuetas

Os resultados obtidos pela Escala de Nove Silhuetas de Stunkard *et al.* (1983), correspondem à precisão na avaliação, em termos relativos, ao próprio tamanho corporal atual. De acordo com os resultados, as idosas da amostra que se encontra com índice de massa corporal (IMC) mais elevado, tendem a demonstrar maior insatisfação com a imagem corporal, segundo a avaliação da Escala de Silhuetas. Entretanto, as que estão com maior IMC demonstram o escore 1 (um), ou seja, a variância entre a imagem do Corpo Real e do Ideal é de apenas uma figura da escala. Deste modo, o resultado geral indica que o grupo de idosas está satisfeito com a sua imagem corporal.

Segundo Gardner, Friedman, Jackson (1998) e Kakeshita (2008), as escalas de silhuetas possuem algumas limitações, os pesquisadores sustentam suas críticas a partir dos seguintes pontos: as escalas de silhuetas possuem um número reduzido de figuras representativas; existe uma limitação na escolha das figuras representativas pelos sujeitos, ou seja, ao restringir-se à escolha de apenas uma imagem real e outra ideal, limita-se a gama de representações, adequadas à uma avaliação mais precisa; o modelo de apresentação sequencial das imagens pode gerar uma distorção perceptiva, afetando sua acuidade; a escala produz algumas restrições quanto à análise estatística, devido à composição numérica ordinal.

Cabe destacar que, apesar dos incentivos à produção de novas metodologias de avaliação da IC por meio de escalas de silhuetas, ainda são escassos os recursos para avaliação de pessoas idosas,

que respeite suas características e atributos físicos, contemplando uma avaliação mais específica e fidedigna a este recorte etário.

Entrevistas Exploratórias

Entre o conjunto de sujeitos da amostra, $n=4$ não participaram esta etapa, D. H. (70 anos); L. P. (78 anos); M. S. (68 anos); A. B. (77 anos). De maneira geral, as idosas que não consentiram entrevista afirmando que não eram “boas” para “falar sobre essas coisas”, sobre tais assuntos. Também consideraram que já haviam contribuído de alguma forma para o trabalho.

No eixo de perguntas “Como você percebe a sua imagem corporal?” (EIXO 1) as entrevistadas demonstraram se perceber de maneira positiva e satisfatória. Algumas respostas ilustram o aspecto positivo, como na resposta imediata: “eu gosto da minha imagem” (57 anos). Outra participante responde: “para mim ela é boa, eu poderia ter menos barriga, poderia ter as pernas mais grossas, poderia, mas do jeito que eu sou eu acho que está bom.” (57 anos). Algumas queixas foram levantadas: “eu achava que eu deveria estar mais um pouquinho forte, eu acho mais ou menos a minha imagem corporal” (61 anos). Mais uma entrevistada responde: “Eu sou barriguda. Eu só percebo o que me incomoda mais é a parte abdominal” (63 anos). Outra afirma: “eu me acho muito baixinha, a gordura está boa, só me acho baixinha” (65 anos).

Embora apresente queixas sobre o tamanho do abdome, estatura/altura e formatos das pernas (partes do corpo apontadas como alvo de insatisfação), além do peso corporal (perceber-se acima ou abaixo do peso), o grupo de entrevistadas, afirmaram estarem satisfeitas com seus corpos. E atribuem a tais fatores, uma causalidade decorrente do processo de envelhecimento, como parte dessa etapa da vida.

De acordo com Tiggermann (2004), é esperado que a cada ano de vida, nos afastemos de um ideal de forma física magra ou musculosa, e da aparência jovial. A autora destaca que as pessoas tendem a modificar cerca de 4,6 quilogramas por década de vida até os 50 anos de idade. Tal fator é associado à menor taxa de mortalidade, pois, são ganhos de peso considerados como protetores para o desenvolvimento saudável do organismo na velhice.

De acordo com Janelli (1986), corroborado por Roy e Payette (2012), as mulheres idosas, percebem de maneira mais favorável sua avaliação geral do corpo, mais do que sobre partes específicas. Para além do peso corporal, os indicadores de envelhecimento físico que mais impactariam a satisfação com o corpo, são os cabelos grisalhos e presença de rugas.

Em um estudo explorando os significados atribuídos a rugas, Hurd (2002) concluiu que as mulheres mais velhas se dividem igualmente entre aquelas que interpretam as rugas de forma negativa e aqueles que as consideram suas marcas de faciais como medalhas de honra das experiências vividas e por terem chegado a esta etapa da vida. Esse ponto é apresentado em algumas falas elencadas no eixo: “O que é um ideal de corpo para você?”.

“Me sinto bem, bem porque é como eu falei, quantos outros não conseguiram chegar até aqui, e a gente ainda está aqui” (67 anos).

“Eu acho que nós temos que passar por diversas etapas, e agora estou nessa etapa” (66 anos).

“É uma coisa mesmo que todos temos que passar por isso, a gente deve se preparar para o melhor da velhice” (61 anos).

“Eu cheguei a terceira idade graças a Deus, não sinto nada, só dos ossos, eu me sinto perfeita, realizada” (57 anos).

As respostas apresentadas mostram o reconhecimento por terem alcançado a maturidade em condições de saúde favoráveis e satisfatórias. De acordo com Fernandes e Garcia (2010), algumas idosas quando veem de maneira negativa seus corpos, frágeis, adoecidos, modificados ou feios, compreendem tais marcas, como derivadas da sobrecarga de trabalho doméstico e em outras jornadas, da maternidade ou, por vezes, decorrente de violência física ou psicológica sofrida.

Quando perguntadas “O que é um corpo ideal para você?” (EIXO 3), todas as entrevistadas atribuíram à saúde o fator determinante deste ideal de corpo. Algumas ressaltaram a necessidade de estar com menor peso corporal para conservação da saúde do corpo, como dos joelhos e coluna.

“É a gente tentar fazer uma ginástica, uma abdominal para manter o corpo. Quando chega aos 60 e poucos é manter. A saúde em primeiro lugar e a estética em segundo” (63 anos).

“Gostaria de ser mais magra porque a pessoa sendo mais magra com certeza tem mais saúde, né? Eu acho que o peso da pessoa dificulta mais coisas, joelho, coluna, não deixa de prejudicar” (67 anos).

“Não tenho que reclamar de nada, só queria ter um pouco mais de saúde, mas o que eu tenho estou podendo tratar então não tenho nada” (69 anos).

Destacaram que, o corpo ideal é, na realidade, o corpo que possuem no momento (ocasião em que foram entrevistadas), demonstrando satisfação. Ressaltam que não possuir doenças ou outros prejuízos, é determinante para uma avaliação favorável. De acordo com Roy e Payette (2012), o tensionamento existente entre a percepção da saúde e a aparência como um item superfluo, revela que a importância atribuída à saúde por idosos era legitimada, entretanto, a importância atribuída à aparência física foi considerada como algo que se realiza em vão e desnecessariamente.

“Acho que é de acordo com a cabeça de cada um, eu me sentindo bem eu estou bem. Eu acho que tudo depende da nossa cabeça” (66 anos).

“Eu acho que é não ter doença nenhuma, não ter nada. Meu corpo é ideal, não botei silicone, para mim está ideal, de que adianta botar um monte de coisa e depois parecer que botou” (57 anos).

O corpo alterado por intervenções estéticas e os não modificados, tidos como naturais, são um ponto de tensão quanto às práticas corporais. De acordo com Alvarenga (2008), as práticas de saúde, quando direcionadas às intervenções contemporâneas, têm visado manter uma determinada “forma” do corpo, baseada na cultura hegemônica da juventude como norma, que na realidade atua como deformação deste corpo envelhescente.

A experiência socializadora promovidos pelos grupos intrageracionais da terceira idade recompõem padrões, parâmetros, vislumbrando outras relações baseadas no entusiasmo, alegria e satisfação dos idosos.

“Eu penso assim, em outros tempos ser velha tinha um outro pensamento, hoje a sociedade já vê de outra forma. Existe uma diferença entre o tempo da minha mãe e o meu tempo. Está sendo bem melhor, pelo menos tem grupos de 3ª idade e esses grupos que estão fazendo essa mudança” (66 anos).

Segundo Motta (2002) os grupos e movimentos de inspiração e origem geracional ainda não possuem substância política o bastante para terem sua expressividade reconhecida. Articulados a outros marcadores sociais como raça e gênero, gênero e geração são elementos fundamentais para a compreensão das singularidades e produção de desigualdades, objetivando a real participação das idosas e sua produção de bens culturais.

A noção de idade em divisão etária/geracional é um produto de um tempo histórico, que têm na atualidade suas fronteiras constantemente diluídas. As diferenças nos comportamentos e normas sociais regidas em diferentes tempos possibilitam vislumbrar um quadro único de uma geração que hoje é impactada pelas políticas de envelhecimento ativo. Embora questões relacionadas à atratividade física sejam apontadas, o conceito de atividade transformou as expectativas sobre o processo de envelhecimento, ao qual, embaralhado, muitas vezes, pelas boas e más intenções, promove novas representações sociais sobre a velhice, em especial, a feminina, seu público majoritário (MOTTA, 2013).

A gestão do envelhecimento ativo, da saúde e dos estilos de vida investe sobre o corpo dessas mulheres novos sentidos, identidades e experiências de velhice. Segundo Debert (2010, p. 56) ao citar Peter Laslett (1987) a invenção da terceira idade revela um experimento inusitado de envelhecimento, no qual é imprescin-

dível “inventar” uma comunidade de aposentados, de pessoas que dispõem de tempo livre, mas que, sobretudo, possua suficiente peso em capital social, como saúde física e mental, autonomia financeira, para assim atender às expectativas de um período da vida vislumbrado socialmente como àquele propício à satisfação e realização pessoal.

Considerações finais

A hipótese inicialmente estabelecida afirmava que mulheres na terceira idade apresentariam insatisfação com sua imagem corporal, devido às normas socioculturais impostas historicamente ao corpo da mulher. Após a imersão exploratória, outra hipótese foi cogitada: a satisfação com a imagem corporal na terceira idade é atribuída pelas mulheres idosas como efeito dos ganhos e conquistas obtidos em meio aos novos papéis e espaços sociais. Os resultados indicam que as idosas percebem sua imagem corporal de maneira positiva e satisfatória, quando avaliadas pelos instrumentos e entrevistas, atribuem à saúde o fator preponderante para essa determinação, além dos benefícios dos espaços de socialização para a terceira idade.

O conhecimento deste tema por meio de instrumentais do campo da imagem corporal identificou a carência de metodologias e técnicas específicas voltadas à população idosa, sendo recorrente na literatura, o uso de materiais aplicados em amostras com pessoas adultas e jovens. O aprofundamento científico junto aos idosos é imprescindível, considerando sua representatividade numérica e social, a qualidade das ações em saúde ofertadas, além do crescente processo de apropriação cultural dos corpos e das representações negativas sobre o envelhecimento. Em meio às transformações sociais, os grupos de convivência para a terceira idade despontam como espaços de sociabilidade propícios para a

construção coletiva de identidades, tornando o envelhecimento um processo gratificante, sobretudo pela possibilidade de articular os idosos para o enfrentamento da realidade a que estão inseridos e construir estratégias criativas, autônomas e libertárias.

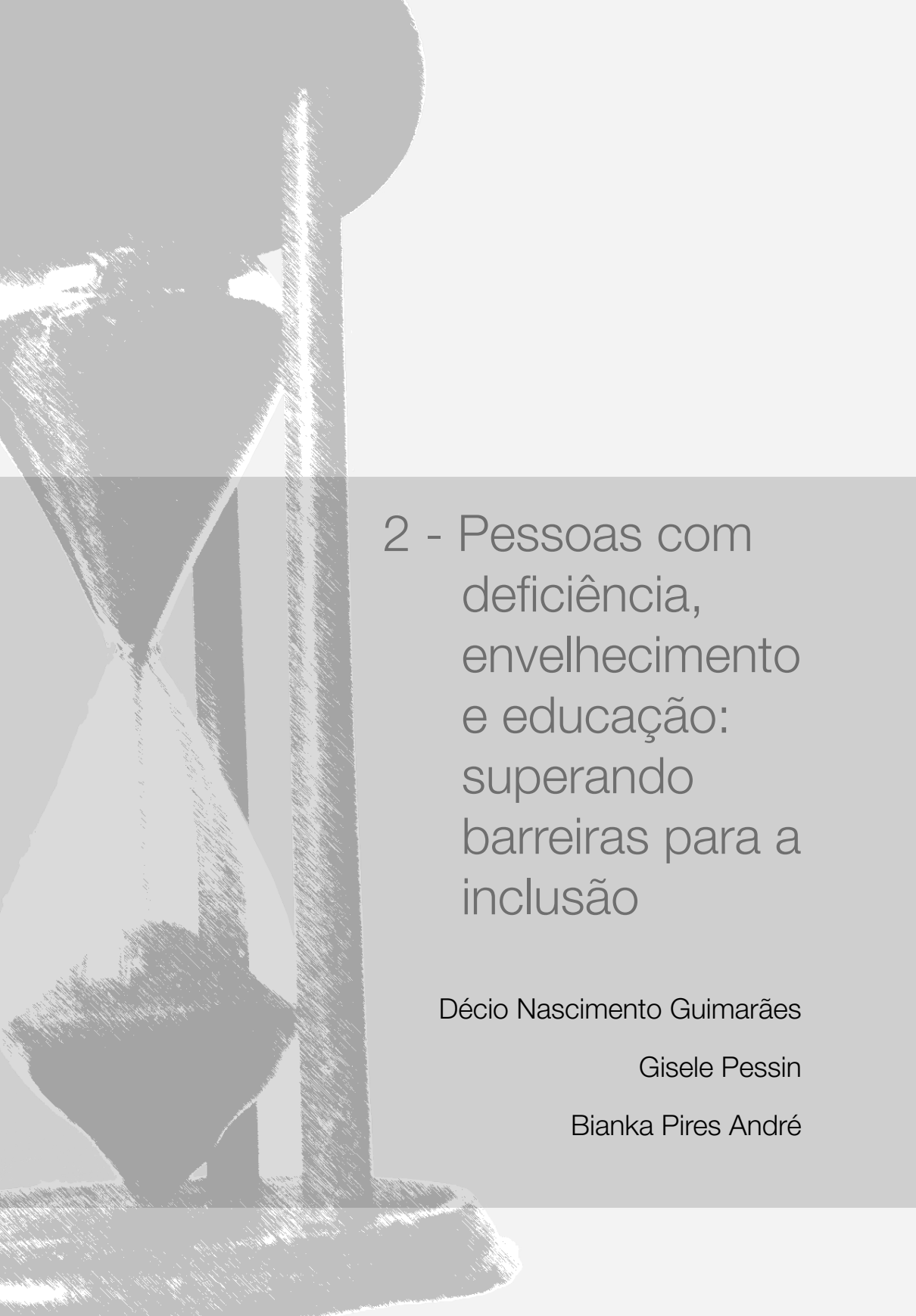
Referências

- ALVARENGA, L. F. C. **Flores de plástico não morrem...: corpo, saúde, gênero e envelhecimento**. In: Anais do 8º Congresso Fazendo Gênero: corpo, violência e poder. Florianópolis, 25 a 28 de agosto de 2008.
- ALVES, A. M. **A Dama e o Cavalheiro: um estudo antropológico sobre envelhecimento, gênero e sociabilidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- AZEVEDO, N.; FERREIRA, L. O. **Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940**. Cadernos Pagu, n.27, p. 213-254, 2006.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BEAUVOIR, S. **A Velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990 [1970].
- BIRMAN, J. **Estilo e modernidade em psicanálise**. São Paulo: Editora 34, 1997.
- BRASIL. **Estatuto do Idoso (Lei nº. 10.741/2003)**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2003.
- _____. **Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/1994)**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2010.
- CABRAL, Benedita. **A Vida Começa todo Dia**. Dossiê Gênero e Velhice. Estudos Feministas, v. 5, n. 1, p. 159. 1997.
- CACHIONI, M. **Envelhecimento bem-sucedido e participação numa Universidade para a Terceira Idade: a experiência dos alunos da Universidade São Francisco**. 1998. Dissertação de Mestrado (Faculdade de Educação) - Universidade Estadual de Campinas, 1998. Campinas/SP: UNICAMP.
- CAMARANO, A. A. **Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança?** Revista Estudos Avançados, v. 17, n. 49. São Paulo, 2003.
- _____. KANSO, S.; MELLO, J. **Como vive o idoso brasileiro?** Instituto de Pesquisa Aplicada, v. 60. Brasília: IPEA, p. 19-71, 1999.
- CARSTENSEN, L. **Growing old or living long: Take your pick**. **Stanford Center on Longevity Issues in Science and Technology** (publicação da Academia Nacional de Ciência dos Estados Unidos), p. 41-50. 2007.
- CASH, T. **Body Image: past, present, and future**. Elsevier Body Image: International Journal of Research, v.1. 2004.
- _____.; SMOLAK, L. (Orgs.). **Body Image: a hand book of science, practice, and prevention**. Nova York/NY: The Guilford Press, 2ª ed. 2011.
- COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação. **Idosos Trabalhadores: perdas e ganhos nas relações intergeracionais**. Sociedade e Estado. Brasília: DF, v. 21, n. 2, p. 367-390, 2006.

- DAMASCENO, V. O.; VIANNA, V. R. A.; VIANNA, J. M.; LACIO, M.; LIMA, J. R. P.; NOVAES, J. S. **Imagem corporal e corpo ideal**. Revista Brasileira de Ciência e Movimento, v.14, n.1, p.87-96, 2006.
- DEBERT, G. G. **A Dissolução da Vida Adulta e a Juventude como Valor**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 49-70, jul-dez. 2010.
- _____. **A Invenção da Terceira Idade e a Rearticulação de Formas de Consumo e Demandas Políticas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais (Acervo ANPOCS), v.12, n.34. São Paulo: ANPOCS, 1997.
- _____. **A Reinvenção da Velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – FAPESP, 1999.
- _____. **Gênero e envelhecimento**. Estudos feministas, v. 2, n. 3, p. 33, 1994.
- FARIAS, F. R.; CARVALHO, S. A. **Escala de auto-avaliação sobre o esquema corporal**. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 39, n. 3. Rio de Janeiro, p. 23-35. 1987.
- FERREIRA, M. C.; LEITE, N. G. M. **Adaptação e validação de um instrumento de avaliação da satisfação com a imagem corporal**. Avaliação Psicológica, v. 1, n. 2, p. 141-149, 2002
- FERNANDES, M.; GARCIA, L. **O Corpo Envelhecido: percepção e vivência de mulheres idosas**. Interface (Botucatu) – Comunicação, Saúde, Educação. vol. 14, nº 35, 2010.
- FISHER, S. **Development and Structure of the Body Image**. Vol. 2. New York: Psychology Press, [1986] 1990.
- GARDNER, Rick; FRIEDMAN, Brenda; JACKSON, Nathalie. **Methodological concerns when using silhouettes to measure body image**. Perceptual and Motor Skills, v. 86, n. 2, p. 387-395, 1998.
- GIDDENS, A. **As transformações da intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: UNESP, 1993.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 2 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A. 1989.
- GOLDANI, A. M. **Mulheres e envelhecimento: desafios para os novos contratos intergeracionais e de gêneros**. CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, p. 75-114, 1999.
- GOMES, D. S. **A Percepção da Imagem Corporal de Mulheres Idosas e sua Relação com as Condições Históricas e Socioculturais de Gênero**. Dissertação de Mestrado. 121 f. Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem. Universidade Estadual do Norte Fluminense. Campos dos Goytacazes, 2015.
- GROGAN, S. **Body Image Development in Adulthood**. CASH, T.; SMOLAK, L. **Body Image: a hand book of science, practice and prevention**. 2 ed. The Guildford Press. 2011.
- HURD, Laura. **Beauty in later life: Older women's perceptions of physical attractiveness**. Canadian Journal on Aging, v. 21, n. 3, p. 429-442. 2002.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Texto Para Discussão Nº 858 - Envelhecimento da População Brasileira: uma contribuição demográfica**. Rio De Janeiro: IPEA, 2012.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
- _____. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.
- KAKESHITA, I. S. **Adaptação e validação de Escalas de Silhuetas para crianças e adultos brasileiros**. 2008. Tese de Doutorado (Departamento de Psicologia e Educação). Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2008.
- LAUS, M. F.; KAKESHITA, I. S.; COSTA, T. M. B.; FERREIRA, M. E. C.; FORTES, L. S.; ALMEIDA, S. S. **Imagem corporal no Brasil: avanços recentes no estado de conhecimento e em questões metodológicas**. Revista Saúde Pública, v. 48, n. 2, p. 331-346, 2014.
- LEVIN, J.; FOX, J. A. **Estatística para Ciências Humanas**. 9 ed. São Paulo: Ed. Pearson Prentice Hall, 2004.
- MENEZES, T.; BRITO, K. Q.; OLIVEIRA, E. C.; PEDRAZA, D. F. **Percepção da imagem corporal e fatores associados em idosos residentes em município do nordeste brasileiro: um estudo populacional**. Ciência & Saúde Coletiva [online], v. 19, n. 8, p. 3451-3460, 2014.
- MOTTA, A. B. **A Família Multigeracional e seus Personagens. Educação e Sociedade**. São Paulo: Campinas, v. 31, n. 111, p. 435-458, abr-jun, 2010.
- _____. **Chegando pra idade**. LINS DE BARROS, M. M. (Org.). **Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política**. Rio de Janeiro: FGV, p.223-234, 2007b.
- _____. **Idade e Preconceito**. WOLFF, C. S.; FÁVERI, M.; RAMOS, T. R. O. (Colab.). **Leituras em rede: gênero e preconceito**. Florianópolis: Mulheres, p. 131-145, 2007a.
- _____. **Gênero e Geração: de articulação fundante a “mistura indigesta”**. FERREIRA, S. L.; NASCIMENTO, E. R. **Imagens da mulher na cultura contemporânea**. Coleção Bahianas. Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher (NEIM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). p. 35-49, 2002.
- _____. **Palavras e Convivência**. Revista Estudos Feministas, v. 5, n. 1, p. 129, 1997.
- NEVES, M. A.; PEDROSA, C. M. **Gênero, Flexibilidade e Precarização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções**. Sociedade e Estado. Brasília: v. 22, n. 1, p. 11-34, jan-abr, 2007.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Envelhecimento Ativo: uma política de saúde**. Segunda Assembleia das Nações Unidas sobre o Envelhecimento Madri/EP: abril, 2002.
- PEIXOTO, C. E. **Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade**. LINS DE BARROS, M. M. (Org.). **Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- ROY, M.; PAYETTE, H. **The body image construct among Western seniors: A systematic review of the literature**. Archives of Gerontology and Geriatrics, v. 55, p. 505-521, 2012.
- _____. **The body image construct among Western seniors: A systematic review of the literature**. Archives of Gerontology and Geriatrics, v. 55, p. 505-521, 2012.

- ROCHA, S. M. C.; LIMA, I. M. **A Pessoa Idosa e o Contexto Familiar: uma abordagem sociojurídica**. In: Anais do Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (I CONINTER). Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012.
- RIBEIRO, P. R. L. **As contribuições de Seymour Fisher para os estudos em imagem corporal**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: Campinas, 2009; f.117.
- _____; TAVARES, M. C. F. **As contribuições de Seymour Fisher para os estudos em imagem corporal**. Motricidade, v. 7, n. 4, p. 83-95, 2011.
- SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. H.; LUCIO, P. B. **Metodologia da Pesquisa**. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.
- SILVA, L. R. F. **Identidade etária, envelhecimento e terceira idade: criação e redefinição do curso de vida contemporânea**. 2006. 120 f. Dissertação de Mestrado. Instituto de Medicina Social. Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.
- STEGLICH, L. A. **Terceira idade, aposentadoria, auto-imagem e auto-estima**. Dissertação de Mestrado em Educação. Centro de Educação. Porto Alegre (RS): Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 1978.
- STUNKARD, A.; SORENSEN, T.; SCHULSINGER, F. **Use of the Danish Adoption Register for the study of obesity and thinness**. Research publications-Association for Research in Nervous and Mental Disease, v. 60, p. 115, 1983.
- SUZUKI, M. Y.; BENTO DA SILVA, T. L.; FALCÃO, D. V. **Idosas viúvas: da perda à reorganização**. Revista Temática Kairós Gerontologia, v.15, n.4, "Finitude/Morte & Velhice", p. 207-223. 2012.
- TAVARES, M. C. F. **Imagem Corporal: conceito e desenvolvimento**. São Paulo: Manole, 2003.
- TIGGEMANN, Marika. **Body image across the adult lifespan: Stability and change**. Body image. v. 1, n. 1, p. 29-41, 2004.
- VERAS, R. **Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações**. Revista Saúde Pública, v. 43, n. 3, p. 548-54, 2009.
- _____; CALDAS, C. P. **Promoting elderly health and citizenship: the U3A (University of Third Age) movement**. Revista Ciência & Saúde Coletiva, v. 9, n. 2, p. 423-432, 2004.



2 - Pessoas com deficiência, envelhecimento e educação: superando barreiras para a inclusão

Décio Nascimento Guimarães

Gisele Pessin

Bianka Pires André

Considerações iniciais

Ao longo da história, a educação das pessoas com deficiência esteve estruturada fora do espaço escolar, constituída paralelamente ao sistema regular de ensino. No entanto, nas últimas décadas, buscando romper com esse contexto de segregação, inicia-se um esforço global favorável à inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, beneficiando diretamente as pessoas com deficiência, garantindo aos mesmos o acesso, a permanência e a participação na escola regular, em condição de igualdade com os demais alunos.

Em âmbito nacional, o paradigma inclusivo se consolida em dispositivos legais e políticas educacionais, que proporcionam o gradativo crescimento das matrículas de alunos com deficiência em salas comuns da escola regular.

Neste cenário, torna-se relevante verificar como estão sendo incluídos no sistema educacional os idosos com deficiência, que nasceram décadas anteriores ao paradigma inclusivo.

O presente capítulo busca promover uma breve revisão histórica da educação das pessoas com deficiência no Brasil, além de apresentar o direito à educação no âmbito do envelhecimento. Destaca-se que para uma parte significativa das pessoas com deficiência a inclusão social é alcançada durante o envelhecimento.

A educação da pessoa com deficiência no Brasil

No Brasil, o processo de instrução das pessoas com deficiência tem como marco histórico o ano de 1854, ocasião em que foi criado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant (IBC), fundado na época por d. Pedro II (MAZZOTTA, 2011). Com regime de internato, a referida instituição imperial, segundo Jannuzzi, “[...] destinava-se ao ensino primário e alguns ramos do secundário, ensino de educação moral e religiosa, de música, ofícios fabris e trabalhos manuais” (2012, p. 11).

Ainda segundo a autora, também por iniciativa de d. Pedro II, em 1857, na cidade do Rio de Janeiro, foi criado o Instituto dos Surdos Mudos, hoje Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES). Desde os primórdios, a referida instituição dedica-se ao ensino literário e profissionalizante de surdos e mudos.

Com a fundação destas instituições imperiais, de acordo com Mazzotta (2011), foi inaugurado no país um período caracterizado por iniciativas isoladas, públicas e privadas, que alcançaram o final da primeira metade do século XX. Dentre as iniciativas privadas, Jannuzzi (2012) e Mazzotta (2011) ressaltam a criação de entidades não governamentais como o Instituto Pestalozzi em Porto Alegre (1926), e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) no Rio de Janeiro (1954).

De acordo com Mazzotta (2011), o Instituto Pestalozzi foi idealizado e instituído pelos professores Thiago e Johanna Würth, dedicando-se ao atendimento especializado de deficientes mentais, em regime de internato e externato. O autor ainda destaca a importância do Instituto Pestalozzi na difusão do movimento educacional do deficiente no cenário nacional e latino-americano. Em relação à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), apontada por Jannuzzi (2012) como maior precursora

da educação especial no Brasil, essa instituição buscou atender as diversas demandas da excepcionalidade nas áreas da saúde e educação. Foi fundada por um grupo de pais orientados pelo casal norte-americano Beatrice e George Bemis, membros fundadores da *National Association for Retarded Children* (MAZZOTTA, 2011). É importante destacar que, na atualidade, as APAEs se fazem representar em mais de mil e quinhentos municípios brasileiros conforme indica Silva (2010).

Embora em seu percurso histórico inicial a educação do deficiente tenha sido oferecida predominantemente em instituições especializadas, segundo Mendes (2006), desde o final do século XIX, essa também foi oportunizada em classes especiais da escola regular. Por iniciativa governamental, a partir do ano de 1957, foram organizadas campanhas nacionais voltadas especificamente para o atendimento educacional especializado das pessoas com deficiência, rotuladas à época de pessoas excepcionais (MAZZOTTA, 2011). Foram a Campanha para Educação do Surdo Brasileiro, a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficientes Visuais e a Campanha Nacional de Educação do Deficiente Mental - todas ligadas diretamente ao Ministério da Educação e Cultura (KASSAR, 2011).

As referidas campanhas foram fruto da influência e da reivindicação de instituições especializadas e associações de deficientes (Jannuzzi, 2012), e tinham como finalidade, segundo apontamentos de Kassar (2011):

[...] a promoção, em todo o território nacional, de treinamento, reabilitação e assistência educacional às pessoas com deficiências; a cooperação técnica e financeira com entidades públicas e privadas; e o incentivo de organização de cursos e entidades voltados a essa área (KASSAR, 2011, p. 27).

Finalmente, com a Lei 4.024 de 1961, a educação do deficiente tem sua especificidade afirmada, conforme Jannuzzi (2012), ocupando no texto desta lei o “título X”, composto pelos artigos “88” e “89” (BRASIL, 1961). A referida lei, em seu artigo 88, prevê a possibilidade de enquadramento da educação dos deficientes no sistema geral de educação, a fim de promover integração dos mesmos na sociedade (BRASIL, 1961). Já em seu artigo 89, garante o custeio/subsídio das iniciativas privadas em relação à educação do deficiente (BRASIL, 1961).

Apesar dessas medidas governamentais (as campanhas nacionais e LDB 4.024/1961) representarem considerável avanço para a época, os seus resultados alcançaram uma parcela bem modesta dos deficientes. Ainda neste cenário de exclusão, Jannuzzi (2012) destaca o esforço de educadores na criação de instituições e classes especiais que garantissem resultados educacionais relevantes para os deficientes, embora acontecessem em ambientes segregados.

Em 1964, com o golpe militar, a legislação brasileira é reformada a partir da Constituição Federal. De acordo com Kassab (2011), tal reforma também alcança a legislação educacional estabelecendo novas diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º grau através da Lei 5.692/1971.

A referida lei propõe, em seu texto normativo, tratamento especial para os deficientes, superdotados e aos que se encontram em considerável atraso em relação à idade regular de matrícula (BRASIL, 1971). Ao comentar essa norma, Januzzi (2012) lembra que desde a Lei 4.024/1961, a educação do deficiente estava prevista em caráter preferencial para o ensino regular.

Para Jannuzzi (2012), nesse período, a educação do deficiente começa a ser denominada por educação especial, principalmente, em discursos oficiais. Ainda de acordo com a autora, em 1973, por iniciativa do presidente Médici (1969-1974), é criado o

Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), órgão ligado ao Ministério da Educação e Cultura, com o objetivo de ampliar e melhorar o atendimento educacional dos deficientes em todo o país por meio da promoção e da implementação de estratégias que resultassem dos princípios filosóficos e políticos que fundamentam a educação especial desde a escola infantil ao Ensino Superior (BRASIL, 1973).

No Brasil, segundo Jannuzzi (2012), a década de 1970 foi marcada por consideráveis avanços na educação dos deficientes, que, apesar de ainda pouco difundida pelo poder público, ganhou notoriedade. Nesse período, a educação especial foi fortalecida pelo movimento pela integração escolar da pessoa com deficiência.

Até o final dos anos de 1980, sob a influência de organismos internacionais e movimentos sociais nacionais, diversas foram as tentativas e investidas governamentais em favor da unificação educacional no país. Essas medidas estatais resultaram em políticas, normas, planos e ações que almejaram a universalização e democratização da educação. Finalmente, em 1988, com a promulgação da atual Constituição Federal, o cenário educacional brasileiro passou a contar com relevantes conquistas que impactaram positivamente a década de 1990 (RIBEIRO, 2003).

Em seu texto legal, ao reafirmar a educação como direito social de todos, a nova Carta Magna assegura a educação pública, gratuita, obrigatória e de qualidade, buscando garantir a igualdade de condições ao acesso e permanência na escola, bem como o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente, na escola regular (BRASIL, 1988).

Apesar de sofrer críticas severas, a Constituição Federal (BRASIL, 1988), pode ser considerada um marco para a educação brasileira, e em especial para o processo de escolarização das pessoas com deficiência.

No cenário internacional, em 1990, na cidade de Jomtien - Tailândia, foi proclamada a Declaração Mundial Sobre Educação para Todos, com o objetivo de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem de todos e garantir oportunidade de acesso e permanência escolar aos menos favorecidos, aos marginalizados e às minorias excluídas historicamente do processo educacional (UNESCO, 1994).

O Brasil, na condição de nação signatária da referida declaração (UNESCO, 1994), passa a assumir os princípios, propostas e metas da mesma, como base norteadora de sua política educacional. Vale ressaltar que o referido documento internacional foi muito difundido no país, fato que favoreceu em muito o discurso do movimento favorável à inserção das pessoas com deficiência no sistema regular de ensino. É nesse momento que, pela primeira vez, a educação especial passa integrar a proposta de educação para todos do MEC (JANNUZZI, 2012).

Nesse contexto de mudanças e inovações, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei número 9.394/1996, é promulgada com alguns anos de atraso, uma vez que o início de sua tramitação na Casa Legislativa ocorreu ainda em 1988. A nova lei em vigor até os dias atuais dedica o “Capítulo V” de seu corpo normativo à educação especial. De acordo com Bueno e Melletti (2012):

[...] ao mesmo tempo em que a lei maior da educação restringe o atendimento especializado à Educação Especial, amplia a população por ela atendida, embora pelo teor de todos os artigos que compõem esse capítulo, possa se inferir que o termo “necessidades especiais” tenha sido utilizado como sinônimo de “deficiência” (BUENO; MELLETTI, 2012, p. 129).

É indiscutível a relevância da nova LDB (BRASIL, 1996) para a educação das pessoas com deficiência; no entanto, sua proposta inclusiva ainda não foi capaz de alcançar a “todos”, uma vez que a população com deficiência considerada de maior complexidade continuou às margens do processo educacional, sendo estas mantidas em espaços segregados (KASSAR, 2011).

Entre inquietações e contradições interpretativas, o movimento inclusivo inaugura o novo século ampliando sua base normativa a partir das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001) e do Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/2001). Os documentos mencionados são de grande contribuição para a política educacional brasileira.

Em relação à Resolução CNE/CEB nº 2/2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, esta determina que os sistemas de ensino garantam a matrícula de todos em escolas organizadas para o atendimento às necessidades educacionais especiais de seus educandos, assegurando a todos uma educação de qualidade (BRASIL, 2001a). Faz-se necessário salientar ainda, que a educação especial passa a atuar a partir desta resolução, complementar e suplementarmente ao processo de escolarização (FREITAS, 2009).

Já o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001, além de instituir a década da educação no país e estabelecer diretrizes promissoras para o sistema educacional brasileiro neste período, também registra contribuições significativas para o processo de inclusão na educação nacional, propondo como principal objetivo a ser alcançado, a construção de escolas inclusivas acolhedoras frente à diversidade humana (BRASIL, 2001b).

A partir do início da década da educação (2002/2011), o Brasil assume em definitivo, a proposta inclusiva na educação das pessoas com deficiência. Esse período foi marcado por inúmeras

conquistas, dentre as quais, novos instrumentos legais e políticas inclusivas, que buscaram garantir o acesso, a permanência e a participação de todos em escolas regulares sob a perspectiva inclusiva, cujo processo de construção deve ser contínuo.

A partir deste recorte histórico, percebe-se que a educação da pessoa com deficiência tem alcançado relevantes conquistas, no entanto ressalta-se que tais avanços não alcançaram os idosos com deficiência.

Envelhecimento e direito à educação

A educação é um direito de todos e como tal não pode se restringir a apenas alguns grupos etários. Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), a educação é a base para a promoção dos direitos humanos e a liberdade dos indivíduos, pois assegura-lhes dignidade e melhores condições de vida.

Observa-se que a partir da Resolução 46/91 que versa sobre os Princípios das Nações Unidas para o Idoso (ONU, 1991), os Estados signatários destinam seus esforços para a necessidade de assegurar ao idoso o direito à educação como mecanismo de integração indispensável para uma vida ativa e plena.

Segundo a Resolução 46/91 (ONU, 1991) a educação é um direito básico que deve ser garantido, uma vez que é apontado como um dos princípios de independência. Vale ressaltar que o acesso do idoso à educação encontra-se presente em todos os documentos da ONU relacionados à qualidade de vida da pessoa com mais de 60 anos.

Nas últimas décadas, a preocupação com a qualidade de vida da pessoa idosa ganha maior notoriedade, haja visto o relevante aumento dessa população. Nesse sentido, levando-se em consideração

que a educação é substancial para a ascensão social, a chegada do século XXI configura um novo paradigma para a garantia do direito do idoso à educação.

No ano de 2002, em Portugal, a ONU instituiu o documento Direitos Humanos e Pessoas Idosas (ONU, 2002a), onde novamente volta sua atenção para a saúde e a qualidade de vida do idoso, apontando que os Estados Partes têm que levar em consideração que as pessoas idosas deveriam poder ascender a diversos níveis de educação, mediante adoção de medidas adequadas para o atendimento desse grupo etário. Nesse mesmo ano em Assembleia Mundial realizada na cidade de Madri, na Espanha, foi promulgado o Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento (ONU, 2002b). Nesse documento, a educação é considerada como mecanismo para a participação plena do idoso na sociedade e para um envelhecimento ativo, pois possibilita a capacitação para atuação no mercado de trabalho. Já em seu Artigo 12, o Plano ressalta que:

Os idosos devem ter a oportunidade de trabalhar até quando queiram e de serem capazes de assim o fazer, no desempenho de trabalhos satisfatórios e produtivos e de continuar a ter acesso à educação e aos programas de capacitação. A habilitação de idosos e a promoção de sua plena participação são elementos imprescindíveis para um envelhecimento ativo. É preciso oferecer sistemas adequados e sustentáveis de apoio social a pessoas idosas (ONU, 2002b, p. 21).

O referido documento (ONU, 2002b) possui seu maior enfoque na promoção da educação como meio de assegurar a participação do idoso no mercado de trabalho com o intuito de reduzir o risco de exclusão social e/ou dependência num momento futuro da vida, apontando medidas para evitar tais situações.

Verifica-se um esforço maior voltado para a permanência das pessoas idosas no mercado de trabalho por meio de qualificação e capacitação para garantir o desempenho para tal e, conseqüentemente, mantê-las incluídas na sociedade. Ainda de acordo com o Plano de Ação Internacional (ONU, 2002b),

A educação é base indispensável para uma vida ativa e plena. [...] Uma sociedade baseada no conhecimento requer a adoção de políticas para garantir o acesso à educação e à capacitação durante toda a vida. A educação e a capacitação permanente são indispensáveis para conseguir a produtividade dos trabalhadores e das nações (ONU, 2002b, p. 41).

O mais recente documento sobre a senilidade foi elaborado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em 9 de junho de 2015. O Projeto de Resolução da Convenção Interamericana sobre a proteção dos Direitos Humanos dos Idosos defende que o idoso tem o direito à igualdade de condições de acesso à educação e de compartilhar suas experiências e conhecimentos em diferentes modalidades do ensino (OEA, 2015).

A Convenção Interamericana (OEA, 2015), atribui aos Estados Partes a responsabilidade por garantir o exercício efetivo do direito à educação do idoso e o comprometimento com: o acesso a programas educativos e de formação em diversos níveis do ciclo educativo; a promoção de programas, materiais e formatos educativos adequados e acessíveis; a redução e posterior eliminação das barreiras de acesso aos bens educativos no meio rural; a formação para o uso das novas tecnologias; a formulação de projetos para erradicação do analfabetismo; a facilitação e o fomento para participação em atividades educativas formais e informais.

Torna-se relevante refletir sobre as questões acerca do envelhecimento, tendo em vista o crescente aumento dessa população. Dessa forma, é imprescindível a reflexão sobre os documentos internacionais para a compreensão das necessidades dos idosos, uma vez que para atendê-las da melhor maneira possível é preciso antes de mais nada, conhecê-las.

Faz-se necessário possibilitar às pessoas idosas condições de acesso e permanência à educação, por meio de programas que levem em consideração as particularidades e necessidades desse grupo etário, possibilitando aos mesmos uma inclusão social efetiva e plena.

Ressalta-se que o Brasil na condição de país signatário de todos os documentos internacionais garantidores dos direitos dos idosos, tem empenhado seus esforços em adequar sua legislação e políticas em favor dos direitos sociais e da dignidade dos idosos.

Educação: quando a inclusão e o envelhecimento caminham juntos

O paradigma da educação para todos tem garantido a muitos o acesso, a participação e a aprendizagem no âmbito da escola considerada regular. Nota-se que nesse contexto, crianças, adolescentes e adultos com deficiência são beneficiadas pela política educacional inclusiva.

Desde então, é crescente o quantitativo de matrículas de crianças e adolescentes com deficiência nos estabelecimentos de ensino públicos e privados. Dessa forma, percebe-se que a população com deficiência tem exercido o seu direito à educação.

Observa-se que apesar dos avanços proporcionados pelo paradigma inclusivo, o sistema educacional brasileiro carece de ações

efetivas que assegurem o direito à educação dos idosos com deficiência, uma vez que estes durante a infância e a juventude foram excluídos do processo de escolarização.

Destaca-se que o direito à educação dos idosos com deficiência está previsto em vasta legislação. No entanto, considera-se que as ações educacionais implementadas destinadas aos idosos com deficiência ainda não são suficientes para atender as demandas destes indivíduos.

Percebe-se que por longo período os idosos com deficiência, foram ignorados até mesmo pela política inclusiva. Uma vez que estes à época eram considerados pela sociedade moderna como sub-humanos (SANTOS, 2010). Ainda de acordo com o autor, a exclusão torna-se simultaneamente radical e inexistente, uma vez que seres sub-humanos não são considerados sequer candidatos a inclusão social (SANTOS, 2010, p. 38).

A política educacional inclusiva (BRASIL, 2008), pretende garantir aos adultos e idosos com deficiência, condições para ampliação de oportunidades de aprendizagem, formação para ingresso no mundo do trabalho e efetiva participação social.

Segundo Freitas (2009), os objetivos e medidas inclusivos propostos pela política educacional inclusiva (Brasil, 2008), necessitam ser implementados com responsabilidade para que sejam alcançados em sua totalidade. Para Magalhães e Cardoso (2011), a política inclusiva não oferece modelos, mas, parâmetros norteadores a serem seguidos.

O Estatuto da pessoa com deficiência (BRASIL, 2015) estabelece como dever da família, do Estado e da sociedade, prover o acesso à educação das pessoas com deficiência, independente de sua faixa etária, concedendo a essas, prioridade na atenção por parte das políticas sociais.

Nessa perspectiva de direitos, verifica-se que os idosos com deficiência estão amplamente amparados por dispositivos legais, compilados em estatutos próprios (BRASIL, 2003) e (BRASIL, 2015).

Percebe-se que no contexto presente, os idosos com deficiência alcançaram a oportunidade de emancipação, ao conquistarem instrumentos normativos garantidores da dignidade humana, pela via dos direitos sociais. Recomenda-se a imediata adoção de estratégias específicas voltadas para a inclusão dos idosos com deficiência no âmbito educacional, que devem estar em consonância com os princípios norteadores da política inclusiva nacional (BRASIL, 2008).

Nessa direção, verifica-se que as Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2000), apresentam objetivos que alcançam a educação da população idosa. O referido documento destaca que a qualidade de vida dos idosos tem sido comprometida por estes não estarem inseridos no universo da leitura e escrita.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa para a população idosa com deficiência, a oportunidade de percorrer um novo caminho, pela via da dignidade. A educação na perspectiva inclusiva oferece aos idosos a possibilidade de atualizar conhecimentos, mostrar habilidades, trocar experiências e ter acesso a novas regiões do trabalho e da cultura (BRASIL, 2000). O Plano Nacional da Educação (BRASIL, 2014) em sua Meta 9 contempla a educação dos idosos, propondo como estratégias:

Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência

dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas (BRASIL, 2014, 9.12).

Nota-se que no cenário nacional, o sistema educacional organiza-se para oferecer aos idosos o protagonismo em políticas educacionais, em especial na atual década da educação (2014 a 2024). Nesse contexto, espera-se que a inclusão dos idosos com deficiência seja efetivada em sua plenitude.

Considerações finais

Considera-se que, no âmbito nacional, a inclusão escolar de pessoas com deficiência dispõe de uma base legal sólida, estruturada a partir da garantia constitucional da educação como direito de todos, sendo ratificada e aprimorada por ampla e eficiente legislação, que concilia as propostas inclusivas internacionais às demandas e reivindicações da sociedade brasileira.

Cabe ressaltar que esse contexto favorável à inclusão escolar resulta de uma história de lutas pela educação das pessoas com deficiência, que por longo período esteve alojada fora do espaço escolar. Muito antes da discussão global por educação para todos, as experiências de ensino dos alunos com deficiência já sinalizavam e inspiravam a viabilidade da democratização da educação, fato que torna esses sujeitos protagonistas ideais para a contextualização do atual panorama educacional.

Verifica-se que os idosos com deficiência durante longo período, estiveram fora da pauta de prioridades do movimento inclusivo. Ressalta-se nas últimas décadas um crescente esforço internacional em promover a dignidade da população idosa, através da garantia dos direitos sociais, dentre os quais destaca-se a educação.

Tendo em vista esse contexto, o presente trabalho buscou enfatizar a necessidade do sistema educacional brasileiro, adotar com prioridade ações efetivas que possibilitem a inclusão escolar dos idosos com deficiência.

Constata-se que para esses sujeitos, o envelhecimento representou a oportunidade única de adentrar o universo da educação, uma vez que durante a infância e juventude foram privados de exercerem esse direito fundamental.

Considera-se ainda, que para os idosos com deficiência, a educação é sinônimo de superação de barreiras físicas, econômicas, sociais e culturais.

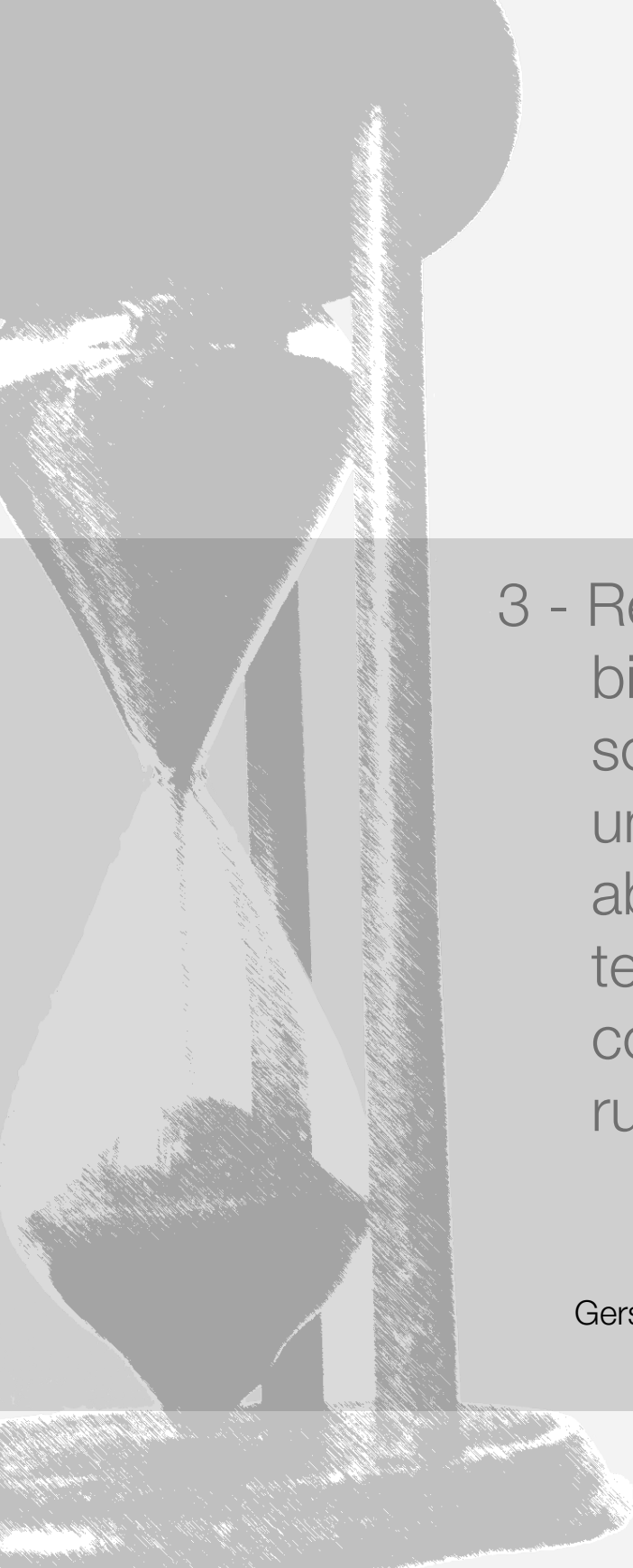
Nesse sentido, torna-se primordial que a diversidade humana seja valorizada também na dignidade dos idosos com deficiência, para que os direitos humanos sejam alcançados em sua plenitude.

Espera-se que este trabalho contribua para o fortalecimento das políticas inclusivas destinadas as pessoas idosas com deficiência. Ao mesmo tempo, que possa impulsionar uma maior discussão interdisciplinar relativa ao tema, estendendo a abordagem transversal da perspectiva inclusiva a toda humanidade, favorecendo a produção de novos trabalhos acadêmicos, a abertura de campos de estágio e a elaboração de projetos de extensão que tenham como foco não somente a inclusão de alunos com deficiência, mas de todos aqueles que se encontram excluídos do processo educacional.

Referências

- BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm. Acesso em 10 jan. 2014.
- _____. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1971/5692.htm>. Acesso em 10 jan. 2014.
- _____. **Decreto nº 72.425, de 3 de julho de 1973.** Cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), e dá outras providências. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=186315>. Acesso em 15 jan. 2014.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 10 jan. 2014.
- _____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 03 jan. 2014.
- _____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.** Parecer CNE/CEB 11/2000 - Homologado. Despacho do Ministro em 7/6/2000, publicado no Diário Oficial da União de 9/6/2000, Seção 1e, p. 15. Ver Resolução CNE/CEB 1/2000, publicada no Diário Oficial da União de 19/7/2000, Seção 1, p. 18.
- _____. **Resolução CNE/ CBE nº 2, de 11 de setembro de 2001a.** Institui diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/legislacao>. Acesso em 10 out. 2013.
- _____. **Lei n. 10.172, de 10 de janeiro de 2001b.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/legislacao>. Acesso em 15 nov. 2013.
- _____. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.
- _____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 2008.** Disponível em http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf. Acesso em 15 dez. 2013.
- _____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.
- _____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- BUENO, José Geraldo Silveira; MELETTI, Sílvia Márcia Ferreira. **Políticas de escolarização de alunos com deficiência: análise das atuais políticas e dos indicadores sociais da educação escolar.** In: MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia (Orgs.). *A pesquisa sobre inclusão escolar em suas múltiplas dimensões: teoria, política e formação.* Marília: ABPEE, 2012. p. 127-146.
- FREITAS, Soraia Napoleão. **O direito à educação para a pessoa com deficiência: considerações acerca das políticas públicas.** In: BAPTISTA; Cláudio Roberto; JESUS, Denise Meyrelles de. (Orgs.). *Avanços em políticas de inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países.* Porto Alegre, RS: Mediação, 2009. p. 221-228.

- JANNUZZI, Gilberta S. de M. **A Educação do Deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século**. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2012.
- KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Uma leitura da Educação Especial no Brasil**. In: GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krob (Ogs.). *Caminhos pedagógicos da educação especial*. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 19-42.
- MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MENDES, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 33, set-dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>. Acesso em dezembro de 2013.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. ONU, 1948. Disponível em <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>. Acesso em 27/10/2015.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 46/91**. Princípios das Nações Unidas para o Idoso de 16 de dezembro de 1991. Disponível em http://direitoshumanos.gddc.pt/3_15/IIIPAG3_15_1.htm. Acesso em 27/10/2015.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Direitos Humanos e Pessoas Idosas**. Portugal: Centro de Informação das Nações Unidas para Portugal, 2002a. Disponível em https://www.unric.org/html/portuguese/ecosoc/ageing/D_H_Pessoas_Idosas.pdf. Acesso em 27/10/2015.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Plano de Ação Internacional sobre o envelhecimento**. Madri: 2002b. Disponível em http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_manual/5.pdf. Acesso em 27/10/2015.
- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Projeto de Resolução: Convenção Interamericana sobre a proteção dos Direitos Humanos dos Idosos**. Washington: Conselho Permanente, 9 de junho de 2015. Disponível em <http://www.pastoraldapessoaidosa.org.br/images/stories/pdf/convencao-interamericana-sobre-a-protecao-dos-direitos-humanos-dos-idosos-OEA.pdf>. Acesso em 27/10/2015.
- RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri. **Perspectivas da escola inclusiva: algumas reflexões**. In: RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri; BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Orgs.). *Educação Especial: do querer ao fazer*. São Paulo: Avercamp, 2003. p. 41-52.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um Ocidente não-ocidentalista? A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal**. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2010.
- SILVA, Aline Maria da. **Educação Especial e Inclusão Escolar: História e Fundamentos**. Curitiba: Ibpex, 2010.
- UNESCO. **Conferência Mundial de Educação Especial. Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Paris: UNESCO, 1994. Disponível em portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf. Acesso em 10 dez. 2013.



3 - Revisão bibliográfica sobre as universidades abertas à terceira idade: contextos e rumos

Camille Auatt da Silva

Gerson Tavares do Carmo

Considerações iniciais

O objetivo desta pesquisa é realizar uma revisão bibliográfica temática sobre o que ficou conhecido como Universidades Abertas à Terceira Idade, especialmente em nosso país, porém não desconsiderando suas origens estrangeiras. A seleção e método de análise das publicações orientaram-se pela abrangência geográfica, institucional e crítica a respeito do que veio a se chamar de movimentos sociais da terceira idade. Concluímos que a crescente propagação de iniciativas que culminam, cada vez mais, na formação de UnATIs como solução para o acelerado envelhecimento da população brasileira expressa uma tensão, de certa forma, paradoxal. Se, por um lado, os movimentos sociais de idosos são estimulados pelas UnATIs. Por outro, em parte, tais movimentos sociais tem protagonismo enfraquecido ou relativizado pela apropriação de suas demandas pelo viés da exploração econômica.

Considerando o objetivo e consequente conclusão apreendida da revisão bibliográfica, passamos a desenvolver os argumentos que os sustentam.

Devido à baixa taxa de natalidade e principalmente a baixa taxa de mortalidade propiciada pelo avanço da medicina, a melhoria do saneamento básico e conseqüentemente condição de vida em grande parte do Brasil é possível observar que o perfil etário da população brasileira tem se alterado, resultando em um número de adultos e idosos cada vez maior. Uma pesquisa de projeção populacional realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE sobre os prospectivos do Brasil entre 1991-2000, ressalta que após a

realização do Censo Demográfico de 1991 ficou comprovado o início do processo dessa transformação etária da população, fenômeno que as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios – PNADs realizadas anteriormente já alertavam (IBGE, 2006). A mesma pesquisa projetou que a esperança de vida ao nascer no ano de 2030 será de 74,92 anos para os homens e 81,90 anos para as mulheres, algo inimaginável há anos atrás onde a expectativa de vida em 1940, por exemplo, era de 42,7 anos. Essa mudança no perfil etário brasileiro pode ser claramente observada nas pirâmides abaixo

Gráfico 1 - 1980

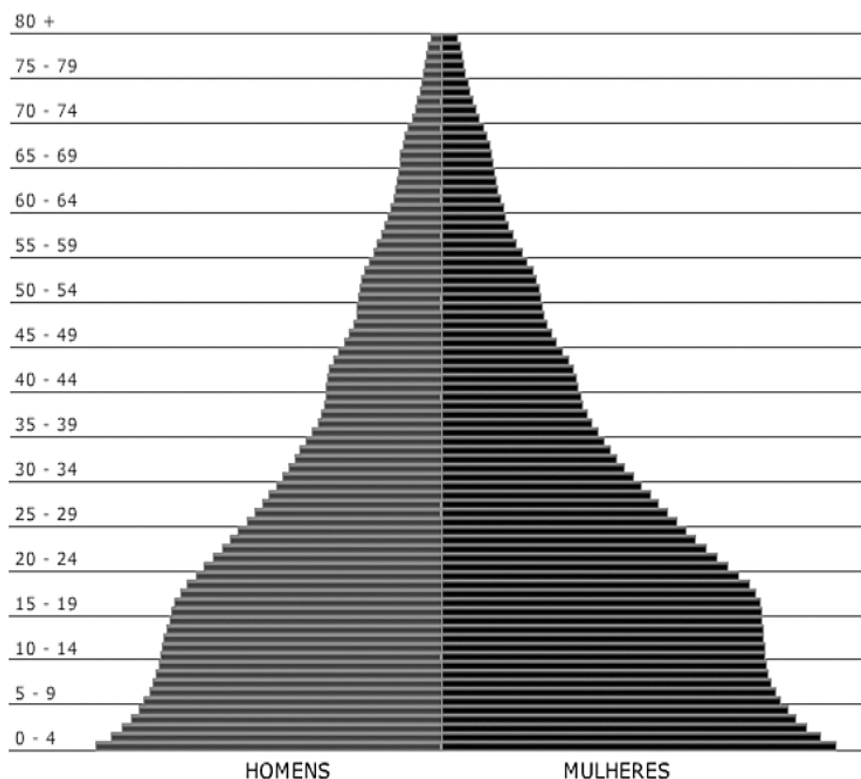
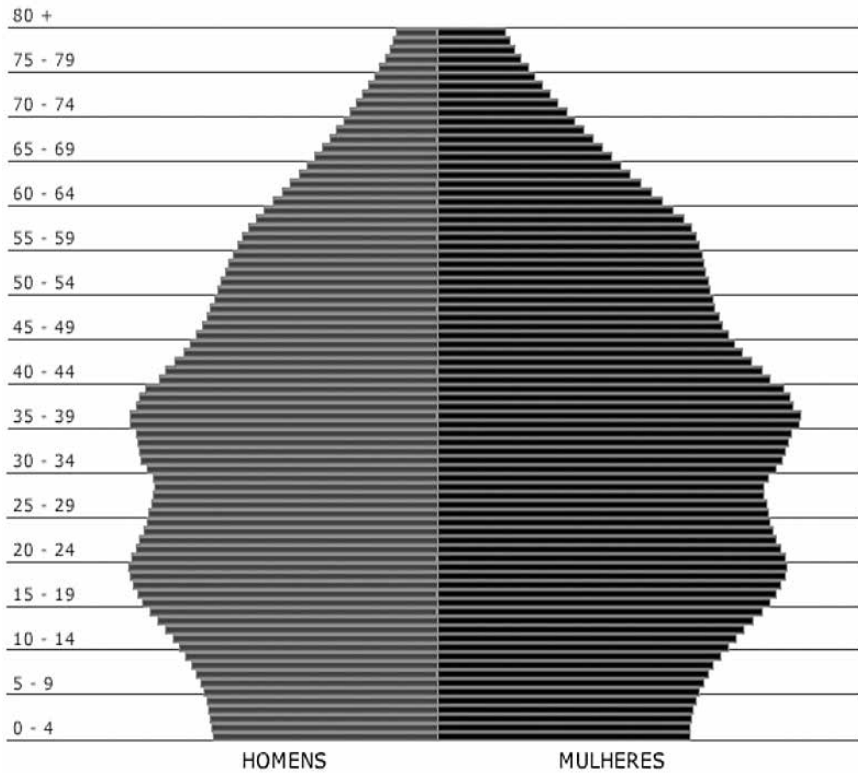


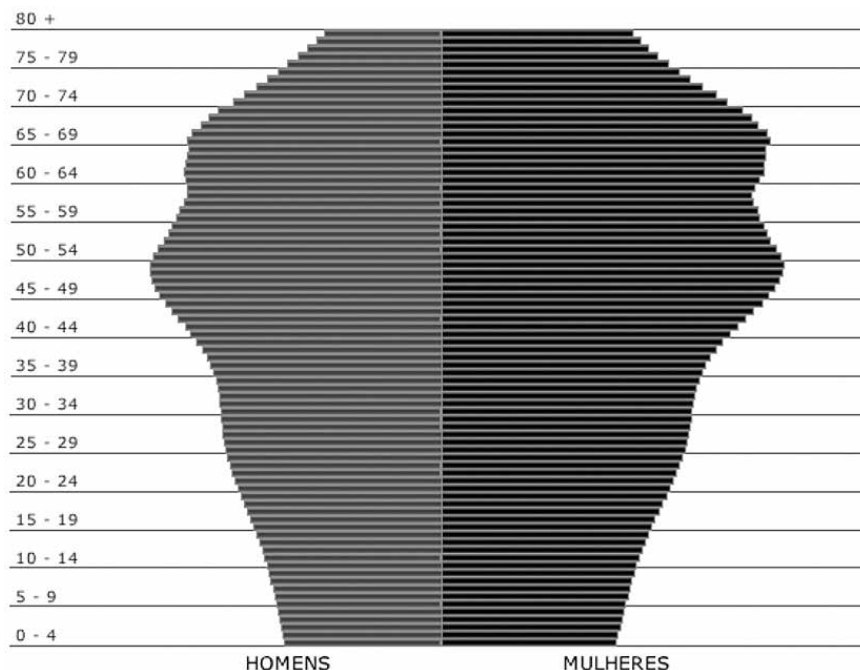
Gráfico 2 - 2020



Fonte: Projeção da População - IBGE (2008)

No gráfico 1, referente ao ano de 1980, percebe-se a base larga e o topo estreito, indicando a alta taxa de natalidade na época. No gráfico 2, na projeção para 2020, a base aparece mais estreita e o topo mais largo, indicando a diminuição no número de crianças e o aumento dos adultos e idosos.

Gráfico 3 – 2050



Fonte: Projeção da População - IBGE (2008)

O gráfico 3, por sua vez, indica que no ano de 2050 a pirâmide etária estará de “cabeça para baixo”, visto o número tão pequeno da população mais nova comparada ao número de idosos.

Essa projeção realizada pelo IBGE deixa nítido o envelhecimento a passos largos pela população brasileira, pois em um curto intervalo de anos o perfil etário da sociedade sofre grande alteração.

Por muitos anos o idoso foi visto como alguém dependente, sem expectativas e próximo da morte, o que fazia com que ele fosse invisível na sociedade. Devido a um processo histórico e reafirmado pelos ideais do capitalismo, o idoso – o “ser velho” – foi

colocado à margem como alguém que não contribuía para a economia, sendo rotulado como um ser sem valor social, um “peso”. Entretanto, atualmente o cenário é outro. Com o crescimento da população idosa em todo o mundo e no Brasil como mostram os dados acima, o país já não pode mais ser considerado “jovem”. O envelhecimento faz parte do ciclo da vida. Por meio das palavras de Brêtas (1997), Oliveira e Aguiar (2014) concluem que,

O envelhecimento é um fenômeno natural, com início no período da fecundação e término com a morte. Dessa forma, o processo de envelhecimento é entendido como o processo de vida, ou seja, envelhecemos porque vivemos muitas vezes sem nos darmos conta disto. O processo de envelhecimento contém, pois, a fase da velhice, mas não se esgota nela. A qualidade de vida e, conseqüentemente, a qualidade do envelhecimento, relacionam-se com a visão de mundo do indivíduo e da sociedade em que ele está inserido, bem como com o “estilo de vida” conferido a cada ser, [...] (BRÊTAS, 1997. p. 63 *apud* OLIVEIRA; AGUIAR, 2014, p. 4).

Entendendo a velhice como uma fase da vida pela a qual todos – em tese – vamos passar, há de se considerar maneiras de vivê-la bem e de forma saudável. Eis que (re) surge um novo ator na sociedade: o idoso.

O progresso social que proporcionou a longevidade também é responsável pela mudança no conceito de velhice. De acordo com Ordóñez e Cachioni (2009).

A velhice, aos poucos, passou a ser vista como um momento no qual se pode viver com prazer, satisfação, realização pessoal,

de modo mais maduro e também produtivo. Com essa perspectiva, passaram a ser buscadas novas posturas de atendimento e de oferta de serviços e de atividades ao idoso, compatíveis com as novas imagens do envelhecimento (ORDONEZ; CACHIONI, 2009, p. 75).

Nessa mudança de paradigma, oferecer educação aos idosos vai ao encontro com a promoção de uma velhice bem-sucedida, visto que esta pode proporcionar-lhes a manutenção das competências mentais e sociais, contribuindo para a construção de sua autonomia.

Acreditando na capacidade de aprendizagem daqueles que não são mais crianças ou jovens e principalmente na ideia de que assim como a velhice não é o fim da vida, a educação também não tem fim, as Universidades Abertas à Terceira Idade – UnATIs surgem no cenário educacional.

Contextos

Como política social no Brasil as UnATIs constituem, nos últimos quinze anos, uma experiência não só consolidada, mas em franco crescimento. Natural, portanto, que a academia passe a se interessar por registrar suas origens e os movimentos de sua expansão.

Origens

Precursoras das “Universidades da Terceira Idade”, as chamadas “Universidades do Tempo Livre” surgiram na França em meados da década de 1960. Eram oferecidas atividades sociais e culturais

para os aposentados e a preocupação era apenas de entretê-los e ocupar o tempo livre incentivando as relações dos pertencentes a esse grupo (CACHIONI; PALMA, 2006 *apud* ORDONEZ; CACHIONI, 2009). No sudoeste da França, em 1973, após pesquisar e constatar que as oportunidades ofertadas para os que envelhecem eram quase inexistentes, o professor de direito internacional Pierre Vellas decide abrir as portas da Universidade de Toulouse para os idosos. Diferente de suas precursoras, a “Universidade da Terceira Idade” tinha como objetivo,

[...] além de entreter e ocupar o tempo livre dos idosos ou aposentados como faziam as universidades do tempo livre, manifesta-se como um programa de educação permanente de caráter universitário e multidisciplinar voltado a adultos maduros e idosos (ORDONEZ; CACHIONI, 2009, p. 75).

Como demonstrativo de aceitação social e mundial, no fim da década de 70 outras 20 universidades em diversas cidades francesas foram abertas. Seguindo o modelo de Toulouse, as Universidades da Terceira Idade na Alemanha, Suíça, Polônia, e algumas na Espanha, também desenvolveram seus programas (SWINDELL; THOMPSON, 1995 *apud* GOMES; LOURES; ALENCAR, 2005).

Além da idealizada por Vellas, outros dois modelos apareceram no cenário educacional para idosos. Sem a exigência de exame ou diploma, em Nantèrre, também na França, uma universidade abriu as portas para que pessoas dessa faixa etária pudessem frequentá-la. O diferencial desse modelo era que os pertencentes à terceira idade que tinham somente o curso primário, podiam cursar junto aos demais alunos as matérias oferecidas aos alunos do curso superior. Com uma turma heterogênea no perfil etário e formação acadêmica, os alunos interagem livremente, proporcionando aos idosos

mais argumentos para discutirem problemas intelectuais e assuntos de outras gerações, além de uma valorização deles pelos jovens. O outro modelo, por sua vez, tem simultaneamente os idosos como estudantes e objetos de estudos. Cursos de formação e treinamento em Gerontologia para profissionais (em nível de extensão e especialização) e cursos de preparação para a aposentadoria são ofertados (Gomes, Loures & Alencar, 2005).

Países como Itália, Grã-Bretanha, Bélgica, Japão, Estados Unidos, Argentina e Uruguai também possuem suas Universidades da Terceira Idade, cada qual desenvolvendo o seu programa de forma flexível, atendendo as especificidades do seu público. Percebe-se, assim, uma expressiva preocupação e consideração com os idosos e a promoção de uma velhice bem-sucedida.

O Brasil, por sua vez, também fez parte desse movimento. Nas décadas de 1960 e 1970, foram criados os primeiros programas com cunho educativo para os mais velhos. Em 1963, o Serviço Social do Comércio - SESC liderou este trabalho, chamando seus associados idosos para os Grupos de Convivência, cujo objetivo era preencher o tempo livre. De acordo com Nunes (2001) no ano de 1977, os técnicos do SESC São Paulo, ao retornarem de intercâmbio na Universidade de Toulouse (França), fundaram a primeira Escola Aberta para a Terceira Idade, a qual pode ser considerada como o embrião dos programas de universidade de terceira idade do modo como estão hoje constituídos.

Segundo Cachioni (2012), foi a partir da década de 1980 que as universidades brasileiras começaram abrir espaço educacional com essa finalidade. Nesse mesmo período, foi importado e incorporado a expressão “terceira idade”, presença predominante na denominação de grupos, centros e programas nacionais para pessoas idosas. A Universidade Federal de Santa Catarina criou, em 1982, o Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI) cujo foco

era realizar estudos, divulgar conhecimentos na área da gerontologia e na formação de recursos humanos, sendo considerado o primeiro programa brasileiro com características de Universidade da Terceira Idade. Contudo, foi no ano de 1990 que um programa foi criado seguindo os moldes do modelo Francês. Na Pontifícia Universidade Católica de Campinas o objetivo era proporcionar aos mais velhos um ambiente rico em cultura e de aprendizagem, onde existisse diálogo entre seus pares, bem como a ocupação do tempo livre com a criação de vínculos sociais. Entretanto, diferente de Toulouse, os alunos brasileiros não tinham características de solidão ou inatividade, assim como não apresentavam condições de vida precária. Os idosos que frequentaram as primeiras universidades brasileiras para a terceira idade eram pessoas ativas, saudáveis e engajadas socialmente (CACHIONI, 2012). Abordando o mesmo assunto, mas fazendo uso das palavras de Sá (1998), Alzira Nunes (2001) diz que foi em agosto de 1990 que a Faculdade de Serviço Social da PUC – Campinas implantou a Universidade de Terceira Idade, a qual contou com a assessoria de Paulo Freire na discussão de sua proposta pedagógica, de extensão universitária e de educação permanente, concebida como um direito do cidadão idoso na busca da liberdade e da democracia (SÁ, 1998 *apud* NUNES, 2001).

Dessa forma, historicamente, vai se construindo o significado das UnATIs. De acordo com o Dicionário interativo da educação brasileira, “universidade aberta à terceira idade”,

[...] é denominação oficial do programa com cursos de atualização oferecidos pelas universidades à população mais idosa, também chamado de universidade da terceira idade, faculdade livre da idade adulta ou universidade da maturidade; a faixa etária dos alunos varia entre 40 e 80 anos e, ao longo do curso, não há provas

e trabalhos obrigatórios; os preços e a periodicidade variam muito segundo a instituição, em geral, as aulas acontecem de duas a três vezes por semana no período da tarde; para ingressar nessas universidades não é preciso prestar vestibular e apresentar diploma de primeiro ou segundo grau (DICIONÁRIO INTERATIVO DA EDUCAÇÃO *apud* ARRUDA, 2007, p. 104).

Fazendo uso das palavras de Alves (1997), Gomes, Loures e Alencar (2005) dizem que “os programas das Universidades da Terceira Idade procuram corresponder às necessidades características do alunado e, ao mesmo tempo, buscam alicerçar seus objetivos numa visão inovadora de currículo.” Ainda de acordo com os autores,

Os conteúdos curriculares das Universidades da Terceira Idade visam proporcionar informações e reflexões sobre o processo de envelhecimento e suas implicações biopsicossociais. As disciplinas e atividades convergem para um maior conhecimento do próprio corpo, para a superação de preconceitos que a sociedade construiu progressivamente em relação à velhice e para a consciência dos direitos e deveres como cidadãos. Por isso, estimulam a convivência social, reativam a memória, desenvolvem a criatividade e a espiritualidade, ajudam a superar as perdas e prevenir doenças que possam surgir na Terceira Idade. Além disso, propiciam a socialização das experiências de vida e incentivam a produção do saber (GOMES; LOURES; ALENCAR, 2005, p. 121).

Sendo assim, pode-se dizer que ao abrirem as portas para os idosos, as universidades estão promovendo a integração geracional e saúde a eles. Em contra partida, por estarem em um ambiente de pesquisa, esses mesmos novos atores sociais podem ser pontos de partida para novas descobertas na área da gerontologia.

Distribuição geográfica e institucional no Brasil

Em relação à quantidade, Meire Cachioni (2012) afirma que atualmente são mais de 200 programas dessa natureza no Brasil. A autora afirma ainda que

Em sua maioria caracterizam-se por projetos de extensão universitária. Configuram-se, ainda, como uma modalidade de educação permanente de natureza não-formal, uma vez que a intenção maior não é a de certificar ou profissionalizar os alunos idosos, mas, sim, abrir o mundo do conhecimento e da possibilidade de se aprender ao longo de toda a vida. O ambiente universitário, multidisciplinar e intergeracional, propicia aos mais velhos a troca de experiências, a sociabilidade, o resgate da cidadania (CACHIONI, 2012, p. 4-5).

Ainda referente ao número de universidades com programas com esse enfoque no Brasil, Ivan Arruda (2010) em seu trabalho intitulado de “O perfil das universidades da terceira idade no estado de São Paulo”, após um levantamento de dados conclui que somente no estado paulista são 55 instituições que desenvolvem o programa Universidade Terceira Idade. Sendo que 14 (25,45%) das Instituições de Ensino Superior (IES) estão localizadas na capital e 41(74,55%) têm sede no interior do estado. Outro dado interessante que o autor compartilha é que considerando a classificação

do MEC, 18 (32,73%) programas estão vinculados a universidades, 8 (14,54%) a centros universitários e 29 (52,73%) a faculdades. Em seu levantamento, o autor também constata que 8 (14,55%) são em IES públicas: federal, estadual e municipal, e 47 (85,45%) são em IES privadas. Dessas privadas que mantêm o programa, 29 (61,70%) são IES particulares com fins lucrativos, 10 (21,27%) são IES filantrópicas, 1 (2,13%) é confessional, 1 (2,13%) é comunitária e outras 6 (12,77%) recebem mais de uma classificação, como filantrópica e confessional (ARRUDA, 2010). Vale ressaltar que o autor, a princípio, identificou 428 Instituições de Ensino Superior em todo o estado, o que nos faz refletir o quanto o contingente de 55 se mostra pequeno, representando apenas 12,85%.

De acordo com Cachioni (2003), entre os anos de 1990 e 1999, o número de programas educacionais voltados para o idoso passou de seis para 140 UnATIs, atingindo 18 estados brasileiros, tendo em destaque os Estados de: São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Bahia. Em seu estudo Cachioni concluiu que no quesito investimento, as instituições de nível superior particulares são as que sobressaem nesse item, seguidas das estaduais e por último as federais. (CACHIONI, 2003 *apud* USSUELI, 2012). Sendo um segmento educacional que está em expansão no país e no meio acadêmico como tema de pesquisas, em estudo realizado por Taam (2012) a autora identificou que em 2009, o Brasil contava com 100 Universidades Abertas à Terceira Idade e que no período em que levantou os dados para sua pesquisa o país já tinha 156 unidades espalhadas de norte a sul do território brasileiro (TAAM, 2012 *apud* USSUELI, 2012).

Como exemplo de algumas universidades que já apresenta algum programa ou projeto onde os idosos são contemplados, podemos citar, na região Norte, a Universidade do Estado do Amazonas - UEA, cuja localização é na Zona Sul de Manaus. No nordeste, a Universidade Federal de Pernambuco - UFPE e a Universidade

do Estado da Bahia – UNEB também são exemplos de instituições com UnATIs. A Pontifícia Universidade Católica – PUC GOIÁS, a Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, são exemplos de instituições localizadas no centro-oeste. No Sul do país, podemos citar a Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG e na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Uma particularidade interessante sobre a UNIOESTE é que em todos os campi há um programa de Universidade Aberta, o que quer dizer que há UnATI em Toledo, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon, Cascavel e Francisco Beltrão. No sudeste do país, entre as 55 universidades identificadas por Arruda (2010), estão a Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, a Universidade de São Paulo – USP, Universidade Metodista de São Paulo com o programa de extensão “Programa Aquarela – 3ª Idade na Universidade” e a Pontifícia Universidade Católica – PUC SP. Ainda na região sudeste, no estado do Rio de Janeiro, temos como exemplo a Universidade Veiga de Almeida – UVA, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ e a Universidade Federal Fluminense – UFF onde no polo da cidade de Campos dos Goytacazes existe um programa de extensão que funciona desde 1994.

Perante esse breve levantamento, é possível perceber que assim como foi afirmado por Taam (2012), as Universidades Abertas à Terceira Idade atualmente encontram-se espalhadas por todas as regiões do país.

Rumos

Nesta seção, pretende-se registrar duas tendências, a partir das quais se pode perceber uma tensão paradoxal no que diz respeito ao protagonismo dos movimentos sociais dos idosos em relação a sua apropriação pelo viés da exploração econômica.

Movimentos Sociais de Idosos

Como já foi citado, o aumento da população idosa é uma realidade. Em 2007, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) revelou a existência, no Brasil, de quase 20 milhões de idosos, correspondendo assim a 10,5% do total da população. De acordo com o IBGE (2015):

O segmento populacional que mais aumenta na população brasileira é o de idosos, com taxas de crescimento de mais de 4% ao ano no período de 2012 a 2022. A população com 60 anos ou mais de idade passa de 14,2 milhões, em 2000, para 19,6 milhões, em 2010, devendo atingir 41,5 milhões, em 2030, e 73,5 milhões, em 2060 (IBGE, 2015).

Diante do expressivo número de idosos na sociedade e a expectativa que esse contingente só aumente fez com que o Estado voltasse os seus olhos para essa parcela da população.

No âmbito legal, a primeira referência feita aos idosos foi na Constituição de 1988, onde a velhice recebe uma atenção especial, sendo tratada como direito humano fundamental, com leis referentes à assistência social e à previdência social, proibindo qualquer forma de discriminação baseada na idade. Após esse marco jurídico, o envelhecimento passa a ser uma questão social a ser tratada, o que nos leva a concordar com Scortegagna e Oliveira (2012) quando, por meio de Bazo (1996), afirmam que “a velhice, mais que um conceito biológico, é uma construção social” (BAZO, 1996 *apud* SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2012). Ou seja, assim como a infância é algo construído socialmente, a velhice também foi.

Com o objetivo de lutar pelos direitos dos idosos e dar visibilidade à questão da velhice na sociedade brasileira, bem como reivindicar, junto ao Estado, políticas públicas de atenção a esse grupo etário, elaborou-se um conjunto de organizações da sociedade civil. De acordo com Peres (2007), este “plano de ação” era composto por quatro instituições, sendo elas: o Serviço Social do Comércio (SESC), a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), a Associação Nacional de Gerontologia (ANG) e a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP). O SESC tem como especialização o atendimento ao idoso nas áreas de lazer, cultura e educação, apresentando uma produção bibliográfica considerável sobre a velhice e o envelhecimento, tendo destaque também como o pioneiro na promoção da Universidade Aberta à Terceira Idade no Brasil; a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) é uma entidade de natureza técnico-científica, composta por médicos e gerontólogos e se autointitula como uma das pioneiras na “defesa do idoso”, promovendo cursos, simpósios e congressos cujo objetivo é difundir os conhecimentos acerca dos processos biológicos e sociais do envelhecimento; a Associação Nacional de Gerontologia (ANG) também é de natureza técnico-científica e é composta por gerontólogos sociais que têm por objetivo despertar a consciência gerontológica na sociedade em prol de melhorias nas condições de vida dos idosos. A entidade conta com publicações próprias e promove o Fórum Permanente da Política Nacional do Idoso; a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP), por sua vez, é uma entidade organizada de aposentados, que são de maioria sindicalista. Esta tem como objetivo conscientizar os aposentados e pensionistas acerca dos problemas referentes à Previdência Social no Brasil e atua junto ao Poder Público por meio de articulações e lobbies políticos (PERES, 2007).

Cada qual com sua especificidade, mas com um objetivo em comum, essas instituições foram de grande importância na elaboração e implementação da Lei 8.842, de 04 de janeiro de 1994 que foi regulamentada em 03 de julho de 1996, a Política Nacional do Idoso (PNI). Assim como tiveram papel decisivo na criação e aprovação do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI), em 13 de maio de 2002 e como última conquista, consolidaram o Estatuto do Idoso em 2003.

Apesar de ser uma temática recente e por isso ainda pouco discutida, são inegáveis as conquistas alcançadas pelo movimento, principalmente no que diz respeito ao lócus do idoso na sociedade. Aqueles que antes viviam à margem, hoje têm leis e conselhos que os representam.

Entretanto, apesar da aparente preocupação do Estado para com os idosos e as conquistas elencadas, a realidade presenciada é diferente. Assim como a população como um todo, a parcela considerada idosa é heterogênea. O envelhecimento não é só uma questão biológica, ele tem variações em si próprio. Segundo Veras (2003) no trabalho de Torres e Sá (2008):

A população idosa se constitui como um grupo bastante diferenciado, entre si e em relação aos demais grupos etários, tanto do ponto de vista das condições sociais, quanto dos aspectos demográficos e epidemiológicos. Qualquer que seja o enfoque escolhido para estudar este grupo populacional, são bastante expressivos os diferenciais por gênero, idade, renda, situação conjugal, educação, atividade econômica, etc. (VERAS, 2003, p. 8-9 *apud* TORRES; SÁ, 2008, p. 3).

Dessa forma, com os movimentos defendendo o todo e não considerando as múltiplas partes envolvidas, é muito provável que algumas conquistas não sejam usufruídas. Um exemplo claro é que mesmo tendo assegurado o direito à aposentadoria, ainda é grande o número de idosos que trabalham para complementar a renda, visto que (sobre) viver só com o valor da aposentadoria, para muitos, é impossível. Sendo assim, é importante se questionar por quem esses movimentos são liderados e para qual grupo, dentro dos pertencentes à terceira idade, as políticas públicas são elaboradas.

O envelhecimento como segmento de exploração econômica – e outras críticas

Estudos como o de Machado (2007), Peres (2007) e Torres e Sá (2008) discutem sobre o grande abismo existente entre a lei e a realidade dos idosos no Brasil. A começar pela transformação da velhice em comércio. Para Peres (2007) a dedicação especial à velhice presente na Constituição de 1988 não foi por acaso, para o autor, o Estado estava interessado na grande massa de eleitores idosos (PERES, 2007). Citando Bobbio (1997) o autor ainda diz que “Em uma sociedade de consumo onde tudo pode ser comprado e vendido, onde tudo tem um preço, também a velhice pode se transformar em uma mercadoria” (BOBBIO, 1997 *apud* PERES, 2007).

Segundo o autor, por vivermos em uma sociedade capitalista, o envelhecimento populacional abriu um nicho no mercado voltado para os idosos. De acordo com Marcos Peres (2007):

[...] observamos o surgimento de inúmeras empresas de previdência privada (ligadas aos bancos), de saúde, reabilitação ou rejuvenescimento, de lazer/turismo e de educação (universidades da terceira idade), todas elas especializadas em serviços

destinados aos idosos aposentados, principalmente àqueles de maior poder aquisitivo, que além de disporem de maior tempo livre, tinham maior potencial de consumo que os idosos de classe baixa (PERES, 2007, p. 148).

Percebe-se a ênfase que o autor faz ao citar sobre os serviços voltados para os idosos com maior poder aquisitivo, deixando clara a sua opinião que o Estado e outras instâncias tinham, em primeiro lugar, interesse com fins lucrativos e não a luta de fato para a promoção de uma velhice bem-sucedida como era veiculado.

De fato, um idoso ativo se torna mais interessante para o Estado, uma vez que ele não representa apenas um “gasto” para o governo e sim movimenta a economia por meio de compras, viagens e outras atividades. Contudo, a realidade econômica da maioria dos idosos brasileiros não os permite esse tipo de atitude. Se a infância e a juventude já foram difíceis, a velhice se configura ainda pior. Além do mais, Scortegagna e Oliveira (2012) vão dizer que, de acordo com Who (2005) “a palavra ‘ativo’ refere-se à participação contínua nas questões sociais, econômicas, culturais, espirituais e civis, e não somente à capacidade de estar fisicamente ativo ou de fazer parte da força de trabalho” (WHO, 2005 *apud* SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2012).

Entretanto, a educação pode ser apontada como um obstáculo para se posicionarem como atores sociais, pois esta tem um papel político fundamental, devendo desempenhar um papel eminentemente democrático, ser um lugar de encontro e de permanente troca de experiências (GADOTTI, 1984 *apud* SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2012). Devido à dificuldade de acesso no passado ou proibição de estudar no caso das mulheres, o número de analfabetos idosos no Brasil é grande. Segundo pesquisa realizada pelo

IBGE sobre a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, fazendo um comparativo entre o ano de 2011 e 2012, o grupo de idade que apresentou maior índice, nos dois anos, foi o de “60 anos ou mais”. No ano de 2011, o contingente de analfabetos idosos era de 24,8% e em 2012, a pesquisa apontou um resultado de 24,4%. Apesar da diminuição, a porcentagem ainda é muito alta quando comparada ao grupo de idade “15 a 19 anos”, cuja taxa se manteve em 1,2%.

É possível dizer que essa lacuna existente em sua educação formal, por vezes, impossibilita o idoso de frequentar as Universidades Abertas à Terceira Idade, pois por medo ou simplesmente desconhecimento da existência destas, este idoso permanece à margem da sociedade. Da mesma forma acontece em relação às políticas públicas voltadas para esse público. Como anteriormente citado, tais conquistas foram feitas por instituições que representam os idosos, e não por eles em si. Diferente das leis trabalhistas onde os trabalhadores foram à luta pelos seus direitos, a grande maioria dos idosos não faz parte dos movimentos sociais que têm como objetivo lutar pelo direito deles. Sobre o assunto, Peres (2007) diz que:

[...] um fato em particular é bastante curioso nesse processo: a ausência quase completa dos próprios idosos em meio às ações que visam promover a sua cidadania. São as organizações representativas da velhice, e não os idosos, que têm se mobilizado no sentido de solicitar ações do Estado (PERES, 2007, p. 152).

Percebe-se uma “terceirização” da luta pelos direitos que só afasta o idoso de assumir o seu papel na sociedade e reivindicar realmente o que lhe incomoda e acha necessário a mudança, como a aposentaria.

De acordo com Peres (2007), no que diz respeito à previdência social - exatamente aquela que representa um dos principais direitos do trabalhador e na maioria das vezes a sua única fonte de renda na velhice - o enfoque tanto no Plano Nacional do Idoso quanto no Estatuto do Idoso é quase nulo. O que deixa explícito o quanto movimentos sociais não liderados por aqueles que realmente têm interesse na conquista de direitos, como o “movimento social do idoso sem o idoso”, pode apresentar resultados suspeitos, e porque não dizer, tendenciosos. Sobre esse fenômeno, o autor por meio de Vieira (1987) conclui que:

A política social desde 1964 reduziu-se a uma série de decisões setoriais na Educação, na Saúde, na Previdência Social e na Assistência Social, servindo geralmente para desmobilizar as massas carentes da sociedade. Ela ofereceu serviços sem antes perguntar quais eram as necessidades reais. Duvida-se de que isso se chame de política social (VIEIRA, 1987, p. 232 *apud* PERES, 2007, p. 155).

Dessa forma, conclui-se que enquanto existir a exposta burocracia por parte de uma minoria que se considera responsável pelos idosos, o protagonismo social do idoso, na prática, continuará emergente. É importante ressaltar que o cenário já se alterou, mas muito ainda precisa ser feito, principalmente no que tange a educação, pois é por meio dela que eles alcançarão a autonomia.

Considerações finais

Perante o exposto é possível concluir que o surgimento e expansão das UnATIs como solução para o aumento no número da população idosa foi fundamental para a mudança no conceito de

velhice ter mudado ao longo da história, proporcionando cada vez mais, o idoso a ter destaque na sociedade. Entretanto, muito ainda precisa ser feito para que esse protagonismo social seja assumido pela classe dos que pertencem à Terceira Idade.

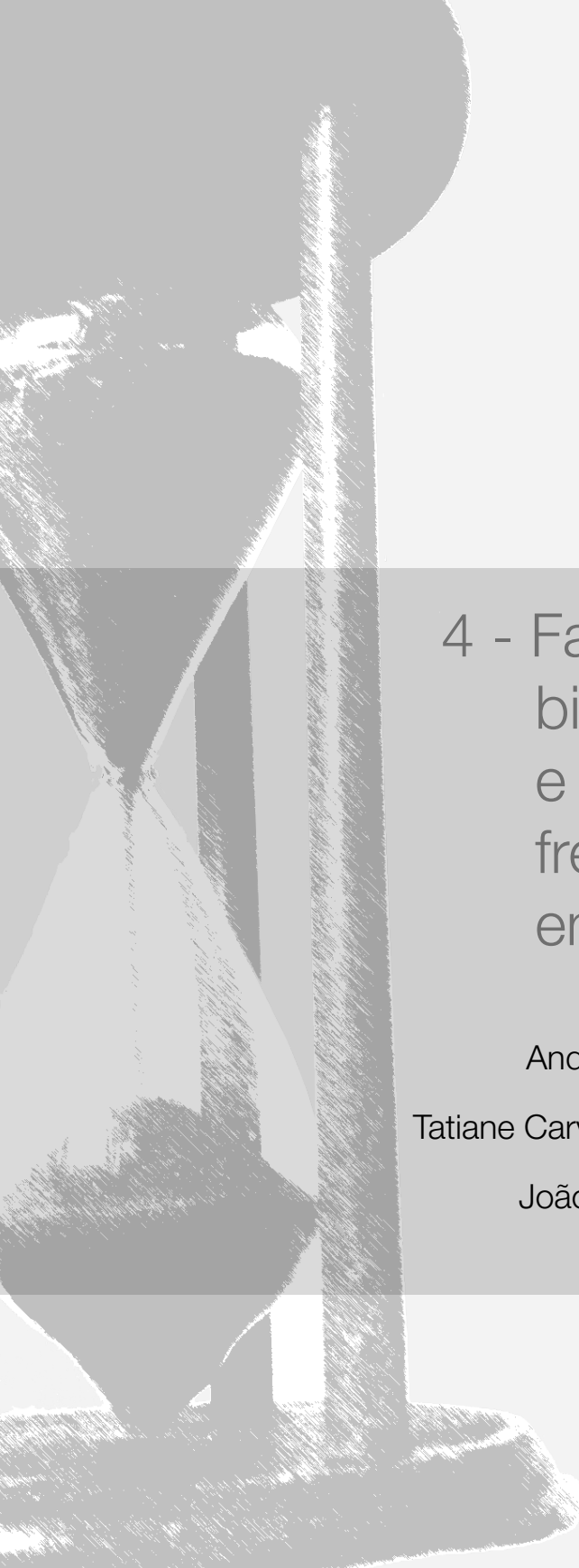
As conquistas no âmbito legal precisam ser reconhecidas por eles e, mais que tudo, novos questionamentos devem ser feitos por eles. A representatividade praticamente nula de idosos nos grupos e movimentos que lutam pela classe não dá a grande maioria dos idosos a sensação de “empoderamento” necessária para que a classe se sinta parte da sociedade. A “terceirização do envelhecimento” como forma de exploração econômica faz com que os resultados das lutas em prol dos idosos, bem como as políticas voltadas para eles sejam questionadas, principalmente quando se considera a realidade atual. É possível observar e com relativa frequência muitos idosos ainda trabalhando para complementar a renda ou então fazendo verdadeiro malabarismo com a aposentaria para conseguir comprar todos os remédios e (sobre) viver. A noção de “velhice bem-sucedida” pregado pelo governo é usufruído por uma minoria, e, por isso, pode-se dizer que a considerada última etapa da vida ainda é uma fase difícil para muitos.

Desta forma, encerra-se o artigo com uma dúvida/indagação: em que medida é bem vinda, em uma UnATI, uma formação política de direitos humanos? Essa medida, talvez, possa servir de parâmetro para se perceber o grau de comprometimento da iniciativa universitária com a noção de “velhice bem sucedida” numa perspectiva crítica, cujas demandas sociais de dignidades humanas no movimento social dos idosos estariam incluídas em suas pautas de atividades, caracterizando, portanto, seu grau de participação na “linha de frente” na busca e garantia pelos seus direitos.

Referências

- AGUIAR, T. M. S.; OLIVEIRA, K. P. de. **Um olhar sobre o novo idoso brasileiro frente ao estigma em torno do envelhecimento e a atuação do assistente social no centro de referência da felicidade.** Revista Seminário Integrado, Toledo, v.8, n.8, 2014. Disponível em: http://intertemas.unitedtoledo.br/revista/index.php/Seminario_Integrado/article/viewFile/4627/4389. Acesso em 30 de julho de 2015.
- ARRUDA, I. E. A. **Reflexões sobre o idoso e o programa Universidade da Terceira Idade.** Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano, Passo Fundo, v. 4, n. 2, p. 94-113, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.upf.br/seer/index.php/rbceh/article/view/134/106>. Acesso em 12 nov. 2015.
- ARRUDA, I. E. A. **O perfil das universidades da terceira idade no Estado de São Paulo.** A Terceira Idade Estudos Sobre o Envelhecimento SESC - SP. São Paulo, v. 21, n. 47, p. 7-19, mar. 2010. Disponível em: http://www.sescsp.org.br/files/edicao_revista/cde270d8-9008-43f5-9706-2749a1add84c.pdf. Acesso em 16 nov. 2015.
- CACHIONI, M. **Universidade da terceira idade: história e pesquisa.** Kairós. Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Saúde, Passo Fundo, v. 15. Dez. 2012. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/15225>. Acesso em 13 nov. 2015.
- GOMES, L.; LOURES, M. C.; ALENCAR, J. **Universidades abertas da terceira idade.** História da Educação, Pelotas, v. 9 n. 17, p. 119-135, abr. 2005. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/29204>. Acesso em 12 nov. 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores Sociodemográficos – Prospectivos para o Brasil 1991/2030.** 2006. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/publicacao_UNFPA.pdf. Acesso em 07 de janeiro de 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).** 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007>. Acesso em 06 jan. 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – Síntese de Indicadores 2012.** 2013. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv65857.pdf>. Acesso em 16 nov. 2015.
- MACHADO, M. A. N. **O movimento dos idosos: um novo movimento social?** Revista Kairós, São Paulo, v. 10, n.1, pp. 221-233, jun. 2007. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/2585/1639>. Acesso em 17 nov. 2015.
- NUNES, A. T. G. L. **Serviço social e universidade de terceira idade: uma proposta de participação social e cidadania para os idosos.** Textos Sobre Envelhecimento, Rio de Janeiro, v.3, n.5, 2001. Disponível em: http://revista.unati.uerj.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-59282001000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 12 nov. 2015.

- ORDONEZ, T. N.; CACHIONI, M. **Universidade aberta à terceira idade: a experiência da Escola de Artes, Ciências e Humanidades.** *Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano*. Passo Fundo, v. 6, n. 1, p. 74-86, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.upf.br/seer/index.php/rbceh/article/view/150/482>. Acesso em 12 nov. 2015.
- PERES, M. A. C. **Velhice, política e autonomia: o movimento social do idoso e as políticas da terceira idade no Brasil.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.26, p.144 –159, jun. 2007. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/26/art09_26.pdf. Acesso em 17 nov. 2015.
- SCORTEGAGNA, P. A.; OLIVEIRA, R. C. S. **Idoso: Um novo ator social** *In: Anped Sul*, 9., 2012, Santa Catarina, 2012. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1886/73>. Acesso em 16 nov. 2015.
- TORRES, M. M; SÁ, M. A. A. S. **Inclusão social de idosos: um longo caminho a percorrer.** *Revista Ciências Humanas – Universidade de Taubaté, Brasil*, v. 1, N. 2, 2008. Disponível em: <http://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/203/109>. Acesso em 17 nov. 2015.
- USSUELI, C. **A Universidade Aberta à Terceira Idade no Cenário Educacional Brasileiro.** 2012. Monografia (Graduação Pedagogia), Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2012.



4 - Fatores biopsicossociais e aposentadoria frente ao envelhecimento

André Luiz Gomes de Oliveira

Tatiane Carvalho Peçanha Guimarães

João Batista Rodrigues Junior

Considerações iniciais

O envelhecimento humano corresponde a um processo natural no qual todos estão submetidos. Entretanto, tal fenômeno tem suscitado inquietações acerca das repercussões sociais e de adaptabilidade dos indivíduos em toda sua complexidade em virtude da presença de alguns fatores e eventos envolvidos nesse percurso os quais interferem diretamente no bem estar físico e social desses sujeitos.

Esse capítulo é parte de um estudo desenvolvido na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro que pretendeu discutir como as funções cognitivas, representadas pela memória, atenção, percepção e linguagem, podem no decorrer do envelhecimento estabelecer uma correlação positiva ou negativa em indivíduos que iniciaram processo de aposentadoria.

Procurou-se então neste capítulo, em um primeiro momento, trazer uma discussão acerca dos conceitos de envelhecimento, sob um olhar multifatorial, e seus reflexos na construção do envelhecimento bem-sucedido (EBS) como foco principal nas alterações das funções cognitivas. Posteriormente, apresentaremos alguns aspectos demográficos sobre o envelhecimento populacional no Brasil. Em seguida, analisaremos os principais aspectos do envelhecimento. Em um terceiro momento buscaremos uma reflexão a respeito do Envelhecimento Bem Sucedido, suas principais abordagens e impactos no cotidiano dos indivíduos. E, por fim traremos alguns resultados da pesquisa desenvolvida com os indivíduos que iniciaram seu processo de aposentadoria na Universidade Estadual do Norte Fluminense, bem como a metodologia aplicada a esse estudo.

Envelhecimento humano

O envelhecimento tem sido tratado tradicionalmente na literatura como um processo natural no qual todos estão obrigatoriamente inseridos. No entanto, tal fenômeno envolve uma série de implicações, como expõe Spirduso (2005) ao definir o envelhecimento como um conjunto de processos inerentes aos organismos vivos em que ocorre uma gradativa perda de adaptabilidade, deficiências funcionais e por fim a morte.

Diversos autores apontam para a questão do envelhecimento como um processo heterogêneo composto por fatores biopsicossociais, onde a realidade biológica, psicológica e sociocultural é construída. Neri *et al.* (2011) destaca algumas mudanças características do período, dentre elas transformações como maior suscetibilidade a determinadas doenças, declínio cognitivo e sensorial, mudanças na aparência física, além de alterações de papéis e status social. Vieira e Lopes (2000 citado em NETTO, 2004) definem o envelhecimento como um processo dinâmico e progressivo decorrente de modificações e perdas da capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente. Paratela e Correa (2012) destacam que para Simone de Beauvoir (1990):

(...) a velhice não é um fato estático; é o resultado e o prolongamento de um processo que, segundo ela traz a mudança de um sistema sempre instável oscilando entre o equilíbrio e desequilíbrio. Quando a mudança se torna irreversível, desfavorável, então passa a ser um declínio (p. 2).

De acordo com Okuma (1998, citado por NETTO, 2004) o envelhecimento humano não constitui um processo unilateral, mas compreende a soma de vários processos relacionados entre si.

Neste sentido acrescenta-se ainda que a velhice não é definível por simples cronologia, mas por condições físicas, funcionais, mentais e de saúde do indivíduo, sugerindo que o processo de envelhecimento é pessoal e diferenciado.

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 1998) define a velhice como um prolongamento e término de um processo, representando um conjunto de modificações fisiomórficas e psicológicas ininterruptas à ação do tempo sobre as pessoas. Para Maciel e Guerra (2007) o envelhecimento humano, enquanto fenômeno integrante do ciclo biológico da vida constitui um conjunto de alterações orgânicas, envolvendo fatores hereditários, ação do meio ambiente, dieta, tipo de ocupação, estilo de vida e a própria idade do indivíduo.

Determinar quando se inicia o processo do envelhecimento por critério de idade é complexo, uma vez que este é um fenômeno biopsicossocial composto por múltiplos fatores que irão definir o desencadear do envelhecimento. Almeida (2010) em suas pesquisas corrobora com Veras (1994) mencionando que a velhice é um termo impreciso, e sua percepção abstrusa. Em que momento da vida uma pessoa envelhece? Aos 50, 60, 65 ou 70 anos? No Brasil, a LEI n.º 10.741, de 1.º DE OUTUBRO DE 2003, em seu Art. 1º institui o Estatuto do Idoso, destinado a normatizar os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, consideradas assim idosas perante a lei. A OMS, Organização Mundial da Saúde em 2005 destaca que nos países desenvolvidos a pessoa é considerada idosa ao completar 65 anos de idade.

Apesar desses apontamentos estabelecidos tanto pelo Estatuto do Idoso no Brasil, quanto pela orientação da OMS, o fenômeno social de envelhecimento da população é estipulado por vários fatores, fortemente influenciados pela diminuição da taxa de fecundidade, a redução da mortalidade e ao mesmo tempo a esperança de vida ao nascer (BELTRÃO & CAMARANO, 1997; BERQUÓ, 1999).

Para VERAS (2002 citado por ALBUQUERQUE, 2005) a introdução de técnicas de diagnósticos e a descoberta de substâncias e métodos terapêuticos adequados à cura ou ao controle de processo mórbido, até então tidos como letais, cumpriram um papel importante no sentido de acelerar tendências já bem estabelecidas, para longevidade.

Aspectos demográficos do envelhecimento

É relevante no Brasil, nas últimas décadas o envelhecimento de sua população. O IBGE (2013), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, divulgou uma projeção da população dividida por sexo e idade, onde se pode perceber um crescimento da expectativa de vida do brasileiro ao nascer.

Os dados mostraram que em 1990 a expectativa de vida estava em torno de 69,83 anos e em 2012 esse número aumentou para 74,52 anos, podendo chegar em 2060, aproximadamente 81,20 anos, para ambos os sexos. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) o envelhecimento populacional no período de 1970 a 2000 em países desenvolvidos foi de 54%, enquanto que em países em desenvolvimento aumentou em 123%.

No Brasil, a faixa etária dos 60 anos ou mais é a que mais cresce em proporção, apresentando um dos crescimentos mais acelerados do mundo. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD-2006), o número de pessoas com mais de 60 anos chegou aos 19 milhões correspondendo a 10,2% do total da população. Neste universo, as mulheres correspondem a mais da metade, 56% do total (IBGE, 2007).

Conforme projeções estatísticas da OMS, no período que vai de 1950 a 2025, a população de idosos no Brasil crescerá aproximadamente 15 vezes em contraste com a população total que

apresentará um crescimento na ordem de cinco vezes, chegando ao número de 32 milhões de pessoas com 60 anos ou mais. Portanto, a estimativa é para que o Brasil se constitua na sexta maior população de idosos do mundo (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1999; SILVESTRE, KALACHE, RAMOS & VERAS, 1996).

Aspectos do envelhecer

Os limites do envelhecimento humano em toda sua complexidade fisiológica, psicológica e social são na concepção de Almeida (2010) flutuantes, afirmando que uma pessoa é tão velha quanto suas artérias, seu cérebro, coração, sua moral ou sua situação civil.

Netto (2004) aborda os aspectos do envelhecimento humano na perspectiva de sociólogos e psicólogos apontando para além das alterações biológicas. São observadas, no processo de envelhecimento dos indivíduos, alterações sociais e psicológicas em algumas das suas funções, como também problemas de integração e adaptação social.

Segundo Paixão *et al.* (1998 in PARATELA e CORREA, 2012),

Viver mais tempo e ter uma velhice melhor é em grande parte, um problema de prevenção. Doenças frequentes após os 60 anos, como, hipertensão, diabetes e reumatismo, decorrente, em grande parte de fatores de risco, como obesidade e sedentarismo e estresse. Uma Providência básica é o acompanhamento médico (p. 2).

Nesse sentido, os efeitos da passagem do tempo para o sistema biológico podem ser implacáveis, produzindo diversas alterações fisiológicas, tornando assim esse organismo vulnerável. Segundo Moraes e *et al.* (2010) o envelhecimento é de natureza

multifatorial e depende da programação genética e das alterações que ocorrem em nível celular-molecular.

De acordo com Costa (2012),

Sabe-se que o envelhecer humano é multifatorial, pois ocorre em nível orgânico, molecular, fisiológico e morfológico. O componente genético pode influenciar 30% do processo e é fortemente modulado pelo ambiente. Os genes promovem uma modificação típica em cada faixa etária. No âmbito da espécie o envelhecimento se dá de maneira semelhante. As diferenças ambientais constantes contribuem para a variação individual e a uma grande variabilidade no envelhecimento da população (p. 3-4).

Na proposta levantada por Moraes e *et al.* (2010),

Pode haver, conseqüentemente, diminuição da capacidade funcional das áreas afetadas e sobrecarga dos mecanismos de controle homeostático, que passam a servir como substrato fisiológico para influência da idade na apresentação da doença, da resposta ao tratamento proposto (p. 68).

Neste contexto o organismo desenvolve ao longo do tempo, deficiências funcionais, no entanto, esses comprometimentos, segundo Moraes *et al.*(2010), em condições basais, não afetam as funções de gerência de decisões. Tais manifestações de alterações funcionais estão presentes quando há a necessidade de se usar as reservas homeostáticas, que no idoso são frágeis, se comparado ao organismo jovem.

Moraes *et al.* (2010) traz em seus estudos, uma abordagem biológica do envelhecimento e seu comprometimento, enfatizando as alterações orgânicas. Segundo os autores, o envelhecimento cerebral normal inicia-se, a partir da segunda década de vida, em um declínio lento e progressivo, que culminará com a diminuição do seu volume.

Essas alterações cerebrais provocarão mudanças nos sistemas de neurotransmissores contribuindo para o declínio da memória, sendo que este não precisa estar necessariamente associado a uma lesão estrutural, podendo ocorrer em virtude da disfunção fisiológica e não à perda neuronal.

Ainda assim, o sistema nervoso central (SNC) tem propriedades que podem atenuar o impacto das alterações do envelhecimento, tais como: redundância, que corresponde à existência de um número maior de neurônios no cérebro que o necessário; mecanismos compensadores, que surgem em situações de lesão cerebral e são mais hábeis conforme o centro atingido; e a plasticidade que é a habilidade de neurônios maduros, com sua rede de dendritos, desenvolverem e formarem novas sinapses, levando à formação de novos circuitos sinápticos.

Almeida (2012) e Fry (1989: 25) compartilham da ideia de que o envelhecimento segue uma trajetória gradual, descendente marcada pelo declínio do funcionamento psicológico e cognitivo, pelas dificuldades no controle sobre o corpo, pela experiência acumulativa de aumento de vulnerabilidade social e emotiva além da presença de sensações de desânimo e perda de controle do meio psicológico.

Por outro lado Freire (2000) argumenta que a velhice não implica necessariamente doença e afastamento e que o idoso apresenta potencial para mudanças, além de deter inúmeras reservas inexploradas. Nessa perspectiva, os idosos podem experimentar

sentimentos de realização e felicidade diante da vida e, quanto maior for sua atuação e integração social, menor será o ônus, tanto para a família, quanto para os serviços de saúde (FREIRE, 2000).

Os avanços dos estudos sobre o envelhecimento refletem a busca da velhice bem-sucedida e para que esse processo transcorra dentro dessa perspectiva, buscam-se aliar a experiência de vida característica dos idosos e fatores de sua personalidade, permitindo o desenvolvimento de mecanismos que contribuam para uma boa saúde física e mental, autonomia e envolvimento ativo com a vida pessoal, com a família, os amigos, sua relação com o ócio e o tempo livre (NERI, 2004).

Envelhecimento bem-sucedido

Envelhecer é um fenômeno inerente à natureza humana e seus desdobramentos tem sido alvo de inúmeros estudos abordando o tema, em toda sua complexidade, sob diversos ângulos, biológico, social e psicológico. Nesse contexto tem emergido pesquisas que abordam a questão do envelhecimento bem-sucedido como uma nova perspectiva diante da demanda de uma sociedade, onde o número de pessoas idosas só tende a crescer.

Teixeira e Neri (2008) mencionam que não há uma definição consensual para o conceito de envelhecimento bem-sucedido, e até mesmo o termo “envelhecimento bem-sucedido” aparece em algumas pesquisas como “envelhecimento ativo”, “envelhecimento robusto” e “envelhecimento saudável”. A expressão “envelhecimento bem-sucedido” surgiu na gerontologia por volta dos anos 60, associado a uma mudança ideológica que rompe com a concepção de que velhice e envelhecimento são sinônimos de doença, inatividade e contração geral no desenvolvimento (ALBUQUERQUE, 2005).

De acordo com Teixeira e Neri (2008),

O conceito central da gerontologia, a expressão envelhecimento bem-sucedido foi mencionada por Robert J. Havighurst, no periódico *The Gerontologist*, em 1961 (MOTTA *et al.*, 2005 citado por Teixeira e Neri, 2008). Em 1987, Rowe e Kahn propuseram a distinção entre envelhecimento típico e bem-sucedido, sugerindo que o estudo dos determinantes desse processo deveria observar os indivíduos com características fisiológicas e psicossociais consideradas acima da média. Nos anos subsequentes, Rowe liderou vários trabalhos no *MacArthur Study of Successful Aging* que incluíram os temas: performance física, relações entre a autoestima e o sistema endócrino, função cognitiva e associações entre carga alostática e saúde.

Na década de 1990 algumas pesquisas se propuseram a identificar os determinantes do envelhecimento bem-sucedido, utilizando medidas objetivas e tentativas de operacionalização do fenômeno. Nos últimos cinco anos, a ênfase tem sido conhecer a percepção dos idosos sobre a experiência, associando esse conhecimento aos resultados das avaliações profissionais desses indivíduos (TEIXEIRA e NERI, 2004).

Para Baltes e Baltes (1990 citado por ALMEIDA, 2007):

O envelhecimento bem sucedido é um processo adaptativo que, através de uma estratégia de otimização seletiva com compensação, permite ao indivíduo gerir o balanço de perdas e ganhos (tendencialmente mais desfavorável com o aumento da idade) e assim – de forma ativa e idiossincrática –

maximizar a eficácia no alcançar das metas (revistas), para si prioritárias, num contexto de inevitável redução de recursos/capacidades.

Assim, retendo os elementos essenciais da teorização, este modelo vê o sucesso do envelhecimento como resultado da adaptação que recorre à seleção, compensação e otimização, visando atingir metas valorizadas a partir do equilíbrio dinâmico entre perdas e ganhos (BALTES e BALTES, 1990 citado por ALMEIDA, 2007).

De acordo com Dstrawbridge, Wallhagen e Cohen, (2002 citados por TEXEIRA e NERI, 2004):

Afirmam que o bem-estar subjetivo é um critério essencial para a velhice bem-sucedida, porém, Bowling e Dieppe (2005) estendem essa noção, salientando a importância da prevenção da morbidade até o ponto mais próximo da morte. Segundo Phelan *et al.* (2004), a principal característica do envelhecimento saudável é a capacidade de aceitação das mudanças fisiológicas decorrentes da idade. Para Hansen-Kyle (2005), envelhecer com saúde refere-se a um conceito pessoal cujo planejamento deve ser focalizado na história, nos atributos físicos e nas expectativas individuais, constituindo-se, portanto, numa jornada e não num fim (p. 16).

Phelan e Larson (2002 citado por TEIXEIRA e NERI, 2004) identificaram trabalhos que tinham por finalidade definir o envelhecimento bem-sucedido identificando os prováveis indicadores para o sucesso. Apesar de haver diferentes definições operacionais que enfatizam a capacidade funcional no processo do

envelhecer, outras variáveis foram também consideradas como satisfação com a vida, longevidade, ausência de incapacidade, domínio/crescimento, participação social ativa, alta capacidade funcional/ independência e adaptação positiva.

Os fatores preditores do envelhecimento bem sucedido variam conforme os autores, destacando-se: nível educacional elevado; prática de atividade física regular; senso de auto-eficácia; participação social e ausência de doenças crônicas.

Rowe e Kahn (1998) propõem três trajetórias distintas para o envelhecimento humano: normal, patológica e saudável. A definição de envelhecimento saudável proposta por estes autores prioriza baixo risco de enfermidades e de incapacidades funcionais relacionadas às doenças; funcionamento mental e físico classificados como excelentes; e envolvimento ativo com a vida.

Em um levantamento sobre conceituações de envelhecimento bem sucedido Villar (2012) sugere uma divisão em dois grupos, sendo o primeiro referente aos modelos que definem o envelhecimento bem-sucedido como um resultado alcançado ou mantido nas décadas finais da vida, caracterizado por um conjunto de critérios ou indicadores de sucesso em idades mais avançadas. O segundo grupo constitui modelos que concebem o envelhecimento bem-sucedido como um processo onde os indivíduos, expostos a determinadas situações, criam condições que permitem adaptar-se às mudanças que ocorrem à medida que envelhecem.

Guimarães (2013) aponta o modelo de Rowe e Kahn (1997) como integrante do primeiro grupo de análise do envelhecimento bem sucedido. Tal modelo pauta-se no reconhecimento da heterogeneidade dos processos de envelhecimento, destacando aspectos biológicos, sociais e psicológicos. De acordo com essa perspectiva, para alcançar o envelhecimento bem-sucedido seriam necessários três elementos essenciais, à saber: reduzida probabilidade

de enfermidades e incapacidades resultantes dessas enfermidades; elevada capacidade de funcionamento cognitivo e físico e por último, compromisso e envolvimento ativo com a vida (ROWE e KAHN,1997).

Entretanto, tal modelo acima representado, recebeu críticas por não considerar os vários padrões possíveis do envelhecimento bem-sucedido, baseando-se apenas em critério fixos, que o descrevem, mas não explicam os processos pelos quais os critérios seriam alcançados (BALTES & CARSTENSEN, 1996; PEARLIN & MCKEAN SKAFF, 1996).

O segundo grupo de modelos, o qual concebe o envelhecimento bem-sucedido como um processo, foca nas estratégias utilizadas pelos indivíduos para lidarem com as dificuldades e mudanças ocorridas com a idade. Dentro dessa análise, vários autores fundamentaram seus trabalhos na hipótese central de que as mudanças em nível de oportunidades desenvolvimentais e os constrangimentos ao longo da idade adulta, levam a alterações nas estratégias utilizadas e na orientação para diferentes objetivos pessoais, como forma de conseguir ganhos e crescimento, ou então manter o estado alcançado, prevenindo as perdas. Assim, estes modelos encaram o envelhecimento bem-sucedido como o balanço positivo entre ganhos e perdas ao longo dos anos.

Há ainda algumas abordagens sobre envelhecimento bem-sucedido que merecem destaque. A primeira abordagem aponta para as teorias assentes na perspectiva biomédica que tendem a explicar o envelhecimento bem-sucedido como um processo unidimensional, através de variáveis fisiológicas, como ausência de condições crônicas, doenças e incapacidades físicas. Nesse sentido o envelhecimento bem-sucedido é medido pelo baixo risco de doenças e incapacidades funcionais, pela atividade e envolvimento social do indivíduo (GUIMARÃES, 2013).

O paradigma psicológico, segundo modelo de abordagem, concebe envelhecimento bem sucedido como dependente do equilíbrio entre a compensação das perdas, associadas ao envelhecimento, e da otimização das potencialidades individuais, mediante ações educativas, médicas, sociais e outras. Uma terceira concepção de velhice bem sucedida contempla o aspecto social, estabelecendo que a sociedade pode proporcionar um envelhecimento bem sucedido ao indivíduo na medida em que implementa soluções externas por meio de políticas públicas.

Alguns autores relacionam o envelhecimento bem sucedido com o conceito de qualidade de vida. Porém, segundo Nahas (2001), “qualidade de vida (QV) é um conceito complexo, multideterminado e que deve ser interpretado num contínuo, não como uma dicotomia (ter ou não ter QV)”. Cita ainda ser a qualidade de vida resultante da inter-relação de fatores que modelam e diferenciam o dia-a-dia dos indivíduos, sob os pontos das percepções, relacionamentos e pelas situações vivenciadas. Holisticamente o autor considera qualidade de vida como sendo “a condição humana resultante de um conjunto de parâmetros individuais e socioambientais, modificáveis ou não, que caracterizam as condições em que vive o ser humano” (NAHAS, 2001).

Para a Organização Mundial da Saúde, OMS, qualidade de vida está vinculada à saúde considerando a percepção que o indivíduo possui sobre a sua posição na vida, inserido em um contexto cultural e de valores, respeitando suas expectativas, padrões e preocupações. Neste sentido, Barbotte *et al.*(2011) determinaram que fatores como o enfraquecimento, a incapacidade e a deficiência teriam uma correlação significativamente inversa com o nível de qualidade de vida de um indivíduo. Salienta ainda que as alterações funcionais ocorridas com os idosos, associadas a doenças crônicas não transmissíveis, têm tornado os gerontes mais dependentes, isto é, menos autônomos.

Assim, os idosos que não conseguem manter sua autonomia funcional nas atividades da vida diária (AVD), tem sua qualidade de vida comprometida. Consequentemente, esta perda de autonomia funcional se reflete em uma imagem corporal e autoestima baixa, interferindo de forma negativa na qualidade de vida.

A hereditariedade define o potencial de crescimento, aptidões e longevidade os quais são tidos como fatores individuais, imutáveis, do ponto de vista biológico. Já as características alimentares, postura frente à situações de estresse e o nível de atividade física, são fatores relacionados ao estilo de vida, sendo portanto, modificáveis. Esses conjuntos de fatores são tomados como elementos que podem alterar a qualidade de vida dos indivíduos na velhice.

Determinados indicadores são apontados, em diversas pesquisas, como condicionantes que podem influenciar situações de desenvolvimento de um envelhecimento bem sucedido, como os representados na tabela ao lado.

Tabela 1– Indicadores e condições associadas ao envelhecimento bem-sucedido. João Pessoa (2010)

Indicadores de envelhecimento bem sucedido
Ausência ou baixo índice de doenças
Percepção positiva do estado de saúde
Capacidade funcional física, mental e social
Índice de massa corporal normal para a idade
Autonomia e senso de autoeficácia
Satisfação com a vida/autoestima preservada
Condições associadas ao envelhecimento bem sucedido
Bom nível de renda
Bom nível educacional
Prática regular de atividade física
Alimentação saudável
Desuso do fumo e do álcool
Adaptação às mudanças relacionadas à idade
Suporte psicossocial
Relações familiares e de amizade
Engajamento ativo com a vida: papéis familiares, lazer, atividades produtivas
Crença religiosa ou espiritual

Dado exposto acima, à luz da literatura explorada ao longo deste capítulo, conclui-se que a habilidade do idoso em executar tarefas físicas, a preservação das atividades mentais e uma situação adequada de integração social, determinadas por fatores socioculturais, estado de saúde, alterações próprias do envelhecimento entre outros aspectos já citados, são considerados indícios para o envelhecimento bem sucedido.

Um estudo aplicado acerca das funções cognitivas e aposentadoria frente ao envelhecimento bem-sucedido

A pesquisa que se desenvolveu em torno da temática do envelhecimento bem-sucedido buscou compreender como as funções cognitivas, representadas pela memória, atenção, percepção e linguagem, influenciam de forma significativa no processo de aposentadoria de servidores públicos da Universidade Estadual do norte Fluminense, UENF.

A aposentadoria vem sendo sugerida pela literatura como um divisor na vida do trabalhador, pois o afastamento de uma rotina estabelecida por anos de trabalho associada à uma nova condição no pós-aposentadoria podem influenciar no processo de envelhecimento do indivíduo.

A fim de alcançar os objetivos propostos pelo estudo, dentre eles, analisar a relação dessas funções a partir da entrada no processo de aposentadoria, realizou-se uma pesquisa aplicada com abordagem qualitativa quanto ao problema exposto. De acordo com os objetivos, a pesquisa possui caráter exploratório, utilizando como procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica e de levantamento de dados através da aplicação de questionários enviados por e-mail e remetidos de volta da mesma forma. Assim, foi possível relacionar as funções cognitivas com aposentadoria para um envelhecimento bem-sucedido nesta população.

Os resultados do estudo demonstraram que as funções cognitivas do indivíduo ao longo do processo de envelhecimento influenciam suas atividades diárias, se relacionando com o momento da aposentadoria. Durante tal processo, observaram-se ganhos e perdas. A pesquisa aponta ainda para a questão do desenvolvimento intelectual como responsável na diminuição de ocorrências relacionadas ao declínio cognitivo ocorrido com o avanço da idade dos indivíduos.

Considerações finais

O Brasil segue uma tendência mundial no que diz respeito ao envelhecimento da população. O aumento da expectativa de vida associado a uma melhora da qualidade de vida dos brasileiros tem contribuído para o alargamento da população de idosos. Nesse contexto, emergem inúmeros estudos que procuram compreender o processo do envelhecimento com ênfase na questão do envelhecimento bem-sucedido em suas dimensões biológicas, psicológicas e sociais.

Esse capítulo buscou trazer uma reflexão acerca dos fatores biopsicossociais e os impactos da aposentadoria frente ao envelhecimento do indivíduo e é parte de um estudo realizado na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, tendo como produto uma dissertação de mestrado defendida em março de 2015.

Iniciamos apontando para as diversas conceituações do envelhecimento, destacando inúmeras abordagens que concebem o envelhecer como um processo individual, diferenciado e multifatorial que não se limita apenas à simples cronologia, mas compreende às condições físicas, funcionais, mentais e de saúde do indivíduo.

Em seguida, apresentamos dados estatísticos elaborados pelo IBGE no ano de 2013, que demonstram um aumento na expectativa de vida dos brasileiros e um crescimento na população de idosos, que pode chegar a se constituir na sexta maior população de idosos do mundo, segundo o Ministério da Saúde.

Em um terceiro momento, abordamos aspectos do envelhecimento humano enumerando os diversos fatores que compõe as multifaces desse processo levando em consideração as diferentes abordagens. Em seguida analisaremos a questão do envelhecimento

bem-sucedido buscando compreender os conceitos, contextualizar as pesquisas sobre o tema, apresentar os principais modelos de análise e os principais indicadores do envelhecimento bem-sucedido, bem como as condições associadas à esse processo.

Por fim, traremos alguns resultados da pesquisa desenvolvida na UENF, com uma população de funcionários públicos desta instituição que pretendeu compreender a relação das funções cognitivas tais como memória, atenção, percepção e linguagem a partir da entrada no processo de aposentadoria desses funcionários, para um envelhecimento bem-sucedido.

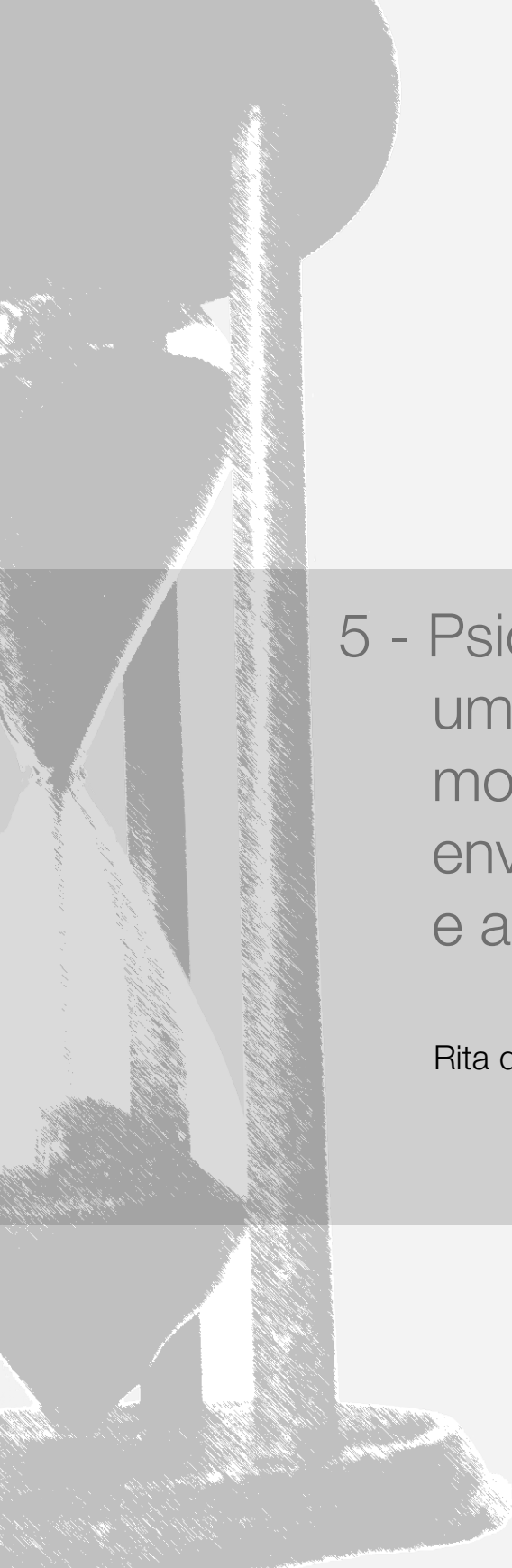
Referências

- ALBUQUERQUE, S. M. R. L. **Envelhecimento ativo: desafio dos serviços de saúde para a melhoria da qualidade de vida dos idosos**. Tese de doutorado Universidade de São Paulo. 2005.
- ALMEIDA, M. S. M. **As Universidades da Terceira Idade: Novas Aprendizagens ou Centros de Convívio**. Dissertação de Mestrado Em Ciências da Educação. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade de Lisboa, 2012. 64f
- ALMEIDA, M. F. **Envelhecimento: ativo, bem sucedido: possíveis coordenadas análise**. Forum Sociológico. Lisboa: IEDS. ISSN 0872-83802.a série, n. 17 (2010), p. 17-24.
- AZEVEDO, A. L. **Velhice e seus processos sócio-históricos**. Lisboa: Argumento, 2001.
- BACCAN, A. L. S. **Idoso Participante do Programa de Integração Comunitária: conhecimento sobre o exercício físico**. Dissertação (mestrado) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009. 135 f.
- BALTES, M. M., & CARSTENSEN, L. L. (1996). **The process of successful ageing**. Ageing and Society. 16, 397-422. doi:10.1017/S0144686X00003603
- BARBOTE E; GUILLEMIN F; CHAU N. **The Lorhandicap Group. Prevalence of impairments, disabilities, handicaps and quality of life in the general population: a review of recent literature**. Bulletin of the World Health Organization. 2011; 79(11): 1047-1055.
- BERQUÓ, E. **Considerações sobre o envelhecimento da população no Brasil**. In: A. L. Neri & G.G. Debert (Eds.), *Velhice e sociedade* (p. 11-40). São Paulo: Papyrus, 1999.
- BRUNNET, Alice Einloft *et al.* **Práticas sociais e significados do envelhecimento para mulheres idosas**. Pensando fam., Porto Alegre, v. 17, n. 1, jul. 2013. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 06 out. 2014.
- FREIRE, Sueli Aparecida; RESENDE, Marineia Crosara de. **Estudos e intervenções para a promoção da velhice satisfatória**. Psicol. Am. Lat., México, n. 14, out. 2008 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000300002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 12 de outubro de 2014.
- GUIMARÃES, C. M. C. **Tomando o envelhecimento bem-sucedido como desenvolvimento psicológico efeito da TOM e da inteligência**. Dissertação de Mestrado no Programa de Mestrado Integrado em Psicologia na Área de Especialização em Psicologia Clínica e da Saúde, Universidade do Minho Escola de Psicologia. Outubro de 2013.
- IBGE. **Projeção da população do Brasil**. Comunicação Social. 27 de novembro de 2008. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_imprensa.php?id_noticia=1272. Acesso em 02/11/2014.

- LEME, L. E. G. **A Gerontologia e o problema do envelhecimento: Visão histórica.** In: PAPALÉU NETO, M. *Gerontologia* (p. 12-23). São Paulo: Atheneu. 1996.
- MACIEL, Álvaro Campos Cavalcanti; GUERRA, Ricardo Oliveira. **Influência dos fatores biopsicossociais sobre a capacidade funcional de idosos residentes no nordeste do Brasil.** Rev. bras. epidemiol. São Paulo, v. 10, n. 2, June 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2007000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em 15 nov. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-790X2007000200006>.
- MORAES, E. N. **Processo de envelhecimento e bases da avaliação multidimensional do idoso.** In: BORGES, A. P. A. & COIMBRA, A.M.C. (Orgs.). *Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa*. 151-175. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2008.
- MORAES, Edgar Nunes de; MORAES, Flávia Lanna de; LIMA, Simone de Paula Pessoa: **Características biológicas e psicológicas do envelhecimento.** Nahas MV. *Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida: Conceitos e Sugestões para um Estilo de Vida Ativo*. Londrina: Midiograf, 2001.
- Neri, A. L & Freire, S. A. **E por falar em boa velhice.** Campinas: Papyrus, 2000.
- _____. **Envelhecer com Dignidade.** Jornal da UNICAMP, 2004. 18 (247):12.
- _____. **O legado de Paul B. Baltes à Psicologia do Desenvolvimento e do Envelhecimento.** Temas psicol. Ribeirão Preto, v. 14, n. 1, jun. 2006. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2006000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 14/11/2014.
- _____. **Psicologia do envelhecimento.** Campinas: Papyrus, 1995.
- NETTO, Francisco Luiz de Marchi. **Aspectos Biológicos e Fisiológicos do Envelhecimento Humano e suas Implicações na Saúde do Idoso.** Revista pensar a prática. v. 7, n. 1 (2004); acesso em 10 de novembro de 2014 em <http://www.revistas.ufg.br/index.php/feff/view/67/2956>.
- ORGANIZAÇÃO Mundial de Saúde – OMS - divisão de saúde mental – Grupo WHOQOL. **Versão em português dos instrumentos de avaliação de Qualidade de Vida (WHOQOL)**, 1998. Disponível em: <http://www.uftj.br/psiq/whoqol.html>.
- PARATELA, M. F.; CORREA, M. R. **Envelhecimento humano: desafios biopsicossociais.** Departamento de Psicologia – Faculdades Integradas de Ourinhos - FIO/FEMM. 2012.
- REV Med Minas Gerais 2010; 20(1): 67-73.
- ROWE, J.W.; KAHN, R. L. **Successful aging.** New York: Pantheon Books, 1998.
- _____. **Successful aging.** The Gerontologist. 1997; 37 (4): 433-440.
- SOUSA Pereira, Vangerlane *et al.* **Impacto do processo de envelhecimento nos aspectos psicológicos nos idosos do Brasil.** In: 11º Congresso Internacional da Rede Unida. 2014.
- SPIRDUSO, W. W. **Questão de Qualidade e Qualidade de vida.** In: Dimensões Físicas do Envelhecimento. Barueri, SP: Manole, 2005. p. 5-26.
- VERAS, R. P. **Terceira idade: alternativas para uma sociedade em transição.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará: UERJ, UnATI, 1999. p. 232.

_____. **País jovem com cabelos brancos:** A saúde do idoso no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

TEIXEIRA, Ilka Nicéia D'Aquino Oliveira; NERI, Anita Liberalesso. **Envelhecimento bem-sucedido:** uma meta no curso da vida. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 19, n. 1, mar. 2008. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_ar_text&pid=S1678-51772008000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 14/11/2014.



5 - Psicomotricidade: uma proposta de movimento para um envelhecer saudável e autônomo

Rita de Cássia Andrade da Fonseca

Patrícia Terra Siqueira

Considerações iniciais

A expectativa de vida da população brasileira aumentou significativamente na última década. Segundo dados do IBGE, apresentados em dezembro de 2013, uma criança nascida em 2012 tem uma perspectiva de vida de 74,6 anos. Embora estes dados sejam representativos do Brasil, o mesmo vem acontecendo em todo o mundo, conforme a Organização Mundial de Saúde, em seu Relatório Mundial de Estatísticas de Saúde 2014. Essas informações corroboram para que se possa considerar que, muito além do desejo de ver aumentar a população de idosos em todo o mundo, é preciso que a mesma alcance qualidade e autonomia no exercício do viver.

Embora envelhecer seja uma condição *sine qua non* para uma vida longa, existem muitos pré-conceitos e, até mesmo, medo acerca do assunto, que pode acabar por afastar a temática do cenário das pesquisas, haja vista, a quantidade de estudos em aprendizagem e desenvolvimento, principalmente o motor, que estão diretamente relacionadas com o universo infantil (PAYNE & ISAACS, 2007). A projeção para uma vida longa saudável passa pela qualidade e quantidade de informações, que deverão continuar existindo para que as relações afetivas, cognitivas e motoras possam ser fortalecidas, renovadas ou até mesmo criadas e, o desenvolvimento humano, ocorra com significância e satisfação.

O movimento é a base da existência e sem ele a vida perde independência. Sabe-se que todo movimento tem um fim e, esta união, representa uma unidade que segue em busca da satisfação das necessidades expressas pelo meio (NETO, 2009). Neste contexto pode-se

mencionar a Psicomotricidade como uma proposta de intervenção que integra e desenvolve o movimento, o intelecto e o afeto e, por meio do qual, o idoso pode desenvolver ou ampliar a consciência de si mesmo e do mundo que o cerca.

O envelhecimento psicomotor e a autonomia do idoso

O envelhecimento é um processo que ocorre pela passagem do tempo sendo expresso socialmente através do corpo e evidenciado por desgastes, limitações, perdas físicas e de papéis sociais. Durante esse processo o indivíduo fica sujeito a perdas evolutivas em vários domínios, em decorrência de sua programação genética, de eventos biológicos, psicológicos e sociais. Isso não significa dizer que velhice é sinônimo de doença ou incapacidades e sim de adaptação ou possibilidade de constante autorregulação, tanto em termos biológicos, quanto em termos psicológicos e sociais (MEZES, *et al.*, 2009).

Fonseca (2001, *apud* GOMES, 2013) aponta que após o período de desenvolvimento e evolução, o ser humano entra em um processo inverso chamado de fase da senescência, na qual ocorre uma involução com mudanças progressivas que afetam das estruturas mais complexas as mais simples. O autor denomina essa fase de retrogênese. A retrogênese psicomotora está relacionada com as limitações relacionada à força, resistência, flexibilidade, velocidade e amplitude de movimentos afetando assim o equilíbrio, a coordenação de movimento e a destreza. Nessa fase também ocorre uma redução das capacidades cognitivas afetando os processos de resposta motora (AUBERT & ALBARET, 2001 *apud* FALCÃO, 2011). Goldenberg (2008 *apud* MURATA *et al.*, 2011), aponta que muitos idosos apresentam *déficit* cognitivo, falhas de memória e

atenção por falta de atividades intelectivas que estimulem as funções cerebrais que propriamente pela idade avançada.

Na senescência o equilíbrio é diretamente afetado, criando maior vulnerabilidade para ocorrência de quedas, podendo ocasionar um sentimento de instabilidade no idoso e receio na realização dos movimentos comprometendo a sua mobilidade por falta de estimulação do sistema vestibular afetando ainda mais o equilíbrio levando à perda da autonomia e uma baixa autoestima (AUBERT & ALBARET, 2001; PEREIRA, 2004 *apud* GOMES, 2013).

Durante o processo de envelhecimento a autonomia é um fator preponderante para se obter uma boa qualidade de vida. Etimologicamente, autonomia significa o poder de dar a si a própria lei: *autós* (por si mesmo) e *nomos* (lei) (LALANDE, 1999 *apud* ZATTI, 2007). A autonomia é, pois, “condição”. Ela se dá não apenas na consciência dos sujeitos, mas no mundo envolvendo dois aspectos: o poder de determinar a própria lei e o poder ou a capacidade de realizar. O primeiro poder está relacionado à liberdade e ao poder de conceber, fantasiar, imaginar e decidir, e o segundo está relacionado ao fazer. Para haver autonomia, esses dois aspectos têm que estar presentes. A autonomia é limitada por condicionamentos, pois vivemos em uma sociedade com leis e atribuições que limitam as nossas ações, portanto a autonomia não é absoluta (ZATTI, 2007). Segundo Farinatti (2008) a autonomia está associada “à forma pela qual percebemos as circunstâncias da vida, segundo nossos desejos e valores”. A autonomia representa as atitudes e os comportamentos que aceitamos de livre escolha. O exercício constante da autonomia “torna a vida verdadeiramente nossa” (HAWORTH, 1986 *apud* FARINATTI, 2008). Em se tratando de autonomia relacionada à saúde há uma variabilidade de significados, que, em linhas gerais, são apresentados, na maioria dos textos, por meio de duas abordagens principais.

A primeira abordagem é considerada negativa, pois está relacionada a uma perspectiva “medicalizada”, segundo os paradigmas biomédicos de saúde, ou seja, configura-se eminentemente clínico-patológico. Nesse contexto a autonomia é caracterizada como “ausência de incapacidades” ou tratada de forma restritiva, como capacidade de realizar tarefas predeterminadas. Em contraponto a esta abordagem surge uma nova visão de saúde, opositora a tradicional, que se relaciona à cura ou prevenção de doenças. Esta abordagem recebe o nome de positiva e tem como objetivo o desenvolvimento da capacitação dos indivíduos e comunidades, aumentando o nível de conhecimento e informação e melhorando as condições para que escolham modos de vida saudáveis. Em suma, ao invés de promoverem intervenções visando à prevenção ou a cura de estados mórbidos, constroem-se condições estruturais (físicas e sociais) que permitam a realização dos objetivos individuais de vida (FARINATTI, 2008).

Infelizmente existem mais instrumentos para avaliar negativamente a autonomia de ação que positivamente, isso porque durante muito tempo priorizou-se os aspectos relacionados à saúde mental, enquanto as capacidades físicas e a mobilidade foram tratadas no plano das deficiências e da incapacidade funcional (FARINATTI, 2008). Nesse sentido para minimizar os efeitos declinativos do envelhecimento e aumentar a autonomia e a autoestima do idoso é preciso movimentar o corpo, ativar o cérebro e alegrar a alma. Farinatti (2008) lista inúmeros benefícios, imediatos e a longo prazo, da atividade física no processo de envelhecimento que abrangem os domínios cognitivo, afetivo e motor.

Benefícios imediatos:

- Regularização dos níveis glicêmicos
- Melhoria do sono

- Relaxamento
- Redução do estresse e ansiedade
- Melhoria do estado de humor
- Valorização de indivíduos idosos
- Melhoria da integração social
- Outros

Melhorias em longo prazo:

- Melhora da resistência aeróbia/cardiovascular
- Fortalecimento muscular
- Melhoria da flexibilidade, equilíbrio e coordenação
- Aumento da velocidade de movimento
- Bem estar geral
- Melhoria da saúde mental
- Melhoras cognitivas
- Melhora do controle motor e desempenho
- Aquisição de novas habilidades
- Formação de novas amizades
- Ampliação das redes sociais
- Manutenção e aquisição de novos papéis na sociedade
- Melhoria de contato entre gerações
- Outros.

A ciência chamada psicomotricidade

A Psicomotricidade é uma ciência (S.B.P) e, como tal, desfruta de um conjunto de conhecimentos que podem se destacar no âmbito da teoria, da prática ou de ambos, de modo sistematizado. De acordo com Maslow (1979, p. 26) citado por Araújo, 2006: “a ciência tem as suas origens nas necessidades de conhecer e compreender (ou explicar), isto é, nas necessidades cognitivas”. A Educação psicomotora tem como objeto de estudo o Homem, na sua integralidade, transcendendo as experiências vividas, corporais, para a individualidade, linguagem e socialização (ALMEIDA, 2008). O aspecto comunicativo do ser humano é o elemento fundamental do desenvolvimento psicomotor. As abordagens psicomotoras podem ser divididas, de acordo com a sua aplicabilidade, em relacional e funcional.

A linha psicomotora relacional tem um valor preventivo que abrange as relações de desejos e frustrações expressas pelo corpo, num cenário de ações lúdicas e prazerosas, permitindo de forma espontânea que os indivíduos expressem seus potenciais com liberdade e autenticidade todo o seu potencial motor, cognitivo social e relacional.

A psicomotricidade funcional faz referência ao desenvolvimento motor numa relação espaço-temporal, levando-se em conta o processo de desenvolvimento humano decorrente da maturação. As atividades psicomotoras podem ser mensuradas e, em função disto, acompanhadas em termos de verificação da qualidade do desempenho, uma vez que elas têm a perspectiva de sanar ou desenvolver possíveis descompassos do desenvolvimento motriz (NEGRINE, 2002 *apud* MACHADO & TAVARES, 2010).

Quando o trabalho psicomotor é direcionado ao público idoso a psicomotricidade se utiliza dos conhecimentos em gerontologia

e nesse sentido aborda os aspectos regressivos do sistema psicomotor denominando-se como gerontopsicomotricidade, que seria:

A prática dirigida ao idoso através da psicomotricidade, que prioriza o desenvolvimento de uma maior consciência corporal através da ação concomitante do sentir, agir, e pensar contribuindo para maior autonomia no relacionamento interpessoal, na integração familiar e na sociedade (FARIA, 2002, p. 25 *apud* COSTA, 2011, p. 46).

Nessa perspectiva, a gerontopsicomotricidade vai atuar na manutenção das necessidades básicas do idoso, melhorando e/ou conservando a tonicidade muscular tornando-a funcional nas atividades diárias, melhorando a postura, a imagem corporal, a organização espaço-temporal, aguçando a criatividade, a emoção e o prazer em viver (VASCONCELOS, 2003 *apud* COSTA, 2011, p. 59).

Propostas de exercícios como fator de prevenção e diminuição dos efeitos do envelhecimento

Conforme citado anteriormente, quando chegamos à senescência ocorre um declínio das funções motoras sendo estas de suma importância para manutenção das atividades da vida diária (AVDs). As limitações de movimento encontradas pelo idoso são inerentes da idade, pois nesse período ocorre um aumento do tempo de reação entre o estímulo e o início da resposta (MORAGAS, 1997 *apud* COSTA, 2011, p. 48). Segundo Neto (2009) é importante realizar a manutenção dos elementos básicos da motricidade humana que veremos a seguir.

- **Motricidade fina:** representa a coordenação viso manual, que “é um processo de ação que existe coincidência entre o ato motor e uma estimulação visual” e é a mais frequente e comum no homem, ela atua para pegar objetos, lançar, escrever, desenhar, pintar entre outros, resultando em um conjunto de três componentes objeto/olho/mão.
- **Motricidade Global:** Envolve movimentos dos grandes grupamentos musculares e para serem bem sucedidos dependem de outras habilidades motoras como coordenação, agilidade, ritmo entre outros.
- **Equilíbrio:** O equilíbrio é a base de toda ação diferenciada dos segmentos corporais. Quanto mais energia se gasta durante o movimento para manter o equilíbrio, maior é a fadiga corporal, mental e espiritual e conseqüentemente ocorre o aumento da angústia, ansiedade e o nível de estresse do idoso.
- **Esquema corporal:** É a imagem que se tem do corpo na qual se regula a postura independente das informações sensoriais. Esse modelo sustenta todos os gestos que o corpo realiza sobre si mesmo e sobre os objetos exteriores.
- **Organização espacial:** A organização espacial depende da estrutura do nosso corpo e do espaço físico que nos rodeiam. Nesse contexto, para ter uma boa organização espacial é necessário avaliar o espaço que nos rodeia e as modificações ocorridas no percurso que condicionam nossa orientação espacial.
- **Organização temporal:** O tempo está relacionado à memória, à medida que realiza uma tarefa, o tempo passa. A organização temporal está ligada à ordem e a duração dos acontecimentos.

Além dos elementos supracitados, sugere-se a manutenção das capacidades aeróbia, de flexibilidade e de força. Abaixo, encontram-se algumas atividades psicomotoras, propostas por Rosa Neto (2009) para prevenção e manutenção de uma vida mais saudável. Vale ressaltar que antes de começar um programa de atividade física deve-se realizar uma avaliação médica e física.

- ▶ **Construção de petecas:** Tem como objetivo desenvolver coordenação fina manual e criatividade.

Desenvolvimento: Amassar uma folha de jornal, após deve-se cobrir com outra folha de jornal puxando as pontas e amarrando com barbante. Caso fique leve, colocar um pouco de areia em um saco pequeno, amarrar, cobrir com jornal fazendo uma bola, em seguida cobrir com outra folha de jornal puxando as pontas e amarrando com barbante.

Propostas: Jogar para cima o mais alto que conseguir; Jogar para cima dar um giro e agarrar; Jogar para cima bater palmas e agarrar; Jogar em duplas; Usar a criatividade.

- ▶ **Quebra-cabeça:** Tem como objetivo desenvolver motricidade óculo manual.

Desenvolvimento: Distribuir desenhos a todos da turma. Cada participante deverá colorir sua figura, colar em um papelão ou papel cartão e depois recortá-la em vários pedaços, com o intuito de formar um quebra cabeça para um colega montar.

Propostas: Montar o quebra-cabeça sozinha ou em grupo.

- ▶ **Bolas I:** Tem como objetivo melhorar as habilidades de lançar, desenvolver a força e a coordenação.

Desenvolvimento: Cada um com uma bola na mão.

Propostas: Lançar a bola para o alto e apanhá-la; Lançar a bola para o alto deixá-la quicar e apanhá-la; Lançar a bola contra a parede e apanhá-la sem deixar tocar no solo; Usar a criatividade.

- ▶ **Bolas II:** Tem como objetivo estimular o equilíbrio em suas mais variadas formas.

Desenvolvimento: Cada um com uma bola na mão.

Propostas: Com a bola nas mãos, apoiá-la no solo, elevando uma das pernas; Com a bola entre os joelhos, saltar para frente, para os lados e para trás; Com a bola sobre a cabeça, deslocar-se para frente ou para trás, tentando equilibrá-la com a proteção de uma das mãos; Usar a criatividade.

- ▶ **Trave de equilíbrio:** Tem como objetivo estimular o equilíbrio estático e dinâmico.

Desenvolvimento: Andar na trave de equilíbrio ou no banco sueco. Todos em fila indiana.

Propostas: Fazer deslocamentos frontais e laterais; Equilibrar-se só com um pé; Deslocar-se e parar só com um dos pés; Saltar e parar com um dos pés; Usar a criatividade.

- ▶ **Mímica:** Tem como objetivo desenvolver a organização espacial, a organização temporal, a percepção dos gestos e traduzir disso uma informação.

Desenvolvimento: Dois grupos. Um componente por vez para fazer à mímica.

Proposta: Ao receber do outro grupo o tema da mímica, este terá um tempo determinado para representá-la através de gestos para que sua equipe descubra.

- ▶ **Relaxamento proprioceptivo:** Tem como objetivo desenvolver o esquema corporal, o conhecimento corporal, a propriocepção e a dissociação do todo e do segmento.

Desenvolvimento: Cada um deverá permanecer em decúbito dorsal no colchonete e acompanhar os comandos.

Propostas: “vamos movimentar as articulações dos dedos do pé direito”; “vamos movimentar as articulações do tornozelo, logo o joelho, quadril, etc.”.

- ▶ **Dentro e fora:** Tem como objetivo desenvolver noções de organização espacial, forma e dimensão. Projetar o corpo no espaço.

Desenvolvimento: Traças no chão com um giz um grande círculo, duas linhas retas (uma maior e outra menor) e dois triângulos (bem distantes). Os integrantes deverão começar dentro do círculo e seguir os comandos. Realizar os mesmos comandos de olhos fechados.

Propostas: “Fora!”: Todos deverão ficar fora do círculo; “Dentro!”: Todos deverão ficar dentro do círculo; “Maior!”: Todos deverão correr para linha maior; “Menor!”: Todos deverão correr para linha menor; “Triângulo!”: Todos deverão correr para um dos triângulos.

- ▶ **Tocar o Bumbo:** Tem como objetivo desenvolver a organização temporal e noção de ritmo, de tempo e de espaço. Desenvolver a capacidade de abstrair os comandos e a memorização.

Desenvolvimento: Os idosos espalhados livremente pelo espaço deverão executar, de acordo com o som do bumbo (ou outro instrumento), as tarefas previamente estabelecidas pelo coordenados da atividade.

Propostas: Som em ritmo lento: caminhar; Som em ritmo rápido: marchar; Som em ritmo mais acelerado: correr; Um toque no bumbo: andar em diagonal; Dois toques no bumbo: Andar de ré; Outros.

- ▶ **Dança da cadeira:** Tem como objetivo desenvolver agilidade, ritmo, atenção e concentração.

Desenvolvimento: Colocar cadeiras em círculo. O número de cadeiras deverá ser uma a menos do número total de participantes.

Propostas: Ao som de uma música todos deverão andar no sentido anti-horário em volta das cadeiras. Quando a música parar todos deverá sentar-se em uma das cadeiras. Quem não conseguir sentar sai e retira-se uma cadeira; Pode-se realizar essa atividade com o número de cadeiras igual ao número de participantes e nesse caso ninguém sai da brincadeira.

Atividades cognitivas como dominó, dama, xadrez, jogo da memória, jogos de tabuleiro, baralho, Cruzadas, entre outros, favorecem a estimulação da memória e da atenção. Elas são fundamentais

para manutenção e formação das redes neurais e, desta forma, irá interferir, positivamente, na diminuição do declínio cognitivo, fruto do envelhecimento normal de qualquer indivíduo.

Considerações finais

Exercício é obrigação para quem deseja ter uma vida saudável e, um dever, para quem, além disso, pretende amenizar, um tanto quanto possível, os efeitos do envelhecimento. O exercício psicomotor agrega estímulos em todas as direções, atingindo os aspectos social, cognitivo, afetivo e motor. Deste modo, beneficia a autoestima do idoso na medida em que pode manter a sua independência psíquica, física e reescrever um novo olhar sobre si mesmo. Talvez seja esta percepção a promotora de um estilo de personalidade que ao desenvolver a resiliência possam adaptar-se as mudanças que continuarão acontecendo. É esperado que a confiança em si mesmo, a autonomia na realização das tarefas cotidianas, a autoeficácia, fruto de um melhor condicionamento físico, o prazer, e o grande vínculo relacional entre os praticantes de exercícios físicos, sejam elementos promotores de um envelhecimento sadio e feliz (WEINBERG; GOULD, 2008).

Referências

- ALMEIDA, G. P. **Teoria e prática em psicomotricidade:** jogos, atividades lúdicas, expressão corporal e brincadeiras infantis. 4 ed. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2008.
- ARAÚJO, C. A. A. **A ciência como forma de conhecimento.** *Ciência & Cognição* 2006; vol: 08: 127- 42. Retirado em <http://www.cienciasecognicao.org/pdf/v08/m32690.pdf>. Acesso em 23 de junho de 2014.
- BENEDETTI, T. B.; PETROSKI, E. L.; GONÇALVES, L. T. **Exercícios físicos, autoimagem e autoestima em idosos asilados.** *Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano.* v. 5, n. 2, p. 69-74, 2003.
- BOMPA, T. O. **Periodização: Teoria e Metodologia do Treinamento.** 4 ed. São Paulo: Phorte, 2002.
- CASSOU, A. C. N.; FERMINO, R. C.; SANTOS, M. S.; RODRIGUEZ - AÑEZ, C. R.; *et al.* **Barreiras para a atividade física em idosos:** uma análise por grupos focais. *Revista da Educação Física/UEM Maringá,* v. 19, n. 3, p. 353-360, 3º. trim. 2008.
- CHEIK, N. C.; REIS, I. T.; HEREDIA, R. A. G.; VENTURA, M. L.; TUFIK, S.; ANTUNES, H. K. M.; MELLO, M. T. **Efeitos do exercício físico e da atividade física na depressão e ansiedade em indivíduos idosos.** *R. bras. Ci. e Mov.* v. 11, 45-52, 2003.
- COSTA, M. L. A. **Qualidade de vida na terceira idade:** A psicomotricidade como estratégia de educação em saúde. Dissertação em Pós-graduação Strictu Sensu em Ciências da Educação. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. Lisboa, 2011.
- DESSEN, M. A; COSTA JR, A. L.& colaboradores. **A Ciência do Desenvolvimento Humano:** Tendências atuais e perspectivas futuras. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 90-131.
- DUARTE, Y, A. O.; ANDRADE, C. L.; LEBRÃO, M. L. O. **Índex de Katz na avaliação da funcionalidade dos idosos.** *Revista Escola Enfermagem/USP,* 41(2): 317 - 25, 2007.
- FARINATTI, P. T. V. **Envelhecimento, promoção da saúde e exercício:** bases teóricas e metodológicas. v 1. Barueri, SP: Manole, 2008.
- _____; FERREIRA, M. S. **Saúde, promoção da saúde e educação física:** Conceitos, princípios e aplicações. Rio de Janeiro, Editora, UERJ, 2006.
- FERNANDES, M.; GARCIA, L. **O Corpo Envelhecido:** percepção e vivência de mulheres idosas. *Interface (Botucatu) – Comunicação, Saúde, Educação.* v. 14, n° 35, 2010.
- FINCH, C. E.; SCHNEIDER, E. L. **Envelhecimento e medicina geriátrica.** *In:* BENETT, J.C; PLUM, F. *Tratado de medicina interna.* Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997. p. 15-29.
- FLECK, C. M. **Autonomia na Educação segundo Paulo Freire.** Dissertação de mestrado. Universidade Regional de Blumenau, 2004.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 50 ed. Ver. e atual. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2011.
- _____. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa, São Paulo: Paz e Terra, 2011.

- GARDNER, Howard. **Estruturas da mente: a teoria das inteligências múltiplas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- _____. **Inteligências Múltiplas: a teoria na prática**. Porto Alegre: Artesmédicas, 1995.
- GIL, Antônio. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.
- GIMENES, B. P. **O jogo de regras no jogo da vida: sua função psicopedagógica na sociabilidade e na afetividade de pré-adolescentes**. São Paulo: Vetor, 2000.
- GOMES, A. P. P. **A intervenção psicomotora no envelhecimento patológico**. Dissertação de mestrado. Universidade Técnica de Lisboa – Faculdade de Motricidade Humana, 2013. [HTTP://www.who.int/gho/publications/world_health_statistics/EN_WHS2014_Part3.pdf?ua=1](http://www.who.int/gho/publications/world_health_statistics/EN_WHS2014_Part3.pdf?ua=1). Acesso em 22/06/14. <http://teen.ibge.gov.br/noticias-teen>. Acesso em 22/06/14.
- HENNINGTON, E. A. **Gestão dos processos de trabalho e humanização em saúde: reflexões a partir da ergologia**. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 555-561, jun. 2008.
- LAMBERTUCCI, R. H.; PUGGINA, E. F.; PITHON-CURI, T. C. **Efeitos da atividade física em condições patológicas**. Revista Brasileira Ciência e Movimento. 14(1): 67-74, 2006.
- MEDEIROS, C. B. **O Breve Tempo de Ser: duas velhices e alguns flagrantes de felicidade**. Mulemba. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 1, n. 6, p. 83-96, jan./jul. 2012.
- MENEZES, T. M. O., LOPES, M. L. R. & AZEVEDO, R. F., (2009). **A pessoa idosa e o corpo: uma transformação inevitável**. Revista Electrónica de Enfermagem. Nº 11, v. 3, p. 598-604. Retirado em <http://www.fen.ufg.br/revista/v11/n3/pdf/v11n3a17.pdf>. Acesso em 13 de junho de 2014.
- NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: Conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 4 ed. Londrina: Mediograf, 2006.
- NERI A. L. **Envelhecer bem no trabalho: possibilidades individuais, organizacionais e sociais**. São Paulo: SESC. Rev A Terceira Idade 2002; 13(24): 7-27.
- NETO, F. R. CARVALHO, A. C. *et al.* **Manual de Avaliação física para terceira idade**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- OCARINO, N. M.; SERAKIDES, R. **Efeito da atividade física no osso normal e na prevenção e tratamento da osteoporose**. Rev Bras Med Esporte. v. 12, p. 164-168, 2006.
- PAYNE, V. G., ISAACS, L. D. **Desenvolvimento motor humano: uma abordagem vitalícia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
- VITAL, C. T. **A importância das atividades psicomotoras nas aulas de Educação Física na educação infantil**. Monografia de Pós-graduação Lato Sensu em Psicomotricidade. Universidade Cândido Mendes – Instituto a Voz do Mestre, 2007.
- ZATTI, V. **Autonomia e Educação em Immanuel Kant e Paulo Freire**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. WEINBERG, R. S, GOULD, D. **Fundamentos da Psicologia do Esporte e do Exercício**. Porto Alegre: Artmed, 2008.



6 - O dinheiro eletrônico e o imigrante digital idoso

Fábio Machado de Oliveira

Maria Eugênia Ferreira Totti

Considerações iniciais

A temática envolvendo a terceira idade cada vez mais ganha espaço nos estudos científicos frente à expansão do envelhecimento demográfico da população, que conta com um crescente aumento na expectativa de vida graças aos avanços da ciência. Dentro desse contexto, observa-se que no Brasil a população com idade superior a 65 anos de idade passou de 4,8% para 5,9% do seu total entre os anos 1991 e 2000 (IBGE, 2003). Por sua vez, os dados do censo demográfico de 2010 (IBGE, 2010) revelam que esse número saltou para 7,4%.

O cenário atual fomenta a preocupação com relação à adoção de políticas públicas voltadas para a temática da terceira idade e o aumento de estudos acadêmicos visando atender às demandas geradas por esse público tão peculiar. Para Kachar (2003), o idoso está submetido a muitos obstáculos frente às novas tecnologias da informação, mesmo em questões básicas, quanto na compreensão dessa linguagem moderna, pois sua geração é marcada por uma relativa estabilidade e não se adapta as rápidas e complexas mudanças tecnológicas.

Sendo assim, esse trabalho tem como principal propósito uma minuciosa pesquisa de revisão da literatura, de como essas novas tecnologias estão propiciando as profundas mudanças na reinvenção do dinheiro e como a terceira idade vem sendo afetada por esse processo tecnológico. Outro ponto importante é observar e relatar como essas novas possibilidades se mostram presentes nas relações da humanidade com o dinheiro de forma virtual e todo seu aparato tecnológico. Como fundamentação teórica, autores como Weatherford (1999), Kachar (2003) e outros artigos científicos sustentam as ideias e reflexões

desenvolvidas. Por fim, as questões levantadas nessa pesquisa visam contribuir com trabalhos futuros que desenvolvam tecnologias para inclusão digital de idosos e um olhar crítico diante desses fenômenos de transformação da sociedade.

A antropologia das moedas virtuais

Para compreender como o dinheiro movimenta nosso mundo, Weatherford (1999) diz que este existe como uma instituição social, pois para um objeto servir como material representativo de valores econômicos é preciso um sistema sociocultural específico que lhe outorga esse fim. A partir desse conceito muitos objetos podem servir como dinheiro.

Foi assim que ao longo da história da humanidade, os povos como os astecas usavam chocolate como dinheiro, isto é, as sementes de cacau. Essas sementes eram utilizadas para trocar coisas no mercado asteca e define o uso do dinheiro como *commodity*, pois nesse formato o dinheiro tem enorme vantagem de se tornar um item de consumo. Diferente do papel-moeda e de moedas baratas que sofrem perdas em seu valor nominal, a *commodity* tem seu valor em si. Para os astecas, moer os grãos de cacau e transformá-los em uma pasta de chocolate misturada a uma porção de água, produzia uma deliciosa bebida que consumiam frequentemente (WEATHERFORD, 1999, p. 22).

Em Fiji e em algumas ilhas vizinhas, dentes de baleia eram apreciados e qualificados como itens de valor. Nesse contexto, temos as *commodities* duráveis que propiciaram o acúmulo de valor, diferente das sementes de cacau, o dente de baleia não perecia ao longo do tempo e poderia ser guardado em locais mais simplificados e menores. Foi assim que conchas, pedras e dentes tornaram-se dinheiro primitivo de consumo tribal, mas nem

sempre esses objetos eram bem aceitos em outros lugares, impedindo a permuta em um sistema comercial (WEATHERFORD, 1999, p. 26).

Segundo Weatherford (1999), a região atualmente conhecida como a Turquia, foi a responsável por cunhar as primeiras moedas como conhecemos e utiliza-las como objeto de representação de valor para sua principal atividade que era o comércio. Nesse tempo o povo que habitava essa região era conhecido como lídios e os reis da Lídia passaram a produzir moedas em electro, uma liga de ouro e prata, com um formato de bala oval e tamanho da digital do polegar de um adulto, com uma marca da cabeça de um leão para garantir sua autenticidade como pode ser visto na Figura 1.

Figura 1 – Moeda de Creso, Rei da Lídia, Século VI a.C.



Fonte: Google Imagens

Da Lídia para Grécia, posteriormente no império Romano e atravessando toda a idade média, o dinheiro na forma de moeda arredondada, com tamanho e peso padronizados, produzidos a partir de uma liga metálica (ouro e prata), marcada com emblemas visando sua chancela, define toda sua trajetória até a era moderna com o surgimento das primeiras iniciativas de aceitação de

papel-moeda nos Estados Unidos ainda no início de sua formação como nação e terreno fértil para novos ideais como o iluminismo. Nessa trajetória o dinheiro passou a ser um dos pilares na sociedade ocidental, pois define prestígio social e propicia acesso a todas as estruturas materiais estabelecidas, para Lewis Lapham, “O dinheiro é um dos principais materiais com os quais a humanidade ergue a arquitetura da civilização”.

Chegamos a era do conhecimento, onde a sociedade da informação imprime novas relações e o dinheiro passa novamente por profundas modificações as quais estão acontecendo e ainda estão longe de uma definição. (WEATHERFORD, 1999, p. 8-156). Segundo Neiburg (2007), as últimas décadas do século XX foram palco de inúmeras crises monetárias. E, os efeitos imediatos desses acontecimentos evidenciam o caráter convencional do dinheiro.

As recentes mudanças e avanços nas tecnologias de informação e comunicação já estão claramente alterando a forma como nos relacionamos com o dinheiro e parecem marcar o fim de uma ordem. Entretanto, é certo que o fim dessa ordem econômica não estabelece o fechamento do comércio ou a morte do dinheiro. Weatherford em seu livro “A História do Dinheiro” nos apresenta a seguinte reflexão:

[...] Apesar de intervenções um tanto ineficazes mas extensivas em diversos níveis, nenhum governo parece capaz de controlar sua própria moeda, e novas instituições financeiras agora se espalham pelo globo em uma rede de empresas interconectadas com poder nunca visto antes na história. Apesar da alarmante situação monetária, o fim da atual ordem não irá marcar o final do comércio e nem a morte do dinheiro. Mesmo enquanto o antigo sistema cambaleia hesitante para o túmulo, podemos perceber o novo sistema erguendo-se

no horizonte, preparando-se para substituí-lo. Podemos ver uma imagem tremula daquele novo sistema no suave brilho da tela do computador, sentir seu aroma picante entre cabos elétricos que se estendem para realização de qualquer operação de câmbio internacional. Podemos ouvi-lo no zumbido eletrônico de chips codificados em cartões plásticos passando por leitores eletrônicos que já estão substituindo antigas caixas registradoras. No campo do ciberespaço, o dinheiro está sendo reinventado como uma força que pode aparecer instantaneamente em qualquer lugar do mundo e em qualquer quantia. Não mais atrelado às fortunas do governo ou a um único país, o novo dinheiro está surgindo de diversas formas. O novo dinheiro é poder puro. (WEATHERFORD, A História do Dinheiro, 1999, p. XII).

Para Weatherford (1999) as novas tecnologias são o suporte para as mudanças na forma como recebemos e empregamos nosso dinheiro e estão transformando a maneira como distribuimos os produtos e organizamos a vida civil.

Esse mesmo autor relata que o no início do século XXI o mundo está entrando na era do dinheiro eletrônico e da economia virtual. A consolidação do dinheiro eletrônico irá produzir mudanças radicais nos sistemas políticos, na organização das empresas e na natureza da organização de classes, ao nível em que “o dinheiro virtual promete criar sua própria versão de civilização que será tão diferente do mundo moderno quanto este é do mundo dos astecas ou dos viquingues” (WEATHERFORD, 1999, p. XII).

Nos apontamentos feitos por Weatherford (1999), o autor nos mostra que,

[...] O dinheiro eletrônico promete expandir seu papel como dinheiro em nossa sociedade muito mais do que o metal, o papel e o plástico fizeram. As pessoas criarão novos usos para o dinheiro eletrônico que não podemos sequer imaginar e que não poderiam ter sido possíveis com as formas anteriores do dinheiro. A humanidade usou o dinheiro durante 25 séculos. Ao longo desse tempo, passou por fases de crescimento e estagnação alternadamente, foi abandonado e ressuscitado, adulterado e restaurado, valorizado e desvalorizado. Depois da tradição monetária relativamente longa e de sucesso com base no ouro e na prata, o dinheiro sofreu nova mutação no século XX, passando a ser impulsos eletrônicos invisíveis que, no início, pareciam nada mais do que uma forma moderna mais eficiente de tinta com a qual se registravam números e informações. Mas essa nova mutação demonstrou ser algo muito mais flexível do que qualquer estudioso, comerciante, guru ou sensível previu. Livre, finalmente, dos confins do espaço e tempo, do controle de qualquer governo, de qualquer grupo de corporações, e até das forças normais da economia, o dinheiro passou para um nível moderno e uma entidade totalmente nova. O dinheiro nunca mais será o que foi (WEATHERFORD, *A História do Dinheiro*, 1999. p. 252-253).

Na sociedade da informação uma nova configuração nas relações apresenta-se nos diversos aspectos da organização da humanidade. Conhecer onde os indivíduos se estabelecem e são agrupados nos ajuda a compreender todos esses fenômenos e atuar de

forma ética visando à inclusão de todos nesse processo, e deixa claro que aqui seu poder de mudança para o bem ou para o mal.

Imigrante digital Idoso: o termo, a definição e o conceito

O termo nativo e imigrante digital foi cunhado por Prensky (2001) para descrever dois tipos de gerações. A primeira geração, dos imigrantes digitais que presenciaram a consolidação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC'S) e da rede mundial de computadores. A segunda geração, dos nativos digitais, representa os indivíduos que nasceram em um mundo onde os computadores, celulares, internet e outras tecnologias já estavam presentes.

Recorrendo a teoria de Prensky (2001) na definição de Nativos e Imigrantes Digitais é preciso considerar que sua sustentação está baseada no surgimento da Web 2.0, que se caracteriza por uma usabilidade da internet com mais interatividade, dinamismo e acessibilidade. O ano de 1990 marca a criação da tecnologia de hipertexto¹, pelo físico inglês Tim Berners-Lee, no CERN², que lançou as bases para essas novas possibilidades na internet que até então tinha um uso restrito a interesses acadêmicos e militares.

Em seguida Marc Andreessen cria um software que tornou possível a navegação em páginas da internet como conhecemos na atualidade. Esse software propiciou superar a limitação de páginas estáticas e passou a incluir a possibilidade de interação com

1 Termo criado por Theodor H. Nelson que, em suas palavras, significa: “Por hipertexto pretendo significar escrita não sequencial, um termo que se ramifica e permite escolhas ao seu leitor e que, preferencialmente, deverá ser consultado num monitor interativo”.

2 CERN – Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire - Organização Europeia para Pesquisa Nuclear.

imagens, vídeos, sons e páginas com conteúdo dinâmico, daí por diante foi uma questão de tempo para a internet se transformar no que conhecemos atualmente.

Fechando o entendimento de Prensky (2001), durante esse período, que inicia na década de 1990, os Nativos Digitais estavam nascendo e já chegaram ao mundo com uma internet evoluída, agora com mecanismos de busca de conteúdo, como o Google®, telefonia móvel e muitas possibilidades de conexão nessa rede mundial de computadores.

Um Imigrante Digital, como aponta Prensky (2001), é um indivíduo que nasceu antes de 1990 e não teve contato suficiente com essas novas tecnologias, por isso não teriam a experiência e a desenvoltura nesse novo mundo conectado.

O Imigrante Digital Idoso nasceu em um mundo analógico e não fala a “língua” desse novo mundo, contudo ele pode aprender essa nova língua, porém trará o sotaque característico de todo estrangeiro. Com um olhar mais otimista, Souza (2009) diz que esse novo mundo é formado pelo conjunto de costumes e conhecimentos agregados ao aparato tecnológico implantado, contudo, são ainda referenciados em costumes e práticas tradicionais e isso pode ajudar nesse processo de inclusão.

Os idosos no ciberespaço inseridos na cibercultura

O termo *ciberespaço* foi utilizado pela primeira vez por William Gibson (1984) em seu livro *Neuromancer*, relatando um mundo abstrato que possibilitava à mente uma viagem fluida e constante para onde ela desejasse, por meio de recursos tecnológicos computacionais que reproduziam virtualmente o mundo real. Para Souza e Costa (2006) o conceito de ciberespaço está ligado à interação entre aspectos físicos e linguísticos, a partir de instruções

direcionadas em linguagem de máquina para operações instruídas por meios das informações fornecidas pelos usuários. Os autores complementam dizendo que no ciberespaço encontramos interconexões de redes com tecnologias que permitam a mediação da comunicação entre indivíduos, representando a virtualização de um lugar.

Complementando as ideias sobre ciberespaço, Lévy (1999) diz que, nos espaços virtuais, encontramos um fenômeno de concentração de grande quantidade de indivíduos conectados por desejos comuns ou sem maiores pretensões. Uma iniciativa direta e precisa em Castells (2001), diz que a rede mundial de computadores representa um espaço novo que podemos chamar de ciberespaço.

A utilização de recursos pelo homem desde os primórdios de sua existência tem o claro objetivo de juntar e preservar os saberes e suas vivências no ambiente com outros indivíduos formando a sua cultura. Sendo assim Santos (2002, p. 50) afirma: “a cultura é a dimensão da sociedade que inclui todo o conhecimento num sentido ampliado e todas as maneiras como esse conhecimento é expresso. É uma dimensão dinâmica, criadora, ela mesma um processo, uma dimensão fundamental das sociedades contemporâneas”.

A sociedade em rede gera dentro desse local de comunicação, através de computadores, celulares e outros artefatos tecnológicos a cibercultura. Para esclarecer esse conceito, Trivinhos apresenta a seguinte definição:

Cibercultura designa a configuração material, simbólica e imaginária da vida humana correspondente à predominância mundial das tecnologias e das redes digitais avançadas, na esfera do trabalho, do tempo livre e do lazer (TRIVINHOS, 2007, p. 116).

Segundo Mattos e Souza (2012) as características e interesses comuns desses indivíduos evidenciam sua sociabilidade e suas conexões de interesses. Como esse universo se mostra muito obscuro e abstrato a Figura 2 tenta por meio da representação semiótica, revelar esses conceitos na imagem abaixo.

Figura 2 – Representação simbólica do indivíduo no ciberespaço inserido na cibercultura



Fonte: Google Imagens.

Para os Idosos o acesso ao computador ainda representa um fator de exclusão no ciberespaço, pois muitos só contam com a renda de suas aposentadorias. Segundo Lima, Nogueira e Burgos (2008) são fatos de exclusão digital a falta de acesso aos recursos

digitais, humanos e sociais, isto é, o idoso precisa ser inserido no espaço informacional das redes com qualidade na orientação de seus interesses durante a obtenção desse conhecimento.

Segundo Kachar (2003, p. 43) apesar de suas limitações específicas de aprendizado, as mesmas não impossibilitam a aprendizagem.

As alterações fisiológicas do envelhecimento decorrentes da senescência em alguns aspectos são significativas na vida do indivíduo e na sua relação com o computador. O declínio de algumas atividades não inviabiliza a apropriação e o domínio do recurso tecnológico, mas exige um contexto educacional específico que atenda às condições de aprender sobre a máquina e por meio dela explorar outras possibilidades de desenvolvimento do indivíduo (KACHAR, 2003, p. 47).

Perante todos os fatos relatados até aqui não se justifica a exclusão involuntária dos Idosos do Ciberespaço muito menos da Cibercultura.

O idoso e sua relação com o dinheiro eletrônico

O Brasil possui o que Neiburg (2007) chama de “cultura monetária” institucionalizada após um longo período de instabilidade econômica e inflação. O autor destaca que após o golpe militar foi inventada a “correção monetária” e assim o programa de ação econômica do governo militar criou várias moedas virtuais para indexar preços, salários, aluguéis e bolsa de estudo acadêmico. O emprego dessa estratégia serviu como parâmetro de referencia na cotação e reajustes de todos os contratos da economia nacional.

A partir desse ponto, pode-se concluir que os idosos tem uma considerável experiência em operar moedas virtuais. Surge, então, uma questão: por que esses indivíduos não estão usando esses novos modelos de virtualização do dinheiro?

Em seus estudos sobre o uso de máquinas de autoatendimento bancário Clarke (2001) diz que:

O sucesso dessas máquinas está na confiança que os clientes depositam nelas e na avaliação realizada pelo cliente, quanto à sua própria capacidade de entendê-las e utilizá-las. Se a máquina parecer passível de atuar de maneira inesperada, facilitar fraudes contra o cliente, gerar erros na conta dele ou colocar em risco sua segurança pessoal, ele não confiará na máquina e não a utilizará (CLARKE, 2001, p. 28).

Em sua recente pesquisa Brito (2012) apresenta dados importantes que mostram o comportamento de Idosos na internet e suas preferências, detalhadas:

[...] Os idosos inquiridos usam o computador em casa (64%) e consideram a Internet um serviço relevante, pois 59% utiliza-a. No entanto, uma parte da amostra (27%) não utiliza o computador em casa, referindo principalmente dificuldades a nível financeiro. Todos os inquiridos que afirmaram não ter computador, gostariam de o ter e também de aceder à Internet no mesmo, revelando um grande interesse pela sua utilização. De facto, o computador continua a ser uma ferramenta dispendiosa para alguns idosos. No computador, as atividades preferidas pelos idosos são visitar sites (85%) e também realizar atividades de carácter social, nomeadamente

enviar e receber correio eletrônico (70%), anexando fotos, vídeos ou músicas (55%), e conversar com familiares e amigos no chat (55%). Para além destas atividades, também realizam jogos (50%), ouvem música ou assistem a programas e vídeo pela Internet (45%) (BRITO, 2012, p. 1199).

Com isso, observa-se que o uso da internet para transações financeiras é muito pequeno e restrito a pagamentos ou compras via internet. Talvez a explicação esteja na concepção desses sistemas que não consideram a usabilidade. As interfaces devem proporcionar um conforto e confiança ao Idoso na realização de transações nesse ambiente (FERREIRA; LEITE, 2003).

As novas tecnologias para um novo modelo econômico com a inclusão de Idosos

Os estudos de Souza (2009) mostram as profundas mudanças na formação de uma nova sociedade, são muitas variáveis que levam o indivíduo a se isolar e optar por uma forma de comunicação com o mundo exterior que o computador e a internet possibilitam. Novos caminhos para novas formas de trabalho, estudo e lazer. Esse autor relata que:

Diante de tantas mudanças na sociedade moderna, trazidas pela cibercultura, inferimos que estamos diante de uma nova forma de produção social do espaço, na qual o tempo-real instantâneo é um tempo sem tempo e o novo dia-a-dia é destituído de espaço e matéria. A imagem-fluxo, a presentificação, a realidade virtual e as diversas possibilidades de comunicação no ciberespaço sugerem um novo ambiente: as cidades digitais. A realidade virtual que

se apresenta no ciberespaço não é somente fruto de contemplação sensorial das imagens e troca de informações, mas uma forma objetiva de ser da nova materialidade do arranjo social em redes de comunicação (SOUZA; GOMES, 2009, p. 11).

A educação tem um papel primordial nessa transformação. Os estudos sobre o uso de novas tecnologias na educação com inclusão de conceitos de acessibilidade, usabilidade e interfaces intuitivas tem sido recorrentes, onde Moran (2004, p. 46) em sua fala "(...) são múltiplas as possibilidades de utilizar as novas tecnologias a favor da educação" corroboram com essas iniciativas.

Segundo Lévy (1999), o uso inadequado dessas tecnologias só dificulta mais o processo de mudança, deixando uma má impressão e criando mais resistência ao novo, isto é:

Não se trata de usar as tecnologias a qualquer custo, mas sim de acompanhar consciente e deliberadamente uma mudança de civilização que questiona profundamente as formas institucionais, as mentalidades e a cultura dos sistemas educacionais tradicionais e, sobretudo os papéis de professor e de aluno (LÉVY, 1999, p. 163).

Um bom exemplo de uma ação nesse sentido, como relata Ikeida (2012) está no desenvolvimento de um *smartphone*³ para idosos pela empresa sueca Doro⁴, que traz em suas especificações teclas bem grandes e uma tela sensível ao toque adaptada. Sua interface foi modelada com imagens grandes para reconhecimento e acesso

3 Aparelho celular com conectividade na internet e funções inteligentes.

4 Empresa Sueca que desenvolve tecnologias para terceira idade, <http://www.dorouse.us>

rápido, tornando simples a necessidade que salvar um contato na agenda do aparelho. Outro detalhe presente no aparelho, em sua parte traseira, existe um botão emergência, que pode chamar um socorro, caso a pessoa se sinta mal ou se encontre em situação de risco. A Figura 3 mostra o aparelho celular descrito acima:

Figura 3 – Doro Phone Easy 740: o público alvo é a terceira idade



Fonte: <http://goo.gl/x35evD>. Acesso em 21 de junho de 2014.

Considerações finais

Ao descrever os resultados encontrados nesse estudo, pode-se verificar a consolidação da virtualização do dinheiro, impulsionado pelo avanço das novas tecnologias da informação e comunicação. Entender a origem do dinheiro no espaço antropológico da evolução humana ajuda a perceber que as recentes transformações em outros segmentos da sociedade, também chegaram para a economia.

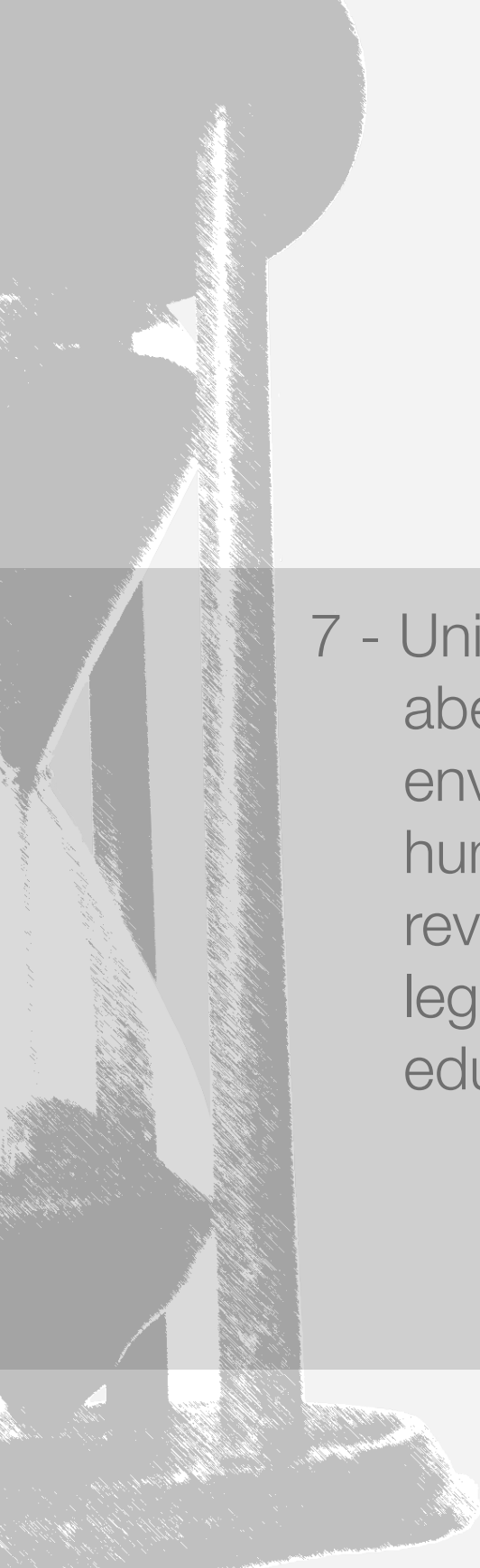
Todo trabalho de revisão bibliográfica buscou os principais teóricos dentro das suas áreas de pesquisas e esclarece a complexidade das novas tecnologias da informação e comunicação aliadas à necessidade da humanidade no uso do dinheiro como pilar de sustentação da cultura em vários momentos de sua existência. Foram abordados os temas que norteiam os Idosos nessa sociedade da informação, bem como, seus desdobramentos sociais de inclusão dos mesmos para que haja equidade nas oportunidades de inserção dessa população no ciberespaço interagindo positivamente na cibercultura.

As hipóteses levantadas à respeito dos obstáculos enfrentados por idosos frente ao uso dessas novas tecnologias aplicadas ao dinheiro confirmaram poucos avanços na adoção de conceitos técnicos como usabilidade, acessibilidade e interfaces amagáveis e intuitivas no propósito de promover o uso. Dentro desse contexto, abre-se um novo espaço de negócios para empresas que enxergaram essa possibilidade, bem como no compromisso de uma educação tecnológica mais cognitiva e significativa para os Imigrantes Digitais Idosos. Na sociedade em rede tudo está conectado e é muito rápido, entretanto se faz necessário conduzir esse processo com organização e eficiência para construção de novas tecnologias referentes a virtualização do dinheiro. Para a educação inclusiva está posto o desafio de trabalhar com a interação homem/máquina, como sujeito e objeto ao mesmo tempo. Não se pode mais pensar de forma cartesiana e separar as coisas técnicas, colocando-as de um lado e do outro lado o homem, sua linguagem, seus símbolos, sua cultura.

Referências

- BRITO, Rita. **A utilização do computador e internet por idosos**. II Congresso Internacional Tecnologia, Informação, Comunicação TIC e Educação. Disponível em <http://ticeduca.ie.ul.pt/atas/pdf/358.pdf>. Acesso em 21/06/2014.
- CLARKE, G. **Marketing de serviços e resultados**: teoria e prática para ações e campanhas bem-sucedidas. São Paulo: Futura, 2001.

- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. v. 1. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
In: A era da informação: Economia, sociedade e cultura.
- _____. **O Poder da Identidade**. v. 2. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. *In: A era da informação: Economia, sociedade e cultura*. v 2.
- FERREIRA, S. B. L; LEITE, J. C. S. P. **Avaliação da usabilidade em sistemas de informação: o caso do sistema submarino**. Revista de Administração Contemporânea – RAC. v. 7. n. 2, p. 115-137, Abr/Jun. 2003.
- GIBSON, Willian. **Neuromancer**. São Paulo: Aleph, 2003.
- IKEDA, Ana. **Smartphone para usuários da terceira idade**. UOL Notícias - Tecnologia. Disponível em <http://goo.gl/ti73V4>. Acesso em 20 de junho de 2014.
- KACHAR, Vitória. **Terceira Idade & Informática: aprender revelando potencialidade**. São Paulo: Cortes, 2003.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 1999.
- _____. **O que é o virtual?** São Paulo: 34, 1996.
- LIMA, I. T. S; NOGUEIRA S. S. Q; BURGOS, T. L. **Inclusão do Idoso no Mundo: Realidade Mossoroense e Cenário Brasileiro**. XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Natal - RN, 2 a 6 setembro de 2008. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1687-1.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2014.
- MATTOS, M. C.; SOUZA, C. H. M. **A Dromocracia Cibercultural nas Redes Sociais Digitais**. Revista Interscienceplace. Ed. 21, p. 192-196, 2012.
- MORAN, J. M. **Os novos espaços de atuação do professor com as tecnologias**. *In: ROMANOWSKI, J. P. et al. (Org.). Conhecimento local e conhecimento universal: diversidade, mídias e tecnologias na educação*. Curitiba: Champagnat, 2004. p. 245-254.
- NEIBURG, Federico. **As moedas doentes, os números públicos e a antropologia do dinheiro**. Mana, v. 13, n 1, Rio de Janeiro, Abr/2007. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132007000100005>. Acesso em 20 de junho de 2014.
- PRENSKY, Marc. **Nativos Digitais, Imigrantes Digitais**. De On the Horizon (NCB University Press, v. 9, n. 5. Outubro 2001. Tradução do artigo “Digital natives, digital immigrants”, cedida por Roberta de Moraes Jesus de Souza: professora, tradutora e mestranda em educação pela UCG.
- SITE do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Disponível em <http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>. Acesso em 20 de junho 2014.
- SOUZA, Carlos Henrique Medeiros. **Comunicação, Educação e Novas Tecnologias**. Rio de Janeiro: FAFIC, 2003.
- SOUZA, Carlos Henrique Medeiros e GOMES, Maria Lúcia Moreira. **Educação e Ciberespaço**. Brasília: Usina de Letras, 2009.
- SOUZA, C. H. M.; COSTA, M. A. B. **Abordagens Antropológicas e Sociais no (não) Lugar**. Revista Espaço Acadêmico, n° 62 – jul/2006. p. 192-196, 2006. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/062/62souzacosta.htm>. Acesso em 20 de junho 2014.
- TRIVINHOS, Eugênio. **A Dromocracia Cibercultural**. Paulus, 2007.
- WEATHERFORD, Jack. **A História do Dinheiro, do arenito ao cyberspace**. São Paulo: Negócio Editora, 1999.



7 - Universidades abertas e envelhecimento humano: uma revisão sobre marcos legais, cidadania e educação do idoso

Denise da Silva Gomes

Rosalee Santos Crespo Istoe

Considerações iniciais

Os estudos acerca do envelhecimento humano têm se apresentado de forma intensiva na atualidade (primeira e segunda década do século XXI). Esta busca pelo aprofundamento teórico, técnico e científico sobre o tema é efeito, especialmente, do aumento da população idosa, sua expressividade e representatividade social. A partir desse investimento, diferentes áreas do conhecimento se viram entrelaçadas enquanto saberes interdisciplinares. A Gerontologia (Clínica e Social) e Geriatria são exemplos de campos científicos em pleno desenvolvimento.

No campo político, é notável a preocupação em incrementar os dispositivos das políticas públicas voltadas ao idoso em muitos países, incluindo o Brasil. O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003) é o principal marco legal dos direitos fundamentais da pessoa idosa, instrumento que visa à proteção da integridade física, psíquica e moral, abarcando a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, de valores, idéias e crenças, dos espaços e dos objetivos pessoais do idoso (BRASIL, 2003).

Entre suas conquistas, o Estatuto do Idoso no Art. 25 (2003, p. 28), estabelece como dever do Poder Público, apoiar e incentivar a criação das universidades abertas para pessoas idosas, assim como a construção de materiais pedagógicos mais inclusivos e adequados às possibilidades de leitura, compreensão, portanto efetivando o acesso ao conhecimento (BRASIL, 2003). Tendo em vista os pontos apresentados, este texto objetiva discutir a constituição das universidades abertas como instrumento de emancipação cidadã do idoso, considerando os marcos legais que embasam as ações das políticas públicas voltadas à

terceira idade. Além desses tópicos, serão levantados os aspectos do processo de envelhecimento envolvidos na compreensão do tema. Como metodologia adotou-se a pesquisa bibliográfica através de artigos científicos publicados em periódicos no meio digital e capítulos de livros. A compreensão acerca das características que perpassam a vivência do idoso em relação às universidades abertas como espaços de produção e reinvenção de si é fundamental, tendo em vista que objetiva a promoção do desenvolvimento das habilidades cognitivas, psico-afetivas, sociais, culturais e de aprimoramento profissional da pessoa idosa.

Envelhecimento humano

O curso do envelhecimento humano deve ser abordado levando em conta sua multiplicidade de interpretações, tendo em vista que não se refere apenas a um processo fisiológico, mas ao percurso social e histórico vivenciado. Deste modo, é necessário contemplar os dados relativos aos discursos e relações de poder que constituem o envelhecer na atualidade, formadoras de suas identidades, modos de gestão de si e da vida.

Segundo Marques (2004), as práticas sociais em torno do envelhecimento na contemporaneidade iniciaram na década de 70, período em que termos como “terceira idade”, ou ainda, de “melhor idade”, começaram a ser difundidos, além da formulação de intervenções para o aperfeiçoamento da velhice. Nesse tempo, o I Seminário Nacional de Estratégias de Políticas Social do Idoso, realizado em Brasília no ano de 1976, representou um acontecimento importante no histórico de lutas, momento em que foi estabelecido um diagnóstico da questão da velhice no Brasil e definiram-se linhas gerais para as futuras políticas de assistência e atenção ao idoso. A visibilidade e valorização social do idoso destacaram-se, efetivamente, durante as décadas de 80 e 90, consequências da

luta pela Constituição Federal de 1988, movimentos sociais e afirmação da democracia baseada numa sociedade de direitos, efetivados por meio das políticas públicas. A criação de programas, projetos, serviços e ações culminaram na elaboração e implantação da Política Nacional do Idoso em 1994 e, no sentido de sua reafirmação, o Estatuto do Idoso em 2003.

A Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842, de janeiro de 1994) materializou uma série de ações de promoção do seu bem-estar biopsicossocial, integração e participação social nos âmbitos da Seguridade Social (em seu tripé: Saúde, Previdência Social e Assistência Social); da habitação; da mobilidade urbana; de combate à violência, abandono ou exploração do idoso; de lazer, cultura e esporte; do trabalho; do acesso à justiça; etc. (BRASIL, 2010). Os marcos legais conquistados a partir da mobilização social acerca do tema promoveu a construção de aparatos técnicos e instrumentais, para suporte à atuação nas políticas de cuidado ao idoso.

As representações sociais como sistema de valores, noções, julgamentos concernentes a fenômenos sociais produtoras de modos compartilhados de pensar e de atuar, precisam ser consideradas como teorizações (não científicas) criadas pelo senso comum, carregadas de símbolos e afetos, imprescindíveis para a intercomunicação grupal e a organização social (MOSCOVICI, 1978). Assim, pensar acerca das representações sociais do idoso e envelhecimento humano de modo geral, no campo das subjetividades, é extremamente necessário, desde que compreendidas em sua especificidade e complexidade. As pesquisas de representação social realizadas no Brasil (VELOZ; SCHULZE; CAMARGO, 1999; COSTA; CAMPOS, 2009) indicam a insistente discriminação e desqualificação do idoso e da velhice. Há consenso de que o envelhecimento, em sua condição de representação, é marcado pela imposição das perdas, limitações e adoecimentos.

Considerando essa temática, Veloz, Schulze e Camargo (1999), em sua pesquisa, elencaram representações sociais sobre o envelhecimento de homens e mulheres em suas características. Três núcleos principais das representações foram tirados, são eles: “doméstica e feminina”, “idealizada” e “perda do ritmo de trabalho”. Entre os núcleos obtidos, estão relacionados entre si os dois primeiros núcleos por meio da característica de esgarçamento e distanciamento dos vínculos familiares (abandono) e, em relação aos atrativos físicos, refere-se, especialmente, à mulher. O terceiro núcleo se contrapõe aos demais considerando o caráter sexual e cultural de tais representações, já que a “perda do ritmo de trabalho” se refere aos homens idosos, que ao longo da vida tiveram seu reconhecimento e identidade social vinculadas ao trabalho.

Outras formas de representação são apresentadas na mesma pesquisa, como aquelas que compreendem o envelhecimento como um resultado negativo da equação entre perdas e ganhos, diante das atividades (força de trabalho e transmissão de experiências aos mais jovens) e as dos que representam essa mesma equação, porém em razão das atividades subjetivas, vinculadas ao desenvolvimento pessoal, com um resultado mais positivo - ao menos no plano relacional (VELOZ; SCHULZE; CAMARGO, 1999). As representações negativas que consideram a velhice como processo de declínio “natural”, no qual o idoso se despotencializa biológica, psicológica e socialmente. Elas são as representações mais permanentes e duradouras, difíceis de serem ressignificadas.

Portanto, compreende-se que não existe espaço entre as relações, para a manifestação da tristeza ou melancolia, pensar na condição humana e finitude. Destarte, para continuar a se apregoar como modelo a ser seguido, a Saúde apresenta como seu significado uma noção de bem-estar biopsicossocial arraigada à perspectiva da juventude, sucesso profissional e pessoal. Desse modo, ignorando a singularidade e diferença do processo de envelhecimento.

O segmento populacional dos idosos, em sua condição de realidade, é cercado de discursos que desautorizam o idoso frente às suas habilidades profissionais construídas ao longo da vida em diferentes tempos. A rede de discursos afirma o idoso como fardo a ser carregado pelos sistemas de assistência, cuja participação no mercado de trabalho é contraproducente. Tais posicionamentos, naturalizados socialmente, constituem a base sólida das crenças e valores preconceituosos (SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2012).

Acolher e discutir sobre a diversidade de experiências do envelhecimento, favorece a construção de estratégias de enfrentamento às realidades mais duras e penosas, a despeito dos ganhos e sabedoria adquiridos ao longo da vida (comumente atribuídos pela sociedade como ponto alto da velhice). Assim, faz-se urgente a atenção às necessidades das pessoas idosas em toda a sua complexidade.

Pluralidade, cidadania e modelos socioeconômicos

A palavra “cidadania” deriva do latim *civitas*, significa “cidade”, termo que foi utilizado na Roma Antiga para apontar a condição política de um indivíduo e os direitos que ele tinha ou podia exercer. De acordo com Dallari (1998, p. 14):

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social (DALLARI, 1998, p. 14).

A construção de práticas sociais mais cidadãs no respeito aos direitos dos idosos, depende da compreensão ampliada das pessoas sobre o envelhecimento, como processo contínuo e permanente ao longo da vida. Frequentemente o tratamento conferido aos idosos não demonstra o investimento na dissolução de preconceitos e discriminações. Uma das formas tácitas de discriminação é não prover conhecimento ao idoso sobre o conjunto de ações voltadas para a sua proteção e valorização devendo ser implantadas em contextos sociais e políticos diversos. De acordo com Rodrigues (2000, p. 78) “ser cidadão é conquistar direitos econômicos e sociais, é cumprir com seus deveres. É um exercício individual, mas construído coletivamente, porque somos um ser social, vivemos uma família, um bairro, uma cidade”. O ponto de vista da autora sobre o significado da cidadania, aponta para existência de uma dependência do sujeito frente às representações sociais construídas pela coletividade, notável através dos casos cotidianos de práticas estigmatizantes vivenciadas pelos idosos, coibindo sua pluralidade subjetiva, potencialidades e resistências.

Amiúde constata-se o quanto tal conjunto de práticas violadoras de direitos impede o bom exercício da cidadania pelos idosos, no sentido da abrangência não somente na forma da violência física, mas sim na própria lógica do mercado de trabalho e nos modelos socioeconômicos vigentes. Estes aspectos produzem a exclusão social e submetem o idoso a conviver com o sofrimento, violência e discriminação social. Segundo Paz (2000), o avassalamento da economia sobre as problemáticas sociais que perpassam os idosos, acontece devido à postura de “Estado mínimo”, afinada com a política neoliberalista e reguladora das ações macroeconômicas e políticas. Os moldes impostos por tal perspectiva social, cujas formas de visibilidade se dão pelas ações das políticas públicas, não implicam ou reforçam a corresponsabilidade do Estado e sociedade na construção e transformação da realidade social.

Ao avaliar tal situação, faz-se mister levar em conta os recentes dados demográficos de nossa região, a saber, Norte Noroeste Fluminense, que de acordo com o Censo Demográfico de 2010 no Estado do Rio de Janeiro existe mais de 2 milhões de habitantes acima dos 60 anos de idade e, mais especificamente, no município de Campos dos Goytacazes, há uma população idosa crescente, com um quantitativo de 55.041 pessoas nessa faixa etária, correspondendo a 11,86% de um total de 463.731 habitantes, consistindo em 23.594 (42,86%) do sexo masculino e 31.447 (57,14%) do sexo feminino, ou seja, o contingente populacional da terceira idade deve ser muito estimado pelas ações das políticas públicas de assistência, principalmente as voltadas para as mulheres, dada a sua expressividade quantitativa. Do mesmo modo, deve harmonizar as desigualdades provocadas pelas opressões socioeconômicas da atualidade sobre tal grupo (IBGE, 2011).

Sobre a universidade aberta à terceira idade

A universidade aberta surgiu de um modelo criado pelo psicopedagogo Pierre Vellas, na Universidade de Toulouse (França), nos anos 70. Os cursos eram focados na atualização cultural e tinham duração de dois a três anos, com disciplinas como história, economia, política, orientações na área de saúde e atividades socioculturais. O modelo de Vellas foi inaugurado no Brasil pela primeira vez através da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas, no ano de 1991, e teve seu progresso, posteriormente, com a criação da ALFATI, Associação das Universidades Abertas à Terceira Idade do Estado de São Paulo (CACHIONI, 2008).

No Brasil, o Estatuto do Idoso contribuiu para a implantação das universidades abertas, bem como o fortalecimento da defesa de outros direitos. A lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, no Art. 25 estabelece (BRASIL, 2003, p. 28): "(...) o Poder Público

apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual". O direito à Educação se consolidou através das lutas que o antecederam, garantindo a universalização do acesso aos diferentes saberes, à formação e Educação continuada. Como dispositivo educacional, as universidades abertas objetivam:

[...] a integração social, a atualização de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades e reflexão sobre a velhice e o processo de envelhecimento, que convergem para o acesso a uma melhor qualidade de vida e ao desenvolvimento dos direitos e deveres da cidadania (FERRIGNO, 2003 *apud* REBELO JR., 2007, p. 3).

As diretrizes do trabalho das universidades abertas são constituídas de maneira singular, quanto à sua origem acadêmica, que considera importante o estabelecimento de um Fórum para a produção de conhecimento e pesquisa, produto das discussões visando à promoção e democratização do saber (CAMARGO & VEGAS, 1995 *apud* LIMA, 2001).

A interconexão entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades abertas, cuja meta é a produção e compartilhamento do conhecimento, fundamentam suas finalidades em ações como assessorar órgãos governamentais na formulação de políticas específicas para a velhice, por meio de serviços em saúde pública comunitárias, pesquisas e ações gerontológicas, etc. Além de, em linhas gerais, contribuir para a elevação dos níveis de saúde física e mental e social de pessoas idosas e promover sua integração à sociedade contemporânea.

De acordo com Lima (2001), a perspectiva de trabalho da universidade aberta para idosos precisa considerar que o sujeito da intervenção é a coletividade e não apenas o homem individual, as dimensões sociais são tomadas como fatores causais determinantes da saúde e doença, assim como do bem-estar (LIMA, 2001).

Diversas ações na área da Educação foram concretizadas devido às normatizações da Política Nacional do Idoso (BRASIL, 2010), como a inclusão da Gerontologia e Geriatria como disciplinas curriculares nos cursos superiores, o desenvolvimento de programas que adotem modalidades de ensino à distância adequadas às condições do idoso e o apoio a criação de universidade aberta para a terceira idade como meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber.

Os programas adotados pelas universidades para o atendimento do público idoso variam desde projetos de extensão à própria universidade/Educação aberta, nos quais se acredita na importância da Educação permanente como mediadora no processo de inclusão social do idoso, atribuindo novos significados à essa faixa etária, notadamente, através do curso da Universidade Aberta à Terceira Idade. O acesso ao curso oferta ao idoso uma maior integração de gerações, aquisição de conhecimentos, atualização, elevação da autoestima, qualidade de vida e exercício da cidadania (OLIVEIRA, 2007).

A ação cidadã das universidades através de seus programas e projetos não pode deixar de difundir efetivamente os saberes produzidos por ela, buscando ultrapassar o âmbito da pesquisa acadêmica e atingindo os sujeitos desse conhecimento, objetivando facilitar o acesso às informações dos estudos realizados, seus projetos de extensão, cursos e à própria Universidade Aberta à Terceira Idade (BRASIL, 1999). A Educação precisa ser entendida como prática social localizada historicamente num contexto

específico de sociedade, por meio do qual é possível incentivar a participação dos indivíduos na vida social e cultural. As universidades abertas possuem uma função social bastante demarcada, visando à integração dos sujeitos que estão à margem do processo de desenvolvimento (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 1999). Diante dessas considerações, a Educação permanente propicia ao idoso voltar aos estudos, desenvolver e ampliar suas potencialidades, construir novos projetos, objetivos, bem como estratégias de enfrentamento para alcançá-los.

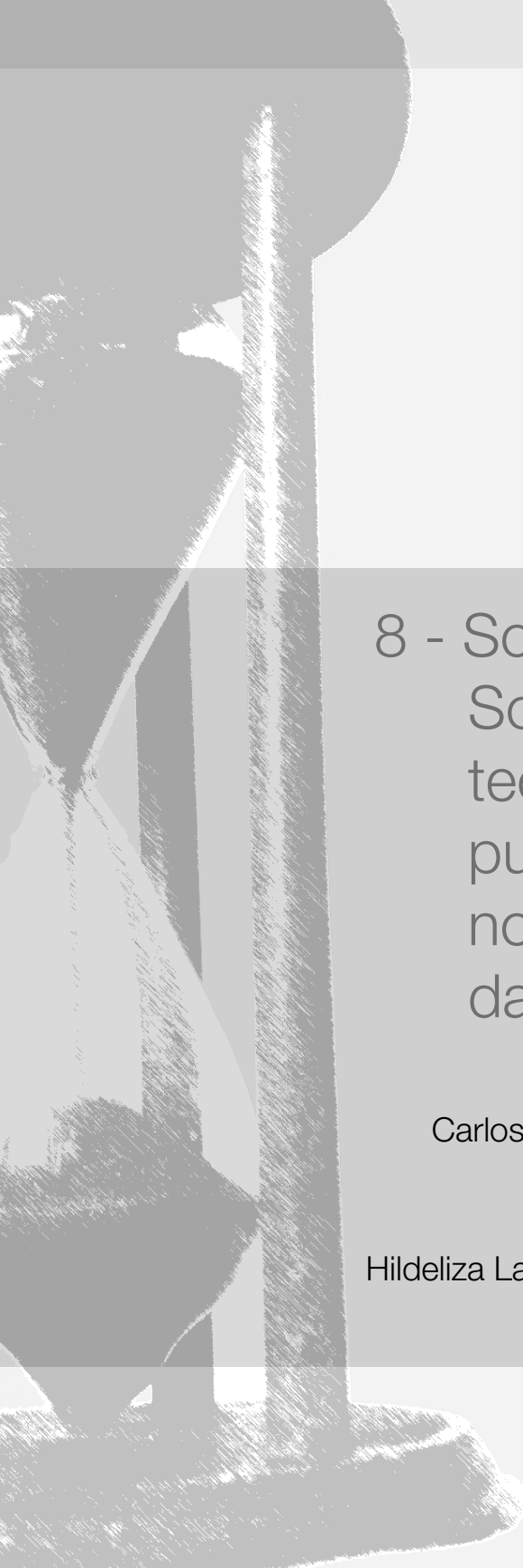
Considerações finais

A implantação das universidades abertas promove a conscientização da sociedade, do Poder Público e do próprio idoso a respeito da problemática de como vem sendo tratado o envelhecimento humano e as políticas de cuidado ao idoso no Brasil. As iniciativas no campo da Educação fortalecem grupos desvalorizados socialmente e, em especial, para o idoso, favorece seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e social, no qual deve ser considerada, além dos aspectos educacionais, a área da saúde, das questões de gênero, buscando a compreensão do sujeito em todas as dimensões que o abarcam. O processo de emancipação do sujeito, que é conquistado por meio do acesso à formação educacional de em todos os níveis, afirma a capacidade do idoso em decidir sobre suas ações e intervenções na coletividade, exercendo de forma autônoma e democrática sua cidadania, construindo responsabilidades compartilhadas. O exercício da crítica, a luta pela garantia de direitos e as trocas intergeracionais são características da universidade como espaço educacional. A transformação progressiva do lugar social conferido à velhice na atualidade é possível através da Educação, reconhecendo o idoso como sujeito psíquico e agente social, oferecendo a ele participação cidadã, perspectivas de futuro e de criação.

Referências

- BEAUVOIR, Simone. **A Velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990 [1970].
- BRASIL. **Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/1994)**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2010. Disponível em <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume%20i/idosolei8842.htm>. Acesso em 13 de março de 2014.
- _____. **Estatuto do Idoso (Lei nº. 10.741/2003)**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2003. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm. Acesso em 13 de março de 2014.
- _____. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. 1999. Disponível em http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/PROEX_598_1237315464.pdf. Acesso em 13 de março de 2014.
- CACHIONI, Meire; NERI, Anita Liberalesso. **Motivos e Vantagens Associados ao Exercício da Docência em Universidades da Terceira Idade**. Revista Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento. Porto Alegre. v. 13, n. 1, p. 27-54, 2008. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/6946/4214>. Acesso em 16 de março de 2014.
- COSTA, Filomena Guterres; CAMPOS, Pedro Humberto Faria. **Representação Social da Velhice, Exclusão e Práticas Institucionais Social**. Revista Eletrônica de Psicologia e Políticas Públicas. Goiânia, v.1, n°1, 2009. Disponível em <http://www.crp09.org.br/NetManager/documentos/v1n1a6.pdf>. Acesso em 16 de março de 2014.
- DEBERT, Guita Grin. **A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade**. LINS DE BARROS, Myriam Moraes (Org.). Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 49-69, 1998.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e Cidadania**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1998.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2011**. Brasília, 2011. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 13 de março de 2014.
- LIMA, Marcelo Alves. **A Gestão da Experiência de Envelhecer em um Programa para a Terceira Idade: a UnATI/UERJ**. In: VERAS, Renato Peixoto (org.). Velhice numa perspectiva de futuro saudável. Rio de Janeiro: UERJ, UnATI, 2001. p. 33-98. Disponível em http://revista.unati.uerj.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-59281999000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 21 de março de 2014.
- MARQUES, Ana Maria. **Velho/Idoso: construindo o sujeito da terceira idade**. Revista Esboços. Florianópolis - UFSC, v. 11, n. 11, p. 65-71, 2004. Disponível em www.periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/336. Acesso em 13 de março de 2014.
- MOSCOVICI, Serge. **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.
- MOTTA, Alda Britto da. **Palavras e Convivência**. Revista Estudos Feministas, v 5. n. 1, p. 129, 1997.

- OLIVEIRA, Rita de Cássia. **O Processo Histórico do Estatuto do Idoso e a Inserção Pedagógica na Universidade Aberta**. Revista HISTERDBR. São Paulo, Campinas, n. 28, p. 278-286, dez. 2007. Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/28/art18_28.pdf. Acesso em 16 de março 2014.
- _____; OLIVEIRA, Flávia da Silva. **Políticas Públicas de Educação e o Protagonismo dos Idosos na Universidade**. Anais do VIII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba/PR. 2008. Disponível em http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/786_362.pdf
- _____; SCORTEGAGNA, Paola Andressa. **Pedagogia Social: possibilidade de empoderamento para o idoso**. In: III Congresso Internacional de Pedagogia Social, São Paulo, 2010. Disponível em http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000092010000100022&script=sci_arttext. Acesso em 22 de março de 2014.
- PAZ, Serafim Fortes (org.). **Envelhecer com cidadania: quem sabe um dia?** Espelho... espelho meu: imagens que provocam o imaginário social sobre a velhice e o idoso. Rio de Janeiro: CBCISS; ANG/Seção RJ. 2000.
- REBELO JR, Salvador Loureiro. **Universidade Aberta à Terceira Idade: o exercício de responsabilidade social**. Universidade Estadual Paulista (UNESP)/ Universidade do Ninho (Portugal). Documento produzido em 23 de março de 2007. Disponível em www.psicologia.com.pt. Acesso em 13 de março de 2014.
- RODRIGUES, N. **Conversando com Nara Costa Rodrigues: sobre gerontologia social**. SHONS, C.; SACCOMORI, L. (Orgs.) 2 ed. Passo Fundo: UPF Editora, 2000.
- VELOZ, Maria Cristina Triguero; NASCIMENTO-SCHULZE, Clélia Maria; CAMARGO, Brígido Vizeu. **Representações Sociais do Envelhecimento**. Revista Psicologia, Reflexão e Crítica. Porto Alegre - UFRGS, v. 12, n. 002. 1999. Disponível em <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/188/18812215.pdf>. Acesso em 15 de março de 2014.
- VERAS, Renato; CALDAS, Célia Pereira. **Promoting elderly health and citizenship: the U3A (University of Third Age) movement**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 9, n. 2, p. 423-432, 2004. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232004000200018>. Acesso em 13 dez. 2015.



8 - Sob as “Réstias de Sol” fluminenses: tecnologia e publicação literária no “estágio tardio da vida”

Carlos Henrique Medeiros de Souza

Ieda Tinoco Boechat

Hideliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral

Considerações iniciais

Envelhecer pode remeter à ideia de encaminhar-se para fase última da existência, por ela transitar e nela (sobre)viver. A depender da compreensão que se tem do envelhecimento, ele pode representar um problema para uns, tão somente o cumprimento de um *script* que não suscita muita expectativa ou uma rica oportunidade para viver novidades, tornar-se ainda mais produtivo e informado, para outros. Mais que isso, pode ser momento de compartilhar vivências, aprender sempre, desenvolver projetos antes sonhados, descortinar-se autor(a).

O presente capítulo objetiva apresentar uma reflexão sobre o envelhecimento como uma construção, um estágio da vida, a derradeira fase da existência, que pode ser vivida de modos diversos. Para essa discussão, expõe-se a concepção de velhice nas perspectivas da abordagem sistêmica de família e psicológica, discorre-se sobre pressupostos das novas tecnologias da informação e comunicação e apresenta-se uma entrevista com Flora Malta Carpi, poetisa que escolhe desenvolver novos projetos após os 74 anos de vida.

Problematiza-se, neste trabalho, a questão: de que ponto de vista a velhice pode ser considerada uma construção individual e social? Justifica-se este estudo na medida em que traz à reflexão algumas especificidades da fase última da vida tomada em relação ao contexto familiar e social mais amplo, explorando (im)possibilidades dos idosos e suas responsabilidades quanto a seu “destino”. Em especial, porque essa discussão teórica segue ilustrada pelas

vivências de uma escritora de 89 anos, que, aos 74 anos, decide dar novos contornos à sua existência na senescência.

Desse modo, utilizou-se metodologia qualitativa mediante análise bibliográfica de obras da área da Tecnologia da Informação e Comunicação, Ciências da Família e Psicologia, a fim de promover reflexões interdisciplinares e entrevista a Flora Malta Carpi, poetisa que, a partir da viuvez, publica suas poesias, crônicas e sonetos em nove livros nos últimos 15 anos, escolhendo o novo sentido que teria o ocaso de sua existência.

O envelhecimento humano na perspectiva sistêmico-psicológica

Apreciar teoricamente um dos aspectos tão significativos da vida como o envelhecimento humano, implica contextualizá-lo na existência da pessoa, considerá-lo parte de um processo maior – os ciclos de vida familiar – e de um contexto mais amplo – a família e os sistemas extrafamiliares, sem perder de vista a singularidade na pluralidade.

Randal Day (2010), comentando a dificuldade de se estabelecer uma conceituação de família, elenca alguns aspectos que considera fundamentais para sua caracterização. Assim, uma família pode ser entendida como um grupo de pessoas unidas por uma conexão geracional, que engaja todos em uma relação íntima de compromisso, verdade, respeito e sentido de obrigação a longo prazo. Um grupo que supõe ter intimidade sexual entre os pais e busca de objetivos comuns, que, na verdade, podem ou não ser compartilhados por todos da mesma forma. Segundo o autor, então, mais do que o que as famílias fazem ou sua estrutura, importam os “processos familiares”, ou seja, as estratégias e sequências diárias de comportamento que as famílias direcionam para a consecução dos

objetivos estabelecidos. A perspectiva sistêmica de família considera o “estágio tardio da vida” mais um dos ciclos vitais familiares, ou seja, um momento que chega naturalmente na vida de todos os que atravessarem os ciclos anteriores. Na verdade, um momento mais que esperado, é o desdobrar criativo de um processo evolutivo da família. Esse processo engaja todos os familiares em cuidados recíprocos.

Betty Carter e Monica McGoldrick (2007) sugerem que o desenvolvimento funcional dos membros de uma família requer adequações, adaptações, negociações e realinhamento dos relacionamentos intergeracionais, bem como dos intrageracionais em cada nova fase experienciada por eles, enquanto juntos avançam no tempo convivendo em família e em sociedade. São os estágios de vida familiar, segundo as autoras: jovem adulto solteiro; o casal; a família com filhos pequenos; a família com adolescentes; lançando os filhos e seguindo em frente; a família no estágio tardio da vida. Importa mencionar que, conforme cuidadosamente pontuam as autoras supra, a proposta dos ciclos de vida familiar enfatiza o caráter processual dinâmico e sistêmico das relações interpessoais na família, sem nunca pretender sugerir um padrão a ser seguido, o que remeteria a noções de normalidade/patologia, ou mesmo simplificar os complexos enfrentamentos das gerações familiares enquanto trilham seus caminhos existenciais.

O derradeiro estágio de vida familiar – tema desta seção – traz como princípio-chave, consoante Carter e McGoldrick (2007), a aceitação das mudanças dos papéis geracionais. As mudanças de status são necessárias: a geração do meio precisa abraçar um papel mais central, apoiando a geração mais velha sem super funcionar por ela, aproveitando-lhe a sabedoria. As tarefas dessa fase incluem ajustamentos a mudanças que podem surgir e trazer dificuldades, como a aposentadoria e o que ela pode representar, o vazio que pode gerar, além de uma tensão nova para o casamento;

insegurança e dependência financeira; perda de amigos, parentes e cônjuge; necessidade de reorganizar a vida, talvez só; preparar-se para a própria morte.

As autoras acima referidas apontam alguns mitos que ainda pairam no imaginário social acerca da velhice. Muitos acreditam que são escassas as interações familiares com os idosos da família ou que a maioria deles não tem família e quando as têm são abandonados por elas em instituições. Em geral, as pessoas associam velhice a doenças, senilidade e fragilidade, e acham que em asilos ou clínicas serão melhor cuidadas. No entanto, "há indicações de que se as pessoas não estimulassem sua dependência ou os ignorassem como membros funcionais da família, esse grau de dependência seria ainda menor" (CARTER; MCGOLDRICK, 2007, p. 21).

Stuart-Hamilton (2002) diz que no Ocidente, as pessoas idosas optam por estarem próximos aos filhos, mas mantendo deles uma distância ótima que lhes permita certa independência. "Assim, parece que as pessoas mais velhas gostam de combinar a oportunidade de atividades proporcionadas pela interação familiar com o desligamento proporcionado pela privacidade de seu lar" (STUART-HAMILTON, 2002, p. 144).

Evidentemente, ninguém pode negar que a velhice significa o peso de profundas e várias perdas – da saúde, das pessoas que amamos, de um lar que foi nosso refúgio e nosso orgulho, status, propósito e segurança financeira, do controle e das escolhas. O corpo nos informa o declínio das forças e da beleza. Os sentidos ficam menos aguçados, os reflexos, lentos. A concentração diminui, novas informações são processadas com menor eficiência, e há lapsos... – Como é o nome dela? Sei qual é... – na memória a curto prazo (VIORST, 2002, p. 292).

O envelhecimento é um fato. É também um fenômeno social. Reconhecer essas perdas, segundo Ian Stuart-Hamilton (2000), não configura “velhicismo”. Os velhicistas são pessoas que nutrem preconceito em relação às pessoas mais velhas ou ao próprio envelhecimento. Diferentemente de um racista, que jamais mudará sua raça, o velhicista provavelmente experimentará o que ora abomina. Mas, socialmente, não se nota apenas esse “velhicismo deliberado”, que tenta, por exemplo, colocar os idosos em um grupo homogêneo e inferior. Alguns cometem, na melhor das intenções, “velhicismo involuntário”, quando estigmatizam os idosos ao expressarem ideias, tais como “até eles” podem fazer algo ou “mesmo eles” são alvo de abusadores, o que mostra “[...] claro julgamento de valor de que as pessoas mais velhas são debilitadas e sexualmente desinteressantes; uma forte estereotipificação resultante do que é, indubitavelmente, uma preocupação genuína e louvável” (STUART-HAMILTON, 2002, p. 186).

Além disso, para Judith Viorst (2002), aos olhos de muitos, os velhos são dignos de pena ou condescendência e têm antecipada a incapacidade. Todos passam a sinalizar-lhes o que é conveniente ou aceitável socialmente. Da sua sexualidade eles são despojados, do mundo laboral são exilados e na sua sanidade são questionados.

Mas, saudáveis ou doentes, algumas pessoas mergulham na velhice aos sessenta e cinco anos, condenando a si mesmas a uma morte em vida. E, doentes ou saudáveis, algumas pessoas aos oitenta anos – ou até o último suspiro – vivem o máximo possível (VIORST, 2002, p. 295).

Depois de se aposentarem, alguns idosos escolhem fazer coisas antes nem imaginadas, avolumar outras já em andamento ou colocar em prática projetos engavetados. Assevera Viorst (2002) que

até depois dos noventa a vida pode ser algo rica. Alguns se dedicam mais à convivência familiar, viajam, atualizam sonhos e se lançam em projetos novos; entretanto, outros sentem-se inúteis mesmo se dedicam longas horas de seu dia em trabalho voluntário.

Assim, baseando-se em estudiosos do envelhecer, Viorst (2002) afirma que a atitude em relação às perdas e a natureza dessas perdas determinam a qualidade da velhice. Por exemplo, em relação ao envelhecimento físico, citando Peck, a autora destaca a "transcendência do corpo", em que o idoso faz as pazes com as suas vulnerabilidades, em oposição à "preocupação com o corpo", em que o idoso trava com elas ardentes batalhas.

Então, se há perdas na velhice, e há, e se elas trazem lamento, as lamentações podem ser libertadoras e conduzir à criatividade e ao prazer. Referindo-se ao processo "liberações-lamentosas" de Pollack, Viorst (2002) diz que a liberação do passado e do inatingível acontece quando a pessoa reconhece que partes de seu eu, do que esperava possuir, das pessoas, esperanças e aspirações não podem permanecer como eram e torna-se capaz de aceitar a realidade, abrindo-se a novas possibilidades, interesses, atividades, relacionamentos. O passado se distingue do presente e do futuro, permitindo surgir serenidade e entusiasmo.

Aquilo que realizamos na plenitude da nossa vida passada, na abundância de suas experiências, essa riqueza interior nada nem ninguém podem nos tirar. Mas não só o que vivenciamos; também aquilo que fizemos, aquilo que de grandioso pensamos, e o que padecemos, tudo isso salvamos para a realidade, de uma vez por todas. Essas experiências podem pertencer ao passado; justamente no passado ficam asseguradas para toda a eternidade! Pois o passado também é uma dimensão do ser, quem sabe, a mais segura (FRANKL, 2008, p. 107-108).

Essas possíveis atualização e apropriação das vivências remetem à responsabilidade individual e social. Uma pessoa pode, em boa medida, configurar ativamente os seus dias na velhice. Tais colocações não aludem a julgamento moral tampouco sugerem estilo de vida ideal.

Fazem menção à responsabilidade que a pessoa tem para com sua própria vida e para com a vida dos demais familiares em qualquer idade. Na concepção de Day (2010), aprender como tornar melhor a vida familiar para todos os envolvidos é responsabilidade de cada membro da família.

Viktor Frankl (2008), autor de 32 livros, libertado das garras do monstro nazista, para quem perdeu a amada esposa, dedica-se a auxiliar as pessoas a (re)encontrarem sentido em sua existência com sua Logoterapia, escola vienense de psicoterapia, certo de que nada pode impedir uma pessoa da liberdade última de assumir uma atitude alternativa ante as condições que se lhe impõem.

Ela pode decidir se submeter ou não às vicissitudes que a ameçam e que a induzem a renunciar sua liberdade e dignidade para se fazer juguete do destino. “A liberdade espiritual do ser humano, a qual não se lhe pode tirar, permite-lhe, até o último suspiro, configurar sua vida de modo que tenha sentido” (FRANKL, 2008, p. 89).

No “estágio tardio da vida”, assim como em todos os ciclos de vida familiar, muitas são as limitações e desafios a se enfrentar e possibilidades novas a usufruir. Um fato que se testemunha atualmente na sociedade que parece exigir cada vez mais das pessoas, em especial, dos idosos, diz respeito ao uso crescente das novas mídias. No entanto, escolher responsabilmente não significa atender irrefletidamente à demanda, mas decidir o que pretende vivenciar averiguando até que ponto o que se espera deles lhes atende verdadeiramente.

Sempre é tentador pensar que a tecnologia inevitavelmente moldará a vida. Uma possibilidade raramente considerada é que as pessoas simplesmente a ignorem. Os mais velhos podem resistir às novas invenções, não devido a um conservadurismo inato (esse é um conceito velhista [...]), mas por não verem o valor de adotar novas práticas que provavelmente serão de uso apenas limitado. Talvez, de muitas maneiras, esta seja a visão mais otimista que podemos ter das futuras gerações de aposentados – adultos mais velhos lutando por aquilo que eles querem, em vez de serem obrigados a ter o que os adultos mais jovens lhes impingem “para o seu próprio bem” (STUART-HAMILTON, 2002, p. 194, destaques do autor).

Sábua luta. Afinal, muitas foram as promessas dos avanços tecnológicos e científicos, mas, conforme Stuart-Hamilton (2002), estes, aplicados ao aumento da expectativa média de vida, obteve menores taxas de mortalidade infantil e não o efetivo aumento da expectativa de vida em si. Aplicados às atividades domésticas e profissionais, esses avanços vêm implantando a automação das tarefas, provocando mudanças nas práticas laborais e, conseqüentemente, na condição socioeconômica dos aposentados. As tecnologias da informação e comunicação, por sua vez, como televisão, rádio e telefone, permitem aos idosos o acesso a lugares, peças teatrais, concertos e outros, que não teriam de outra forma, embora no seu uso, em alguns casos, possa apenas interessar o “ruído de fundo confortador”; nas redes sociais digitais, encontram uma gama de informações, possibilidades de discussão em grupos, sem a pressa das discussões orais, na segurança e conforto do lar.

Stuart-Hamilton (2002), baseando-se em diversos autores, diz que os “adultos mais velhos” podem se recusar a usar o computador, não por não terem capacidade de fazê-lo, mas por sentimento de perda de controle, desumanização e ansiedade, pelo treinamento inicial mal sucedido, pela influência de noticiários sobre pornografia infantil online, por exemplo, e pelo alto custo que requer a utilização da Internet. Além disso, os aparelhos eletrônicos miniaturizados dificultam o manejo, deixando-os em óbvia desvantagem.

As novas tecnologias da informação e comunicação

A sociedade contemporânea assiste a uma explosão de tecnologias. Celulares, *notebooks*, *smartphones*, *tablets*, além de outras mídias mais, compõem o cenário da informação e comunicação nos dias atuais. A comunicação cada vez mais requer novos dispositivos, dos quais as pessoas se tornam cada vez mais dependentes e se empenham para acompanharem essa demanda. A aplicação de conhecimentos e da informação, para gerar conhecimentos, e de dispositivos, que processem e comuniquem a informação, em um ciclo de retroalimentação cumulativo entre a inovação e seu uso caracteriza a “revolução tecnológica” de Castells (2011) numa sociedade que segue a lógica das redes.

Sob o “paradigma da tecnologia da informação”, uma determinação social se coloca acima dos interesses sociais específicos, reorganizando de modo radical as relações de poder, fazendo os fluxos do poder menos importantes do que o poder dos fluxos, tornando-se aspectos decisivos de dominação e transformação da sociedade o fato de se estar presente na rede ou ausente dela e a dinâmica de cada rede em relação às outras, conforme diz o autor supracitado.

Há não muitos anos atrás, uma pessoa precisava esperar chegar a casa ou ao local de trabalho, por exemplo, para "acessar" a internet e "entrar" em seus e-mails. Ou precisava esperar as agências bancária abrirem para se deslocar até lá dentro do horário disponibilizado pelos bancos se quisesse pagar suas contas. Atualmente, usando-se um *smartphone*, por exemplo, está-se constantemente conectado, e se paga contas e se envia e-mails de qualquer lugar e a qualquer momento. Nessa nova realidade da "cultura da virtualidade real", diz Castells (2011), o "espaço dos lugares" cede a vez ao "espaço dos fluxos", e a simultaneidade e a intemporalidade introduzem o "tempo intemporal".

O uso crescente das mídias digitais, que vai se tornando imperativo, tem delineado na atual "sociedade em rede" duas gerações digitais: a dos "nativos digitais" e a dos "imigrantes digitais". A primeira geração inclui as pessoas que já nasceram em meio às mídias digitais, usando as novas tecnologias de modo natural, com a propriedade e a desenvoltura de quem transita por aquilo que lhe é familiar. A segunda geração inclui as pessoas que se esforçam para se atualizar e se apropriar dessas mídias, que se fazem cada vez mais presentes em seu cotidiano.

Essa conceituação tem sido anunciada por Prensky (2001), que descreve nativos digitais como "falantes nativos" da linguagem digital dos computadores, vídeo games e Internet. Eles recebem informações velozmente; processam muitas coisas ao mesmo tempo e desempenham múltiplas tarefas; preferem acesso aleatório, tais como hipertexto; apresentam melhor performance se ligados a uma rede de contatos; têm sucesso com gratificações instantâneas e recompensas frequentes. Os imigrantes digitais procuram adotar aspectos da nova tecnologia para se adaptarem ao ambiente virtual, o que é denunciado por certo "sotaque"; não são hábeis como os nativos nem apreciam isso. Os imigrantes que se dedicam ao ensino, fazem-no vagarosamente, executando uma coisa de cada

vez, individual e seriamente, conservando o modo pelo qual foram educados, certos de que seus alunos devem aprender como eles, daí insistirem em manter os mesmos métodos de ensino.

Nativos e imigrantes digitais, seus amigos e familiares, bem como suas escolas, empresas e igrejas são atores de uma rede social digital. Segundo Recuero (2009, p. 24, destaques da autora), “uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas *conexões* (interações ou laços sociais) (WASSERMAN e FAUST, 1994; DEGENNE e FORSE, 1999)”. A interação, os laços sociais e o capital social são os três elementos qualificadores das conexões em redes sociais na internet.

Os processos de interação no ciberespaço obedecem a fatores diferenciais, conforme explica Recuero (2009): 1) os atores não se fazem imediatamente conhecidos, não deixam sinais da linguagem não verbal e da interpretação do contexto em que a interação acontece; 2) as possibilidades de comunicação por meio de múltiplas ferramentas, inclusive após a desconexão do ator social do ciberespaço; 3) a capacidade de migração pelas diversas plataformas de comunicação, evidenciando os laços fortes na rede; 4) a geração e manutenção de relações complexas e de tipos de valores que constroem e mantêm as redes sociais que vão gerar laços sociais.

Nesse espaço, a interação social pode se dar de diversas formas. Recuero (2009), baseando-se em Reid (1991), diz que ela pode ser: 1) síncrona, como nos canais de chat, que simulam uma interação em tempo real; 2) assíncrona, como no caso dos e-mails ou fóruns, em que não se pressupõe resposta imediata do ator social. Apoiando-se em Primo (2003), diz que a interação social pode ser: 1) mútua, em que o interagente atua de modo dialógico, interdependente, criativo e negociado, gerando relações sociais complexas, como nos blogs; 2) reativa, em que o ator responde ou não a

um estímulo, como nos *hiperlinks*, reduzindo o espectro de laços sociais que pudesse gerar.

Os laços sociais são efetivas conexões entre os interagentes de uma rede social digital que se compõem em função dos atributos sociais destes, assevera Recuero (2009) que, ampliando os conceitos de Breiger (1974), distingue laços associativos (construídos por meio da interação social reativa que faz emergir um pertencimento associativo) de laços dialógicos (caracterizados pela interação social mútua que faz emergir um pertencimento relacional). Baseando-se em Granovetter (1973), a autora traz, ainda, a distinção entre laços fortes (assinalados pela intimidade, proximidade e intencionalidade na criação e manutenção da conexão) e laços fracos (qualificados por relações esparsas sem proximidade e intimidade com trocas difusas).

Quanto à reciprocidade, que deriva da força dos laços, Recuero (2009) aponta os laços simétricos (conectam duas pessoas mostrando a mesma força nos dois sentidos) e os laços assimétricos (que num sentido são fracos e no outro, são fortes). Apoiando-se nos estudos de Gegenne e Forsé (1999) e Scott (2000), a autora diz que os laços podem, ainda, ser multiplexos (constituídos de diversos tipos de relações sociais) ou especializados (constituídos de relações do mesmo tipo).

Além da interação e dos laços sociais, a autora supra elenca o capital social como o terceiro elemento que qualifica as conexões em redes sociais digitais, concebido consensualmente pelos estudiosos do tema como um valor instituído a partir das interações estabelecidas entre os atores sociais.

Recuero (2009) formula um conceito ampliado de capital social a partir da contribuição de autores como Coleman, Putnam e Bourdieu: um conjunto de recursos variados e dependentes de sua função, partilhado por certo grupo, baseado na reciprocidade,

que pode ser desfrutado por todos os seus integrantes, individual ou coletivamente; esse conjunto de recursos está embutido nas relações sociais e é determinado por elas.

As redes sociais digitais podem ter na vida das pessoas a conformação que elas escolherem lhes dar e participarão de sua vida na medida em que permitirem, com a qualidade que desejarem e para o fim a que as destinarem, em qualquer lugar, em qualquer tempo, em qualquer idade.

Flora Malta Carpi: publicações no “estágio tardio da vida”

Nascida em Sumidouro/RJ, aos 18 dias do mês de agosto de 1926, Flora Malta Carpi casou-se antes de completar 18 anos, passando a residir em Itaperuna/RJ, a partir de 03 de agosto de 1947. A autora de nove livros publicados entre 2000 e 2015 concedeu a entrevista que se segue aos autores deste capítulo no dia 10 de novembro de 2015, em sua residência.

Entrevistador – Como começou seu interesse pelas letras?

Flora Malta Carpi – Desde pequena, em torno de 7 anos, já apresentava letra muito legível. No ginásio, era escolhida pelas professoras para escrever no quadro, pois as crianças desinibidas e que possuíam letras legíveis podiam ajudar na classe.

Ainda estudante escrevia poesias. Depois de casada, em todo aniversário, propunha que cada um dos três filhos fizesse um pequeno discurso em homenagem ao aniversariante, por isso, eles são desinibidos. E, para tudo de engraçado que ocorria no cotidiano, eu fazia uma trova (quatro versos com rimas).

Fui convidada para integrar o corpo da Academia de Letras de Bom Jesus do Itabapoana/RJ; vi-me forçada a aprimorar a escrita e a qualidade dos versos. Juntamente com Walber Meirelles e mais seis membros, fundamos a Academia Itaperunense de Letras (doravante ACIL) em 04 de setembro de 1991, a qual foi instalada em 09 de maio de 1992.

Fazer-me poetisa foi um dom natural que Deus deu, o que fui aprimorando no escrever poético, com mais leituras, perspicácia em sentir o que os outros escreviam. O poeta ora quer se mostrar ora quer se esconder atrás das palavras. Na maioria das vezes, se expõe, se mostra com mais clareza. A gente não fica encabulado com aquilo que a gente sente: tristeza, alegria, o que gosta, o que não gosta. Ser poeta é dom divino: não tem poesia, não tem graça nem vida senão por Deus.

"Soneto Azul" é uma poesia que remete ao céu. As pessoas passam a olhar e a admirar o céu, pois há pessoas que não se ligam na essência das coisas, e uma poesia pode despertar uma pessoa para pequenas coisas como a natureza, os belos gestos, a solidariedade. Crônicas são para as pessoas rirem, por sua comicidade, e poesias são para as pessoas refletirem, são coisas sérias.

Entrevistador – Quando começou a publicar livros? Quantos e quais publicou?

Flora Malta Carpi – A partir do ano 2000, com 74 anos, publiquei meu primeiro livro *Flora em Versos*, um livro premiado com medalha de ouro/2014, devido ao 9º lugar alcançado entre os mais bem escritos do Brasil, pela Academia Brasileira de Estudos e Pesquisas Literárias. A partir dessa premiação, fui convidada para membro da Associação Internacional de Escritores e Artistas, o que aceitei.

Depois desse livro, publiquei mais oito: *Flutuar de Recordações* (poesias dedicadas à terra natal), s/d; *Baú Aberto* (crônicas sobre histórias de família), em 2006; *Edificação e Espiritualidade – 40 anos de História da Paróquia São Benedito – Itaperuna/RJ* (documentário), em 2008; *Jardim de Sentimentos* (sonetos), em 2010; *Caixa de Mosaico* (crônicas), em 2013; *Memória Viva – História da Fundação e Instalação da Academia Itaperunense de Letras* (em coautoria com Jurema Coutinho Braga), em 2010; *Cântaros e Cantares* (poesia), em 2014; e, por último, este ano, no dia 05 de novembro, lancei *Réstia de Sol* (poesia), no Teatro do SESI, aqui, em Itaperuna.

Entrevistador – O que representam suas obras para a senhora? Por que escrever?

Flora Malta Carpi – Representam a minha vida. Nunca pensei fazer isso. Elas descrevem no tempo uma trajetória do amorismo literário até uma concretização mais lapidada pelo aprendizado e maturidade.

Escrever é uma coisa espontânea que acontece e, enquanto você não põe no papel o que pensou, você não desiste de completar aquele pensamento. É uma coisa engraçada, é como uma joia que a gente quer conservar. Enquanto não consegue dizer o que pensa, não muda de pensamento. A ideia permanece fixa ali até ser transportada para o papel.

Fui muito feliz no casamento. Meu esposo faleceu em 1974 e em 1976 fui morar em Niterói/RJ para ficar com meus netos que lá estudavam. Levei Rosane comigo para me auxiliar nos cuidados domésticos. Ela estudava e eu estudava com ela, para ajudá-la. Hoje ela é enfermeira concursada em um Hospital no Rio de Janeiro. Às vezes, eu estava triste ou chorosa, e Rosane inventava que tínhamos que sair para comprar algo. Um dia, ela me viu escrevendo e

me perguntou o que eu ia fazer com aqueles papéis. Disse-me que quando eu morresse, eles jogariam aquilo tudo fora, e me perguntou por que eu não fazia um livro com minhas crônicas, poesias e sonetos. Eu dei risada.

Eu não queria que aquilo acontecesse, que tudo fosse jogado fora. Eu queria que meus netos lessem, queria mostrar para eles como eu via o mundo e o meu amor pelas pessoas, pela cidade onde nasci, pelos parentes. Queria que outros apreciassem a beleza da vida como eu a via. O fazer poético me trouxe de volta as pessoas falecidas que eu amava. Nos meus versos, eles estavam vivos, eles estavam perto de mim. Então, aos poucos, comecei a reunir meus escritos e a considerar a possibilidade de um dia publicá-los.

Entrevistador – O que, para a senhora, significa envelhecimento?

Flora Malta Carpi – Envelhecer significa um processo de viver com dignidade, seguindo bons exemplos e tentando deixar bons exemplos para as pessoas. Para envelhecer bem, é preciso acompanhar a vida: não viver no passado e construir, dali para frente, novos castelos, sempre com uma mensagem positiva para as pessoas, dando valor a outras coisas que não às materiais, atualizando-se, como substituir o apreço pelas joias pela solidariedade a um irmão necessitado. A pessoa tem que seguir em frente, sempre sorrindo, não se importando com o envelhecimento corporal, mantendo a mente ligada em tudo. Não pode deixar de interagir.

Com cada pessoa com quem eu converso aprendo alguma coisa, todos têm algo a contribuir, inclusive as crianças. Refletir e não fazer igual. Procurar ser tolerante, compreensivo, manter uma ocupação, uma diretriz. Mente desocupada tende a cair no

desânimo, no esquecimento e na depressão. Depressão tem muito de falta de enriquecimento, de leitura, atualização. É preciso acompanhar as notícias, ler e assistir a jornais, atualizar-se, conversar com todas as pessoas sobre todos os assuntos.

Importante é saber viver a vida familiar na paz e na compreensão. Tudo esclarecido, sem briga, conversado, sabendo pedir desculpa e conceder perdão – desculpa foi feita para pedir e perdão para a gente perdoar. Evitar desafetos, não levar tudo para o lado negativo, com cuidado para não incorrer em acréscimos, assim como “quem conta um conto, aumenta um ponto”.

Entrevistador – A senhora se utiliza das novas mídias digitais? A senhora se reconhece na expressão “imigrante digital”?

Flora Malta Carpi – Utilizo. Sim, me reconheço, pois estou tentando aprender (risos). Porque a pessoa tem que ser atualizada, senão fica isolada e depois reclama que está abandonada, pois não tem assunto para ninguém, não acompanha o mundo, a evolução.

O que mais aprecio são as coisas engraçadas. Acho muito interessante as críticas feitas a políticos, por exemplo, por cartunistas para fazer os outros rirem. Essas pessoas trazem ensinamentos para os jovens e alegria, principalmente, para os idosos.

Mas há algumas coisas que me desagradam. Eu não gosto de estar em um local em que cada pessoa está em seu WhatsApp® sem trocar com as outras. Esse momento poderia ser compartilhado. Não há troca de olhar, de sorrisos, de amor, de comunicação. A pessoa fica ali debruçada sobre seu celular, obcecada.

Não sou a favor de censura externa. Mas, em casa, os pais precisam orientar os filhos em relação à comunicação online com pessoas desconhecidas pelos riscos que as crianças correm.

Admira-me ver jovens se relacionarem pela internet e virem a se casar sem se conhecerem direito.

Entrevistador – As novas mídias digitais interferem de algum modo em suas produções literárias?

Flora Malta Carpi – Não. Pela falta de visão, quase não leio. Desde 25 anos uso óculos. Operei catarata precocemente e sofro com envelhecimento da mácula, o que me permite ter apenas 30% de visão em uma das vistas e uns 70% na outra. Por isso, às vezes, dou preferência às mensagens de voz. Nesse aspecto de produção de texto, preocupa-me a facilidade que as mídias propiciam ao plágio.

Uso as mídias digitais preferencialmente para relacionamentos com amigos e familiares. No WhatsApp®, estou no grupo da família Carpi e no da ACIL. Acho fabulosos os grupos. Tudo o que acontece, todos ficam logo sabendo! Há uma semana tenho Facebook® que minha filha fez para mim, mas ainda não aprendi nada, essa é que é a verdade (risos). Interessou-me, pois vi pessoas que há muitos anos eu não via. Amigos antigos que não sabiam que eu havia escrito livros curtiram e eu adorei.

Entrevistador – Projetos futuros?

Flora Malta Carpi – (risos) Escrever, escrever e escrever... Já estou escrevendo outro livro composto por crônicas e poesias. Veja os manuscritos.

Também compor. Um dia, não consegui ir à igreja por causa de um temporal. Cantei um Pai Nosso. Depois observei que nunca havia ouvido aquele Pai Nosso. Cantei-o para algumas pessoas conhecidas e elas concordaram comigo. Então, uma amiga me disse

que quando isso acontecesse, eu deveria gravar. Assim passei a fazer. Vem a inspiração, eu pego o gravador. Os músicos escrevem partituras e colocam arranjos em minhas letras e músicas, que são gravadas por cantores em CDs. Estão em CDs, também, algumas poesias minhas que recito. Ouça essa que fiz para meu marido. Chama-se *Para Beбето*.

As conversas com Flora Malta Carpi não permitem perceber o passar do tempo, enquanto o tornam evidente. Uma constatação que evidencia o que se reflete neste estudo: o envelhecer como elaboração individual e social.

O envelhecimento como construção individual e social

Mitos e preconceitos, tentativas de homogeneização e expectativas preconcebidas acercam o envelhecimento humano. Daí uma necessidade de cuidar para transitar por essa temática tentando evitar julgamentos implícitos de valor e alocação dos idosos em estereótipos.

Desmitificar a velhice implica reconhecer o que de fato lhe é pertinente e o que de fato lhe é atribuído indevidamente. As perdas de entes queridos, do trabalho e da agilidade são uma realidade, bem como o declínio fisiológico. Mas o “velhicismo” deliberado ou involuntário mostram que a sociedade ainda tem muito que aprender sobre o “estágio tardio da vida”, sobre pessoas, enfim.

O envelhecimento humano é uma construção, uma elaboração individual e social. Cruzar os braços, deixar a vida seguir, assumindo uma atitude passiva diante dela é também um modo de construção, embora muitas vezes não o pareça. Como toda trajetória

de vida, cada etapa do ciclo familiar requer planejamento, ajustes, realinhamento de relacionamentos, enfim, uma recomposição de papéis, funções, atividades, interesses, movimentos novos dentro e fora do ambiente familiar, às vezes, literalmente novas composições.

Flora Malta Carpi, poetisa sumidourense, a partir da viuvez, decidiu publicar seus manuscritos para compartilhar em poesias, crônicas e sonetos o seu apreço pela vida, pelas pessoas, pela natureza, por sua terra. Com vida social ativa, tornou-se membro da Academia Itaperunense de Letras, e nos últimos 15 anos publicou nove livros, escolhendo sentidos novos para sua existência.

Sua trajetória a faz transcender o corpo diariamente e usar com responsabilidade a liberdade de escolher como viver seus dias e a que aderir ou não em relação aos imperativos da contemporaneidade. Sempre bem humorada, abre-se ao mundo, às pessoas e à vida, usufruindo, por exemplo, o que as novas mídias digitais têm para oferecer-lhe, apropriando-se daquilo que pode enriquecer seu estilo de vida e em que se reconhece, sabendo rejeitar o que não a agrada e usar criativamente e a seu favor os recursos disponíveis.

Nas redes sociais, a "imigrante digital" se diverte, se relaciona com os grupos e amigos que eleger, com quem compartilha afetos e poesias e se esforça para apropriar da evolução, "acompanhar o mundo" e fugir ao isolamento. Ela valoriza e aproveita-lhe o capital social e reconhece os riscos e os benefícios das interações sociais e dos laços sociais tecidos no ambiente virtual, não apenas em relação a si, mas para as famílias e a sociedade.

A mãe, esposa, filha, avó e bisavó mareja os olhos ao se remeter à sua terra natal, aos seus pais e saudoso marido, aos amigos de outrora e aos filhos, netos e bisnetos. Após a viuvez, a autora transita por novos papéis e funções na família.

Engaja-se em novos projetos, sempre. Ela, hoje, tem a flexibilidade de permitir que a geração do meio assuma certa ingerência sobre alguns de seus afazeres e necessidades, o que dosa sem passar a subfuncionar nesse sistema. Com a sociedade mais ampla, estabelece suas relações, convivendo com a comunidade eclesíastica, a comunidade literária e artística, inovando sempre.

A boa convivência em família, baseada na compreensão mútua, no perdão e na evitação de desafetos, bem como a relação com a sociedade mais ampla, pela atualização, interação e aprendizado constantes, integram o seu conceito de envelhecimento, além da necessidade de prosseguir, transpondo as limitações do corpo e se desenvolvendo psicologicamente.

No “estágio tardio da vida”, Flora Malta Carpi compõe novas amizades, novos papéis sociais e familiares, novas atividades. Literalmente, ela compõe letras e músicas. As poesias, sonetos e crônicas que escrevia desde a mocidade, agora publica, descortinando-se autora para Itaperuna, para Sumidouro, para Niterói ou qualquer parte do mundo em que suas produções chegarem pelas redes sociais (digitais); para sua família e amigos, para tantos quantos queiram usufruir-lhe a sabedoria e a alegria de viver expressas em prosa e verso, percebidas nos divertidos encontros.

As vivências da poetisa permitem contextualizar a discussão teórica que embasa a concepção de envelhecimento neste trabalho com o propósito de trazer à reflexão a natureza dinâmica e sistêmica dessa temática, sem ter a pretensão nem mesmo a intenção de tornar suas vivências um modelo de vida a ser reproduzido ou um estilo de vida a ser perseguido. Talvez, sim, sua atitude otimista e realista diante da vida possa servir de inspiração, como suas poesias, que, em sua concepção, fazem pensar.

Considerações finais

Há muitas formas de experienciar o envelhecimento. A pessoa idosa tem inúmeras possibilidades de vivenciar coisas novas, de viver apesar das fronteiras físicas, quer pela utilização das redes sociais, como WhatsApp® e Facebook®, quer pela possibilidade de viajar e conhecer novos horizontes, enfim, de (re)começar uma busca pelas realizações pessoais.

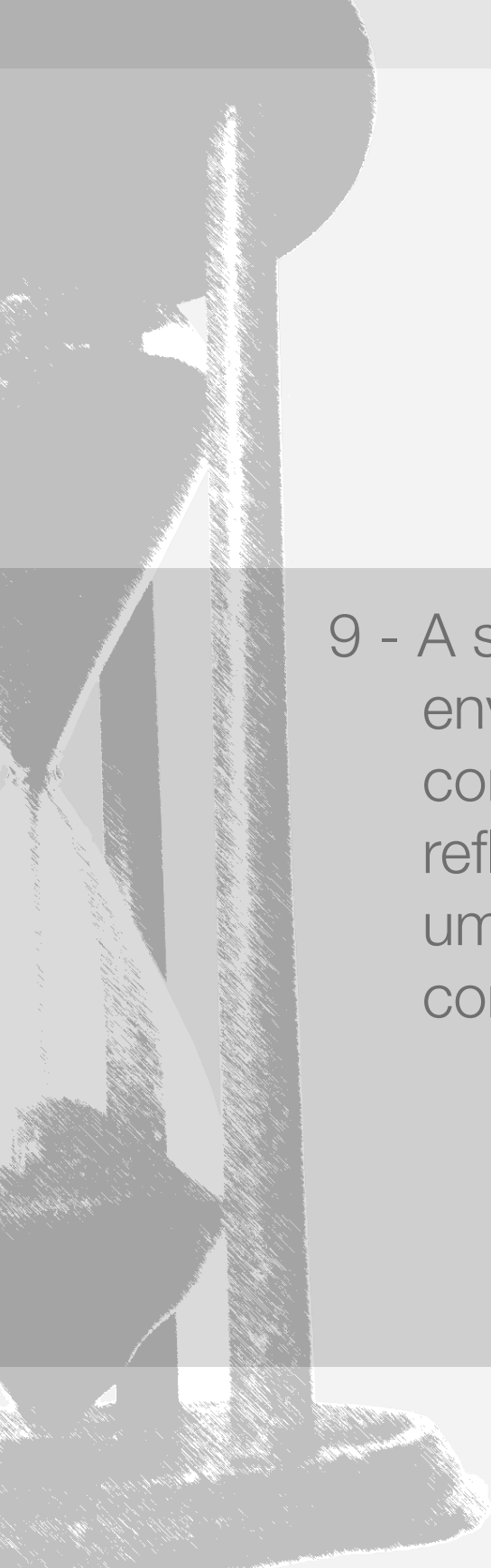
Não se trata de uma concepção de envelhecimento ideal, ao contrário, aponta a possibilidade de vivê-lo tal como se possa configurá-lo, a partir de uma decisão individual, favorecida ou não pelo apelo social que ora o estigmatiza ora o louva. Trata-se, portanto, de uma concepção que assume a natureza dinâmica e sistêmica do "estágio tardio da vida", tal como o caracterizou Flora Malta Carpi.

Tendo por pedra de toque tal entendimento, não convém deixar de pensar que pode ser interessante transitar por todos os vieses socioculturais, incluindo aí os familiares, e ter flexibilidade para se atualizar responsável e livremente ao que sugere o momento presente e o lugar em que se vive, aceitando a realidade que se impõe e avaliando-a para se adequar a ela, enquanto a ajusta às próprias possibilidades.

Nas redes sociais digitais, por exemplo, não é diferente. Os idosos têm nelas mais uma possibilidade de interação, estabelecimento de laços sociais e oportunidade de usufruir os recursos disponíveis constituídos socialmente, conforme lhes for mais conveniente. Como imigrantes digitais, aprendendo sempre, segundo seus interesses e necessidades, se assim o desejarem. Esse aspecto bem sintetiza Flora Malta Carpi no status de seu WhatsApp® – "Na escola" – expressando, no momento, o seu empenho em se "alfabetizar" para se utilizar das novas mídias digitais.

Referências

- CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar**. In: CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. (cols) *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1). 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- DAY, R. D. **Introduction to family processes**. 5 ed. New York: Routledge, 2010.
- FRANKL, V. **Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração**. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2008.
- PRENSKY, M. **Nativos Digitais, Imigrantes Digitais**. Disponível em http://www.colegiongeracao.com.br/novageracao/2_intencoes/nativos.pdf. Acesso em 15 set 2015.
- RECUERO, R. **As redes sociais na internet**. Coleção Cibercultura. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- STUART-HAMILTON, I. **A psicologia do envelhecimento: uma introdução**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- VIORST, Judith. **Perdas necessárias**. 22 ed. São Paulo: Melhoramentos, 2002.



9 - A sexualidade e o envelhecimento na contemporaneidade: reflexões sobre uma história em construção

Giséle Pessin

Rosalee Santos Crespo Istoe

Fernanda Castro Manhães

Considerações iniciais

Cerceada por mitos e preconceitos, a sexualidade da pessoa idosa foi por muito tempo ignorada pela sociedade, e ao mesmo tempo, ridicularizada. Nesse sentido, a mídia e os programas de humor tem sua contribuição. Para ilustrar tais considerações, vale mencionar o famoso personagem Barbosa, representado pelo ator Ney Latorraca na TV Tupi.

Caracterizado como um idoso alienado, demente e desvairado, o Barbosa influenciou opiniões, representando depreciativamente a sexualidade frente ao processo de envelhecimento. Concomitantemente, muitos personagens idosos figuraram como seres assexuados na televisão, assumindo papéis de anciãos progenitores, sentados em cadeiras de balanço fazendo trabalhos manuais ou fumando seu cachimbo. Não se pode afirmar que a sexualidade da pessoa idosa tenha sido negligenciada apenas no imaginário social. Isso também aconteceu no contexto acadêmico. Ainda é reduzido o número de pesquisas que objetivam estudar a sexualidade ao longo do processo de envelhecimento.

Considera-se que a sexualidade e o envelhecimento constituem conceitos dinâmicos, sobre os quais são produzidos diversos discursos, demarcados por atravessamentos históricos e sociais. Tratam-se de temáticas investidas de representações negativas e preconceituosas, que necessitam ser problematizadas.

Nesse sentido, ao longo deste capítulo pretende-se deflagrar esse processo de construção, situando algumas influências que

balizaram a constituição de uma produção multifacetada. Serão apresentados aspectos históricos da sexualidade, seguidos de uma contextualização do envelhecimento enquanto processo marcado por aspectos biopsicossociais na contemporaneidade.

Entre tabus e intervenções: a produção de discursos sobre a sexualidade

A sexualidade tem sido assunto frequente na mídia e nas rodas de conversa. Em meio a conselhos, proibições e convites à liberdade sexual, sentidos e significados são construídos, influenciando comportamentos e formas de pensar sobre a temática. Longe de ser um conceito estático, a sexualidade constitui uma produção discursiva, que assume formas diversas de acordo com o contexto social no qual ela é fabricada.

Para compreender esse processo de construção, faz-se necessário revisitar a história da sexualidade, que denuncia a participação de instituições, sujeitos e saberes. Embora a sexualidade seja um objeto de pesquisa estudado pela comunidade científica na contemporaneidade, vale ressaltar que até o final do século XIX, as preocupações com o corpo e o comportamento sexual eram objeto da religião e da filosofia moral (WEEKS, 2013), que produziam normas sociais com o objetivo de regular o comportamento sexual de homens e mulheres.

Como arqueólogo do saber, Michel Foucault (2012) deflagra a influência do cristianismo, que desde o século IV busca regulamentar o sexo, considerando-o perigoso e custoso, sendo limitado ao ideal da procriação.

A preocupação com o sexo produzia a indução de medos, por supostas consequências que situavam o prazer no campo da morte e do mal: o esgotamento do organismo, a morte, a destruição da

raça e da humanidade (FOUCAULT, 2012). Sob essas influências, o sexo foi investido de características negativas, como algo sujo e pecaminoso, enquanto ação a ser evitada e escondida.

Ainda de acordo com Weeks (2013), nesse período firmou-se um modelo reprodutivo que enfatizava a existência de dois corpos diferentes, com sexualidades opostas, em que a mulher apresentava ciclo reprodutivo automático e falta de sensação sexual. Nessa direção, a representação da sexualidade feminina assumia características específicas, e demarcava as diferenças entre homens e mulheres, que se estenderam para além do sexo. Os papéis sociais também foram delimitados de modo desigual em diversos contextos, sobretudo nas atribuições familiares, no trabalho, no exercício da cidadania e na educação formal.

Naquele contexto, o estabelecimento da confissão cristã contribuiu para que o sexo fizesse parte do discurso dos sujeitos de modo frequente, uma vez que os cristãos eram obrigados a relatar as minúcias de seus pecados (FOUCAULT, 2013). Falar sobre os próprios pecados significava contar ao sacerdote, em mínimos detalhes, pensamentos, palavras e ações, que muitas vezes relacionavam-se ao sexo, que por si só, era sinal de pecado para a religião.

Assim, é no século XVIII, período de expresso interesse pelo sexo, que o cerceamento das regras de decência provocou um “contra-efeito”, pela valorização e intensificação do discurso sobre ele (FOUCAULT, 2013, p. 24). Ou seja, proibir manifestações e abafar a sexualidade dos sujeitos não representou apenas uma “repressão” ao sexo, mas fomentou a construção de inúmeros discursos e práticas, que possibilitaram a constituição de outras formas de lidar com a sexualidade.

Embora fosse assunto proibido, o sexo passou a fazer parte das preocupações da sociedade, que se ocupava em vigiar, punir e corrigir os errantes, que incluíam todos aqueles que se aventurassem

em práticas sexuais para além da norma. Essas necessidades despertaram os olhares da ciência, que se ocupou do tema.

No século XIX é cunhado o termo “sexualidade”, influenciado pelo desenvolvimento de campos de conhecimentos e pela instauração de novas regras apoiadas por instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas (FOUCAULT, 2012). Essa constituição não significou o surgimento da sexualidade, mas apenas a demarcação de um conceito que despertava interesse de diversos campos de conhecimento e instâncias sociais.

A medicina, a psiquiatria, a justiça penal e a pedagogia, motivadas em construir saberes e formas de controle, lançavam seus olhares sobre essa sexualidade,

[...] tratando de proteger, separar e prevenir, assinalando perigos em toda a parte, despertando as atenções, solicitando diagnósticos, acumulando relatórios, organizando terapêuticas; em torno do sexo eles irradiaram os discursos, intensificando a consciência de um perigo incessante [...]. (FOUCAULT, 2013, p. 37).

Foi por meio desses campos de conhecimento que novas normas foram delimitadas. Com a demarcação da normalidade, ressaltou-se o diferente. O que estava fora dos padrões estabelecidos, constituía um desvio a ser tenazmente tratado pela ciência, para que sofresse a correção devida. Nessa perspectiva, as perversões deixam de ser um crime, um problema tratado pelo judiciário, ou um pecado, e se tornam uma patologia, a ser tratada pela medicina.

Essas práticas e discursos constituíram um campo de conhecimento específico, a Sexologia, que segundo Weeks, se ocupou de duas tarefas distintas:

Em primeiro lugar, tentou definir as características básicas do que constituiu a masculinidade e a feminilidade normais, vistas como características distintas dos homens e das mulheres biológicos. Em segundo lugar, ao catalogar a infinita variedade de práticas sexuais, ela produziu uma hierarquia na qual o anormal e o normal poderiam ser distinguidos (WEEKS, 2013, p. 63).

Esse momento é nomeado por Russo (2013) como a Primeira Onda da Sexologia, caracterizada por tentativas de construir uma racionalidade biológico/científica sobre a sexualidade. Em colaboração com outros autores, Russo (2009) ainda destaca nesse momento, a medicalização da “inversão” - como era chamada a homossexualidade. Na Alemanha, esses esforços constituíram o movimento de reforma sexual contra o Código Civil Prussiano, que criminalizava as relações homossexuais e outros comportamentos sexuais considerados anormais.

Com a aproximação da medicina a essa temática, a ciência rompeu com o domínio exclusivo das classificações jurídicas e religiosas sobre a sexualidade. Tal condição contribuiu para a representação da sexualidade como expressão do corpo humano: órgãos genitais, relações sexuais e informações sobre o corpo e a reprodução passaram a constituir preocupações legítimas de médicos e cientistas. Cabe situar que esse cenário favoreceu a valorização de condições biológicas, em detrimento dos atravessamentos sociais e históricos que atuam sobre a produção da sexualidade.

Na tentativa de superar concepções naturalistas, entre o fim do século XIX e o início do século XX, ainda marcado pelo puritanismo e pelas sanções morais, Freud (1905) apresentou um conceito de sexualidade que provocou rupturas frente às definições estritamente biológicas que eram reconhecidas até então.

O autor afirmou a existência da sexualidade na infância e estendeu o exercício da sexualidade a outros objetos, a outras finalidades, mostrando que esta não estava restrita à genitalidade. Ao mesmo tempo, associou a repressão sexual ao desenvolvimento de patologias psíquicas e exaltou a experiência do prazer na vivência da sexualidade. Apesar das críticas, Freud ampliou a temática, e a elevou para além do corpo biológico e da reprodução, ao enfatizar os fenômenos subjetivos da sexualidade. Para o estudioso, a sexualidade não começava com a puberdade; ela se fazia presente desde o início da vida.

Apesar de ter ampliado os olhares acerca do assunto, e de ter questionado o modo pelo qual a civilização reprimia a sexualidade, Freud favoreceu sua psicologização, postulando a existência de um instinto sexual inerente a todos os sujeitos. Mais tarde, no início do século XX, Wilhelm Reich que fora discípulo de Freud, postulou a existência de uma potência orgástica, um fluxo de energia biológica, que possibilita a descarga da excitação sexual. O autor pregava a liberação sexual para uma vida saudável.

Nesse período, a reforma sexual sofreu repressão pelo nazismo e pelas condições presentes nas Grandes Guerras, o que impulsionou a migração de estudiosos da Alemanha para os Estados Unidos (RUSSO *et al.*, 2009).

Em solo norte americano se delinearão novas perspectivas. Destacou-se a publicação de Alfred Kinsey, em 1948, denominada *Sexual Behavior of the Human Male*, onde o autor ressaltou a existência de práticas sexuais anormais frequentes entre os indivíduos normais. Kinsey contribuiu para que práticas como o sexo antes do casamento, bem como entre pessoas do mesmo sexo, e a masturbação, fossem consideradas comuns/normais. Além do referido autor, segundo Russo (2013), destacaram-se as contribuições de William Masters e Virginia Johnson nas décadas de 1960 e 1970,

que, com suas proposições de tratamento da disfunção sexual para casais - demarca-se aí uma Segunda Onda Sexológica, com outras preocupações.

Ainda segundo a autora, nesse momento o foco se direcionou para sexualidade normal do casal heterossexual, e não somente para as patologias sexuais. Ao mesmo tempo, esse deslocamento era igualmente impulsionado por novos valores sociais, mudanças na instituição familiar e a contracultura, que impulsionavam novos rumos para a sexualidade.

Nesse momento o campo da sexualidade figurava tensões entre preocupações com a produção da normalidade dos sujeitos e o questionamento às normas sociais. Enquanto a psicologização da sexualidade se somava à sua medicalização, reconhecia-se a relevância dos aspectos psicológicos para a garantia da saúde sexual dos sujeitos. Os movimentos sociais, por sua vez, se mostravam ávidos em contestar a ordem estabelecida.

Esses novos cenários favoreceram a desassociação entre sexualidade e reprodução biológica. O desenvolvimento de métodos contraceptivos hormonais na década de 1960 e os movimentos sociais foram protagonistas desse novo cenário (HEILBORN; BRANDÃO, 1999).

Para Heilborn e Brandão (1999), tais acontecimentos fomentaram investigações sobre os sistemas de práticas e representações sociais acerca da sexualidade, despertando o interesse das Ciências Sociais pelo tema. Nesse cenário de mudanças, vertentes sócio-antropológicas passaram a ganhar destaque no século XX, ao enfatizarem o caráter social e cultural da sexualidade.

Ao mesmo tempo em que se problematizava as teorias essencialistas, com o fortalecimento dos movimentos feministas e homossexual, novos conceitos foram construídos, buscando romper

com o caráter biologizante e psicologizante das teorias anteriores. As pesquisas realizadas em outros contextos revelaram que os papéis atribuídos a homens e mulheres não correspondiam necessariamente aos padrões legitimados socialmente. Desse modo, a descoberta da existência de variações culturais negava a universalidade da sexualidade, assim como dos papéis exercidos por homens e mulheres.

É na tentativa de intensificar a problematização da relação entre sexo e biologia, que a feminista Simone de Beauvoir, fomentou as críticas ao determinismo biológico da sexualidade e dos papéis atribuídos a homens e mulheres na sociedade: “não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1980). Nesse momento reivindicava-se o sexo com prazer, sem necessariamente exercer sua finalidade reprodutiva. Também era buscada a igualdade entre homens e mulheres, com maiores possibilidades para elas.

A grande proposta desse movimento era mostrar à sociedade a sua participação na construção de normas e regras acerca da sexualidade e dos papéis atribuídos a homens e mulheres, para que, rompendo com padrões fixos de normalidade, os sujeitos tivessem maior liberdade para fazerem escolhas até então negadas, desde o mercado de trabalho até os comportamentos sexuais e afetivos.

Nessa esteira de preocupações, nos anos 1970 se firma a utilização do termo *gender*, traduzido em português para gênero, de modo a afirmar que as diferenças entre homens e mulheres eram socialmente construídas. O conceito foi cunhado por Stoller, em 1968, sendo discutido por Gayle Rubin, em *The Traffic in Women*, em 1975.

Gayle Rubin (1998), precursora no desenvolvimento de estudos nesse campo, argumentava que “[...] o corpo, o cérebro, a genitália e a capacidade de linguagem são todos necessários para a sexualidade humana. Mas eles não determinam seu conteúdo,

suas experiências ou suas formas institucionais” (p. 106). A autora ainda propôs a separação entre sexo e gênero, como domínios distintos, que se entrelaçavam em muitos pontos.

Para Heilborn e Brandão (1999), os estudos sobre gênero favoreceram um *boom* nos estudos sobre a sexualidade, pois o gênero determina, em grande parte, o modo pelo qual a experiência sexual é vivenciada pelos sujeitos.

Essa apropriação histórica e social da sexualidade humana abriu espaço para a compreensão de uma nova perspectiva, fundamentada nos estudos pós-estruturalistas:

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder (FOUCAULT, 2013, p. 100).

O reconhecimento da construção discursiva do sexo na sociedade se opôs às construções binárias acerca da temática, representando uma poderosa crítica à sociedade e ao modo pelo qual esta lida com a sexualidade. Tal concepção tem impulsionado discussões e rupturas importantes, com o protagonismo dos movimentos sociais LGBTs.

Ao mesmo tempo, o interesse do Estado em regular a sexualidade tem impulsionado o desenvolvimento de leis e políticas públicas centradas em intervenções de saúde. Nessa perspectiva, a medicina e a indústria farmacêutica tem demarcado o seu lu-

gar, determinando diagnósticos e tratamentos. O lançamento do citrato de sildenafila, ou Viagra® em 1998, constitui um marco importante dos estudos sobre a sexualidade e figura como parte importante desse momento histórico denominado por Russo (2009) como a Terceira Onda Sexológica.

Na construção dessa história, cabe destacar que a Sexologia tem sido um elemento importante na codificação do modo como a sexualidade é representada (WEEKS, 2013) e, apesar das novas abordagens teóricas, os avanços científicos devem ser discutidos, sobretudo quanto aos seus efeitos para os sujeitos e seus papéis na sociedade.

A sexualidade e os desafios do envelhecimento

Muito se tem discutido sobre os avanços científicos que proporcionaram o aumento da longevidade e o consequente crescimento da população idosa. Além de produzir alterações na configuração da pirâmide etária, esse prolongamento da vida trouxe outras implicações, sobretudo para as relações sociais.

Cabe considerar que o reconhecimento da velhice como uma fase do desenvolvimento humano é resultado de uma construção histórica e social, que faz parte de um processo de formação de identidades que ocorreu ao longo dos séculos XIX e XX, balizando gerações e perfis etários.

De acordo com Silva (2008), essas identidades etárias também foram definidas em meio a produção de certas formas comportamento, hábitos e crenças, delimitando espaços e papéis no interior das famílias e no espaço social. Nesse sentido, as identidades passaram a ser demarcadas pela fase em que se situava o sujeito ao longo do processo de desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, esse período de modernização da sociedade também teve como marco a desvalorização dos ideais renascentistas e a legitimação da medicina moderna. Silva (2008) ainda aponta que a velhice e o processo de envelhecimento passaram a ser tratados como problemas biológicos, sinônimos de degeneração, decadência e adoecimento, dando origem ao campo da Geriatria, em 1910.

O surgimento desse campo de estudos favoreceu a produção de diagnósticos e proposições que nortearam a formação de profissionais da saúde e influenciaram a constituição de políticas públicas para os idosos. Nessa direção, as representações sobre o envelhecimento foram investidas de características negativas na sociedade.

No entanto, a constituição da Gerontologia ainda no século XX, possibilitou a constituição do idoso enquanto problema social (DEBERT, 1997). Com a participação de diversos campos de saber, como a psicologia e a sociologia, essa nova disciplina buscava apropriar-se dos aspectos psicossociais do envelhecimento (SILVA, 2008).

Vale mencionar que as mudanças sociais e econômicas também favoreceram o surgimento de novos olhares para o envelhecimento. Como situa Debert (1997), as pessoas mais velhas que constituíam uma classe desfavorecida, sobretudo entre os anos 1940 e 1950, assumiram uma nova posição a partir da universalização do direito à aposentadoria na década de 1970. Essas pessoas passaram a desfrutar de uma inatividade remunerada, que significava a continuação de sua participação econômica na sociedade.

Nesse cenário demarcou-se a invenção da “Terceira Idade” após a década de 1950 na Europa, legitimada posteriormente em 1980. Consiste em uma categoria social produzida pelo processo crescente de socialização da gestão da velhice, demarcada em princípio, por novas concepções e formas de tratamento da pessoa com

maior tempo de vida. Nesse sentido, não há preocupação com uma demarcação cronológica específica (DEBERT, 1997).

Segundo Silva (2008, p. 161), a constituição dessa nova categoria social promoveu mudanças na representação da velhice,

[...] gerando uma profunda inversão dos valores a ela atribuídos: antes entendida como decadência física e invalidez, momento de descanso e quietude no qual imperavam a solidão e o isolamento afetivo, passa a significar o momento do lazer, propício à realização pessoal que ficou incompleta na juventude, à criação de novos hábitos, *hobbies* e habilidades e ao cultivo de laços afetivos e amorosos alternativos à família.

Esses novos conceitos implicaram na produção de novas formas de intervenção pelas instituições. De desvalido a beneficiado, o idoso passou a atrair interesses econômicos. Produtos e serviços têm sido produzidos para atender a essa clientela, de acordo com as suas peculiaridades.

Ao mesmo tempo, a mídia tem cumprido papel importante nesse processo de mudanças. O ideal de atividade na Terceira Idade tem sido amplamente difundido nas propagandas e nos programas de televisão. Estes por sua vez, frequentemente contam com a participação de especialistas, que exaltam a importância da qualidade de vida do idoso.

Pode-se afirmar que hoje a vivência da senilidade acontece em um contexto diferente. Transformações sociais como as mudanças nas relações de gênero e nas configurações familiares também possibilitaram novas formas de atuar no mundo e ao mesmo tempo, de experimentar a sexualidade, e nesse sentido,

destaca-se a participação de movimentos sociais que tem reivindicado maior liberdade de escolha e o direito ao prazer. O idoso que dedica seus dias à espera da morte já não representa o seu segmento populacional.

Do mesmo modo, as pessoas idosas têm assumido diferentes funções no contexto familiar e na sociedade. Continuam engajadas e muitas delas assumem papel importante na economia doméstica, seja no apoio financeiro, seja na realização de funções produtivas. Já é comum observar idosos dominando as rédeas da própria vida e produzindo ativamente.

Vale situar que, esses sujeitos experimentam o envelhecimento, inseridos em um contexto em que a juventude e a beleza são valores fundamentais. Simultaneamente, diversas estratégias mercadológicas são construídas nesse terreno, onde o ideal de atividade e vigor são imperativos para a existência em sociedade.

Para proporcionar qualidade de vida e longevidade às pessoas ao longo do seu desenvolvimento, a ciência tem empreendido esforços para retardar o envelhecimento e garantir a preservação de funções importantes do corpo humano. A sexualidade também tem constituído objeto de preocupação para a ciência, que afirma a sua importância para uma vida saudável e funcional.

Em momentos históricos anteriores, os idosos eram considerados sujeitos debilitados para o sexo ou até mesmo assexuados. No novo cenário, sob forte influência dos valores da atividade e juventude, a virilidade assume papel de destaque. Com o objetivo de restaurar funções ou de potencializá-las, a medicina tem se preocupado com a atividade sexual.

Um marco importante dessa história é a produção do Viagra® ou citrato de sildenafil, em 1998. Cabe mencionar que desde a década de 1930 são empreendidos esforços para estudar o pro-

cesso de envelhecimento masculino, no entanto, não havia foco sobre a funcionalidade sexual, pois isso era considerado imoral na época (RODHEN, 2012).

Essas mudanças sociais e as novas configurações na área da saúde sexual encarnam a Terceira Onda Sexológica que, segundo Russo (2013), é caracterizada por uma mudança de foco da sexualidade feminina ou do casal para a sexualidade masculina, sendo esta, objeto de intervenções da medicina e da indústria farmacêutica.

Importa assinalar que até então os corpos das mulheres sofriam o escrutínio da ciência e de profissionais da saúde, que regulavam os corpos para a finalidade reprodutiva, a partir de uma representação da mulher enquanto ser frágil e dependente de cuidados. Desde a década de 1930 já existiam políticas focalizadas na saúde materno-infantil. No entanto, só em 2007 foi lançada oficialmente uma política de saúde para os homens.

Nessa nova tendência dos estudos sobre a sexualidade são privilegiados a sexualidade do homem e os problemas relativos ao seu órgão sexual, que resultam em ações centralizadas no funcionamento do corpo biológico. De acordo com Tramontano e Russo (2015), esse terreno possibilitou a valorização das pesquisas sobre a disfunção erétil, favorecendo uma mudança conceitual do termo impotência, que foi substituído em seu significado pejorativo. Giami (2009) esclarece que a causa da impotência foi considerada fundamentalmente psíquica, ao passo que a disfunção erétil é estudada como problema orgânico.

Rodhen (2012) aponta que os atuais discursos da área da saúde sexual objetivam o estímulo da disposição sexual e o restabelecimento da normalidade hormonal. A autora ainda salienta que as outras formas de intervenção que incluem os tratamentos psicoterapêuticas estão perdendo espaço para os medicamentos.

No que diz respeito à sexualidade feminina, as intervenções também seguem a direção da medicalização. Neste ano foi lançado sob grandes expectativas e muitos investimentos publicitários, o “viagra feminino”, que teve repercussão mundial. O Addyi® ou Flibanserina é um antidepressivo destinado a atuar sobre o desejo sexual das mulheres, aumentando a libido.

Como situam Tramontano e Russo (2015), essa realidade evidencia uma concepção arraigada pela diferença de gênero, uma vez que

[...] a sexualidade feminina é concebida como mais difusa e ‘complexa’, abarcando a mulher como um todo, ao passo que a sexualidade masculina é mais ‘simples’ e tende a se resumir no funcionamento do pênis, concebido de forma mecânica (p. 188).

Russo (2013) ainda assinala que essa concepção aproxima o masculino da objetividade e da visibilidade, e o feminino da subjetividade e do mistério, ressaltando as diferenças entre homens e mulheres para além do corpo, situando-as também em distintas formas de existência.

É importante assinalar que essa relação de desigualdades não nasceu na contemporaneidade. Vale destacar que o processo de envelhecimento tem sido vivenciado de modos diferentes por homens e mulheres no que diz respeito à sexualidade. Historicamente as relações de poder que se constroem a partir das categorias de gênero constituem um importante marcador social para o idoso, resultando em diferentes histórias de vida e experiências. Quanto à disseminação desses valores, a mídia tem exercido papel de grande importância, reafirmando a virilidade e a sexualidade do homem pelo uso do citrato de sildenafil. Giami (2009) denuncia

que os meios de comunicação favoreceram uma nova representação desse produto, que tem sido utilizado pelos homens como afrodisíaco em atividades sexuais com fins recreativos.

A indústria farmacêutica também deve ser citada. O financiamento a pesquisas e as premiações aos profissionais que mais prescrevem determinados medicamentos contribuem para a disseminação do uso desses produtos. Ao mesmo tempo, outras formas de publicidade estimulam o consumo dessas substâncias a partir da promessa de uma reconquista da virilidade.

Essa perspectiva tem sido questionada por apresentar uma concepção medicalizante da sexualidade e do envelhecimento humano. De acordo com Conrad (2007), a medicalização trata-se de um processo que define determinadas questões humanas a partir de termos e intervenções médicas, concebendo-as como desordens e transtornos. Esses discursos têm sido apropriados por diferentes sujeitos e instâncias sociais, não estando necessariamente relacionados à medicina.

É importante refletir sobre as consequências da medicalização da sexualidade e do envelhecimento. Ao fixá-la no corpo biológico, extrai-se os seus componentes psicológicos e sociais. Ao mesmo tempo, o envelhecimento não se resume à degeneração do organismo. Cabe evidenciar que a crítica à medicalização excessiva não questiona as contribuições da ciência e da medicina na sociedade. De fato, elas são importantes para a melhoria da qualidade de vida e o bem estar das pessoas. O que se questiona são os efeitos da redução de questões humanas a patologias ou distúrbios, que recebem terapêuticas centralizadas exclusivamente na restauração de um suposto corpo doente e decadente.

Numa contramão desse processo, seguem os movimentos sociais. Reivindicando maior expressividade e igualdade na sociedade, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros

e simpatizantes (entre outros grupos) tem fomentado discussões importantes sobre a sexualidade e as relações de gênero na sociedade. Embora não exista uma homogeneidade entre esses movimentos, nem uma agenda única de reivindicações, de modo geral, suas formas de expressão têm produzido rupturas nos padrões de normalidade legitimados pela sociedade.

É incontestável a existência de novas formas de vivenciar a sexualidade e de novos papéis sociais para homens e mulheres. Os idosos também podem experimentar os efeitos dessas mudanças. As pessoas podem usufruir de uma maior liberdade para escolherem os seus parceiros, ao mesmo tempo em que podem se desvencilhar desse relacionamento. Outra questão importante refere-se ao direito ao prazer sexual, também conquistado pelas mulheres.

Na contemporaneidade, a luta pelo direito à diversidade sexual tem alcançado maior espaço na mídia e entre as demandas políticas no Legislativo. No entanto, essa visibilidade dos movimentos sociais tem produzido efeitos contrários, como o fortalecimento de concepções fundamentalistas, que tentam resgatar as normas religiosas para a regulação da sexualidade dos sujeitos. Não raro, essas regulamentações estão associadas a ações discriminatórias e diversas formas de violência.

Entre a medicalização, os movimentos sociais e os fundamentalismos se encontra a sexualidade do idoso. Nesse cenário de disputas, políticas públicas e intervenções profissionais são balizados a partir de determinados discursos, que nem sempre reconhecem a sexualidade como direito da pessoa idosa. Desse modo, cabe destacar a importância da produção científica enquanto ato político. Ainda é reduzido o número de pesquisas que se dedicam a problematizar os efeitos dessas implicações sociais na sexualidade ao longo do processo de envelhecimento.

Considerações finais

Admite-se que a constituição de uma nova categoria social delimitada a partir da legitimação da Terceira Idade influenciou a constituição de novas formas de gestão do envelhecimento, o que tem contribuído em parte, para a superação de estereótipos sobre a experiência sexual do idoso.

Ao mesmo tempo, cabe considerar a importância de mudanças sociais nesse processo. As novas configurações familiares e os imperativos valores da juventude e atividade impulsionam a constituição de novos sujeitos frente ao processo de envelhecimento. Gozando de remuneração em sua aposentadoria, o idoso se tornou atrativo para ações mercadológicas, que buscam oferecer produtos e serviços que atendam as suas necessidades.

Além disso, uma variedade de medicamentos e intervenções anunciam a possibilidade de experimentar maior longevidade e qualidade de vida. Para ambos, promete-se uma vida sexual “saúdável”, mas favorecem um retorno à biologização da sexualidade a partir de ações medicalizantes. Nesse bojo, o homem também passa a ser objeto de preocupação da medicina, e ao mesmo tempo, manifestam-se insistentemente os clamores à supremacia masculina.

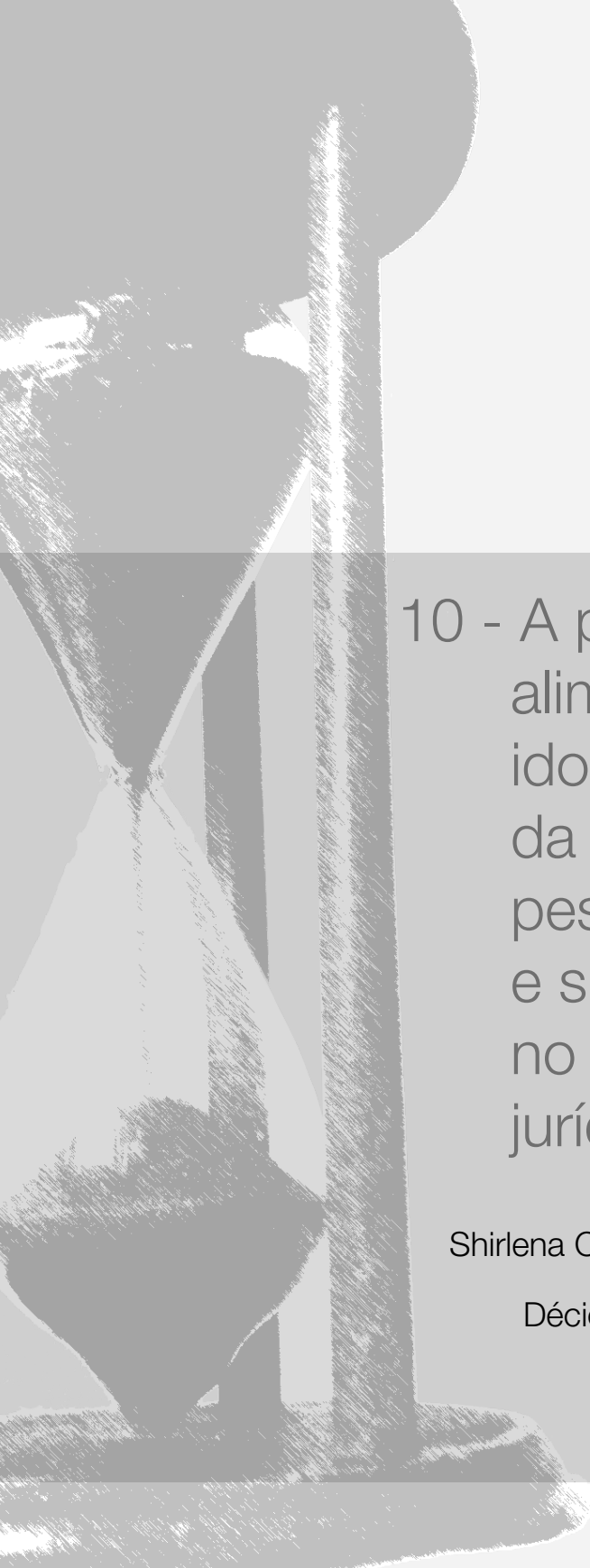
Contudo, os movimentos sociais têm investido em outras direções, no sentido de garantir os direitos sexuais na diversidade humana. Em resposta à visibilidade dessas reivindicações, concepções fundamentalistas objetivam situar a sexualidade do idoso a partir da heteronormatividade e desvalorizam o exercício da sexualidade na terceira idade, situando-a no campo da morte e do mal. Dada a expressividade de representantes religiosos no Poder Legislativo, as políticas públicas também tem sido cerceadas por esses valores. Nesse sentido, o sexo continua sendo tratado como algo que deve ser evitado, como um risco e um perigo à saúde.

É necessário assinalar que embora tenham se ampliado as discussões acerca da sexualidade na sociedade, múltiplas estratégias de controle continuam a ser produzidas. Firmam-se novos padrões de comportamento e novas formas de atuar no mundo, no entanto, as instituições sociais, com destaque à religião, ainda empreendem seu modo de administrar a sexualidade, que permanece assumindo o status de tabu na sociedade.

Referências

- BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- CONRAD, P. **The medicalization of society: on the transformation of human conditions into treatable disorders**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2007.
- DEBERT, G. G. **A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 12(34), p. 39-56, 1997. Disponível em http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_34/rbcs34_03.htm. Acesso em out. 2015.
- FREUD, S. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. 7. Rio de Janeiro: Imago, 1905 / 1996.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**. 23 ed. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2013.
- _____. **História da Sexualidade 2: O uso dos prazeres**. 13 ed. 3ª reimpressão. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Revisão Técnica, José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012.
- GIAMI, A. **Da impotência à disfunção erétil: destinos da medicalização da sexualidade**. Physis, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 637-658, 2009.
- HEILBORN, M. L.; BRANDÃO, E. R. **Ciências sociais e sexualidade**. In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.). *Sexualidade: O olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 7-17.
- ROHDEN, F. **A “criação” da andropausa no Brasil: articulações entre ciência, mídia e mercado e redefinições de sexualidade e envelhecimento**. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 2 (2), p. 96-219, 2012. Disponível em revista.psico.edu.uy/index.php/revpsicologia/article/download/137/79. Acesso em 10 nov. 2015.
- RUBIN, G. **O tráfico de mulheres: Notas sobre a ‘Economia Política’ do sexo**. Tradução de Edith Piza com supervisão de Heleieth Saffioti. Campinas, 1998.

- RUSSO, J. A. **A terceira onda sexológica: medicina sexual e farmacologização da sexualidade**. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 172-194, 2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872013000200009&lng=en&nrm=iso. Acesso em nov. 2013.
- _____; ROHDEN, F.; TORRES, I.; FARO, L. **O campo da sexologia no Brasil: constituição e institucionalização**. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 617-636, 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312009000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em nov. 2013.
- SILVA, L. R. F. **Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento**. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 155-168, 2008. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702008000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em 15 out. 2015.
- TRAMONTANO, L.; RUSSO, J. A. **O Diagnóstico da Deficiência Androgênica do envelhecimento masculino e os (des) caminhos do desejo sexual masculino**. *Mediações. Dossiê Tecnociência, Corpos, Gênero e Sexualidade*. v. 20, n. 1, p.174-193, 2015.
- WEEKS, J. **O corpo e a sexualidade**. In: LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 35-82.



10 - A prestação de alimentos ao idoso sob a ótica da dignidade da pessoa humana e sua concepção no ordenamento jurídico brasileiro

Shirlena Campos de Souza Amaral

Décio Nascimento Guimarães

Náthani Siqueira Lima

Considerações iniciais

O voltar de olhos do ordenamento jurídico brasileiro ao idoso emerge, principalmente, da evolução dos Direitos Humanos no país, em consonância com documentos e tratados internacionais. Assim, atualmente, doutrina, legislação e jurisprudência caminham juntas em prol da proteção desse grupo populacional.

Como um dos reflexos desse amparo legal, pode-se apontar o dever de prestar alimentos ao idoso; que se fundamenta, em especial, no fato de que grande parte destes recebe, a título de aposentadoria, apenas um salário mínimo: Segundo dados da Previdência Social, em 2013, havia no país 3.381.164 aposentados urbanos idosos - com mais de sessenta anos. Destes, 1.740.995 recebiam o piso da previdência, ou seja, um salário mínimo nacional (BRASIL, 2013).

Pontua-se que, na idade compreendida por idoso, ou seja, sessenta anos ou mais, o custo de vida é consideravelmente maior, em razão, principalmente, de gastos médicos e medicamentosos. Nesse sentido, não raro, o valor recebido torna-se insuficiente para a manutenção de uma vida satisfatória.

Dessa forma, busca-se por meio deste capítulo, averiguar a natureza da obrigação alimentar em favor do idoso no Brasil, principalmente, seu caráter de solidariedade, traçando um paralelo entre os Direitos Humanos Internacionais e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, e o ordenamento jurídico pátrio.

Dignidade e envelhecimento no cenário internacional

A Assembleia Geral das Nações Unidas ao proclamar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, reconhece a necessidade de garantir a todos condições para uma vida digna, alicerçada nos princípios fundamentais da igualdade, liberdade, justiça e paz.

Percebe-se que no âmbito das nações signatárias, a promulgação da referida declaração (ONU, 1948), deflagrou tensões decorrentes dos debates em torno da implementação dos direitos humanos considerados universais.

Segundo Santos (2010), a dignidade humana é representada pelos povos por grande diversidade de princípios, concepções e práticas, que em sua maioria apresentam interpretações divergentes e contraditórias. Fenômeno que dificulta em muito, a implementação dos direitos sociais na comunidade internacional.

Ressalta-se que toda esta diversidade de interpretações por parte dos governos das nações exige uma atenção maior às questões emergenciais como a saúde, a alimentação e a segurança, dentre outros. Da mesma forma que torna-se relevante priorizar grupos em situação de vulnerabilidade como crianças, adolescentes, mulheres e idosos. Nota-se que as discussões internacionais que privilegiam políticas e ações garantidoras dos direitos humanos no contexto do envelhecimento são ainda modestas se comparadas às destinadas aos demais sujeitos. Verifica-se que a dignidade da pessoa idosa tende a ser reduzida ao cuidado com o corpo e, mais especificamente, a saúde e a alimentação.

Nas últimas décadas, os documentos produzidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), têm demonstrado esforços para assegurar o direito das pessoas de terem um padrão de vida que proporcione saúde e bem-estar por meio da alimentação,

vestuário, moradia, cuidados médicos, segurança e serviços sociais indispensáveis. Observa-se que a alimentação está presente em todos os documentos, sendo tratada como substancial para garantia da dignidade humana. Nesse sentido, devido ao baixo poder aquisitivo de grande parcela da população acima de 60 anos provocado pela falta de oportunidades e ao aumento de gastos com a saúde, dentre outros, torna-se notório a relevância desses documentos no que tange a garantia de qualidade de vida e dignidade da pessoa idosa.

A preocupação com a qualidade de vida do idoso começa a ser percebida na Resolução 46/91 – Princípios das Nações Unidas para o Idoso – em que versa sobre o direito da pessoa idosa de viver com dignidade e segurança, sem se tornar objeto de exploração e maus-tratos.

Essa preocupação novamente é presente no documento “Direitos Humanos e Pessoas Idosas” de março de 2002, no qual apresenta uma seção destinada a dignidade. O texto defende que as pessoas nesta faixa etária deveriam viver com dignidade e segurança, livres das explorações e dos maus-tratos físicos ou mentais.

Apesar do documento “Direitos Humanos e Pessoas Idosas” (ONU, 2002a) tratar da dignidade e da segurança, seu enfoque maior encontra-se no âmbito alimentar. O documento refere-se aos direitos à alimentação, à habitação, à água, ao vestuário e à saúde como princípio de “independência”.

O referido documento (ONU, 2002a) também ressalta que as pessoas idosas deveriam participar ativamente nos processos de formulação e aplicação de políticas públicas que afetem diretamente seu bem-estar, podendo compartilhar com as gerações mais jovens seus conhecimentos e capacidades. Em Assembleia Mundial realizada em Madri na Espanha, foi promulgado o Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento (ONU, 2002b), que

versa sobre a dignidade da pessoa idosa por meio de igualdade de acesso à alimentação, à moradia e à assistência médica, seja em situação de calamidade pública ou não.

Essa atenção voltada para a pessoa idosa se dá devido ao crescente aumento da população acima de 60 anos e aos baixos índices de natalidade. Nesse documento (ONU, 2002b) a igualdade de acesso dos idosos à alimentação e à água potável são tidas como objetivos e metas a serem cumpridos.

Nesse sentido, verifica-se um esforço maior voltado para a nutrição adequada, que segundo o Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, deve ser promovida desde a primeira infância e prosseguir até enquanto durar a vida. Visa-se “educar idosos e o público em geral, (...), sobre as necessidades nutricionais especiais de idosos, inclusive em relação ao consumo suficiente de água, calorias, proteínas, vitaminas e minerais,” (ONU, 2002b, p. 55).

O mais recente documento sobre envelhecimento foi apresentado pela Organização dos Estados Americanos (OEA). O Projeto de Resolução da Convenção Interamericana sobre a proteção dos Direitos Humanos dos Idosos, de 09 de junho de 2015, em seu artigo 6º estabelece o direito à vida e a dignidade na velhice, em que atribui sob a responsabilidade do Estado a adoção de “medidas necessárias para garantir ao idoso o gozo efetivo do direito à vida e o direito a viver com dignidade na velhice até o fim de seus dias, em igualdade de condições com outros setores da população” (OEA, 2015, p. 7).

A Convenção Interamericana (OEA, 2015) ainda prioriza a questão nutricional e alimentar. Segundo a qual, o idoso tem direito a um sistema integral de cuidados que proporcione dentre tantas necessidades, a de segurança alimentar e nutricional, permitindo que o mesmo tenha uma vida saudável e conseqüentemente uma qualidade de vida elevada.

Atribuir ao Estado a responsabilidade de adoção de medidas que garantam a qualidade de vida na senilidade, vem reforçar a necessidade da criação de políticas públicas que levem em consideração as especificidades da população com mais de 60 anos, visando o atendimento de tais necessidades. Essa ressalva da Convenção Interamericana (OEA, 2015) demonstra a fragilidade da promoção da igualdade de direitos dos idosos.

Observa-se que, em pouco tempo, a população mundial de idosos será maior do que a de jovens. Esse fato caracteriza a necessidade de se repensar a maneira com que as políticas públicas destinadas ao envelhecimento são administradas pelo Estado e pela sociedade.

Torna-se relevante, refletir sobre o envelhecimento a partir dos documentos internacionais que respaldam o atendimento ao idoso, para que se compreenda e atenda às necessidades físicas, sociais e psicológicas destes, assegurando-lhes qualidade de vida e dignidade.

É preciso que se deixe de considerar os idosos como um grupo social à parte, pois todos envelheceremos um dia, se tivermos a oportunidade. “Portanto, não consideremos os idosos como um grupo à parte, mas sim, como a nós mesmos seremos no futuro. E reconheçamos, assim, que todas os idosos são pessoas individuais, com necessidades e capacidades particulares, e não um grupo em que todos são iguais porque são velhos” (ONU, 2002b. p. 15).

Faz-se necessário possibilitar a inclusão plena dos idosos em todos os seguimentos da sociedade, para que estes contribuam para o desenvolvimento da mesma por meio de seus conhecimentos e vivências, evitando-se a “invisibilidade social” que tanto assombra a terceira idade.

A obrigação alimentar no ordenamento jurídico brasileiro

A proteção ao idoso é conferida pela Constituição Federal de forma a asseverar a responsabilidade da família, da sociedade e do Estado com tais indivíduos, conforme preleciona em seu artigo 230:

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. § 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares. § 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos (BRASIL, 1988).

De forma mais genérica, mas também nesse sentido, o artigo 3º, IV da Carta Magna assinala constituir um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

A velhice é considerada pela Constituição Cidadã como Direito Fundamental, como propõe Paulo Roberto Barbosa Ramos :

[...] a velhice é um direito humano fundamental, porque expressão do direito à vida com dignidade, direito essencial a todos os seres humanos. Ademais, a velhice cumpre uma função social de extrema importância, que é justamente a de facilitar a continuidade da produção humana na ordem dos valores, daquilo que pode justificar a vantagem de viver e assegurar a qualidade de vida (RAMOS, 2002, p. 49).

No que concerne especificamente à prestação de alimentos, a Constituição faz referência à obrigação da família e do Estado. Esta primeira, compreendida no artigo 229: “Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade” (BRASIL, 2015). Quanto ao poder público, o dever está atrelado a determinados requisitos que devem ser cumpridos, que são melhor dispostos no Estatuto do Idoso, norma que será analisada em tópico específico.

É importante asseverar que, muito embora a Carta Magna remeta à legislação infraconstitucional na proteção ao idoso, não é possível argumentar ausência de legislação para eximirem-se da obrigação aqui tratada, seja pela família ou pelo Estado.

No âmbito do Direito Privado, as prestações alimentícias são previstas pelo Código Civil em seus artigos 1.694 a 1.710. Dentre eles, destacam-se os artigos 1.696, que determina a reciprocidade da obrigação, entre pais e filhos, estendendo aos ascendentes, utilizando como parâmetro a proximidade em grau, uns na falta de outros, pontuando, nesse sentido, Flávio Tartuce (2014, p. 1052): “A reciprocidade da obrigação e do direito também existe entre pais e filhos, sendo extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns na falta de outros (art. 1.696 do CC)”; e ainda, o art. 1.697, o qual prevê que “Na falta dos ascendentes cabe a obrigação aos descendentes, guardada a ordem de sucessão e, faltando estes, aos irmãos, assim germanos como unilaterais” (BRASIL, 2002).

Os pressupostos da prestação alimentar, para que esta torne-se exequível, estão previstos no artigo 1.695 também do Código Civil, quais sejam: a existência do vínculo de parentesco; a necessidade do requerente, vale dizer, do alimentado; e a possibilidade do requerido, ou seja, do alimentando. É o que se observa do texto

in verbis: “Art. 1.695. São devidos os alimentos quando quem os pretende não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção, e aquele, de quem se reclamam, pode fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu sustento”. É o que a doutrina chama de binômio necessidade/possibilidade, como bem orienta Maria Berenice Dias (2015, p. 605):

Tradicionalmente, invoca-se o binômio necessidade-possibilidade, perquirindo-se as necessidades do alimentando e as possibilidades do alimentante para estabelecer o valor do pensionamento. No entanto, essa mensuração é feita para que se respeite a diretriz da proporcionalidade. Por isso se começa a falar, com mais propriedade, em trinômio: proporcionalidade-possibilidade-necessidade. O critério mais seguro para resguardar o princípio da proporcionalidade é mediante a vinculação aos rendimentos do alimentante. Dessa maneira, fica garantido o reajuste dos alimentos no mesmo percentual dos ganhos do devedor, afastando-se discussões acerca da defasagem dos valores da pensão.

Também é o entendimento dos tribunais do país, como pode ser observado em decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em outubro deste ano de 2015, a saber:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE ALIMENTOS. FILHA MENOR. BINÔMIO NECESSIDADE-POSSIBILIDADE. 1. A fixação dos alimentos deve ser pautada no binômio necessidade-possibilidade, conforme dispõe o § 1º do artigo 1694 do CC. Portanto, do cotejo entre estes dois fatores, quais sejam, necessidade da menor e recurso do alimentante, proporcionalmente

considerados, deve-se chegar a um valor que atenda às partes, tendo por norte o mínimo existencial que assegure ao alimentado a preservação da sua dignidade.

2. A genitora da autora também deve arcar com o sustento de sua prole, sobretudo em razão de ainda se encontrar em idade produtiva e possuir perfil econômico-financeiro capaz de prover sua subsistência e contribuir com o sustento da menor.

3. O fato da mãe da demandante não trabalhar não confere o direito de ser sustentada inteiramente por seu pai, desonerando, assim, sua representante legal.

4. Mesmo que consideradas as responsabilidades equiparadas de ambos os genitores, a sentença ora vergastada fixou os alimentos em importância que representa 77% (setenta e sete por cento) dos valores apontados na exordial com despesas com a menor.

5. Mesmo que capaz de prover integralmente as necessidades da autora, tal ônus não deve ser imposto inteiramente ao réu, sobretudo diante do perfil sócio-econômico da genitora da demandante, representado no imóvel de alto padrão econômico, localizado em área nobre da cidade de Niterói, além do carro de luxo, revelando que o seu padrão de vida da mãe é muito superior do quadro de penúria ilustrado em suas peças processuais.

6. Nessa circunstância, além da necessidade da recorrente e da possibilidade do recorrido, deve-se também levar-se em conta a razoabilidade do provimento jurisdicional perquirido, parâmetro observado pelo magistrado sentenciante, não merecendo reforma a sentença nesse ponto. Precedentes do TJRJ.

7. Recurso que não segue.

(TJ-RJ - APL: 00766586920148190002 RJ 0076658-69.2014.8.19.0002, Relator: DES. JOSE CARLOS PAES, Data de Julgamento: 16/10/2015, DÉCIMA QUARTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 20/10/2015 12:12) (RIO DE JANEIRO, 2015).

É importante salientar que a decisão que determina a prestação de alimentos não tem cogência eterna, eis que, modificada a realidade financeira do alimentante ou do alimentando, é possível que seja proposta Ação Revisional de Alimentos, nos termos do artigo 1.699 do Código Civil. Afirma Paulo Lôbo (2015, p. 390), que no tangente ao alimentante, pode ocorrer uma hipótese negativa, quando este tem reduzidos seus recursos ou bens, ou ainda, com a constituição de uma nova família e os encargos provenientes desta, e tem como objetivo a diminuição do valor pago a título de alimentos; pode ser positiva, quando possuiu crescimento financeiro/econômico, possibilitando que a obrigação seja majorada.

No que concerne ao alimentando, a hipótese pode ser positiva quando o mesmo teve uma melhoria de vida a ponto de lançar mão de parte dos alimentos ou de sua totalidade; e negativa, quando teve uma piora, de modo a prescindir de um aumento na prestação.

O artigo 265 do Código Civil preleciona que a solidariedade não pode ser presumida, mas sim prevista expressamente por lei ou por ação volitiva das partes. Sendo assim, não se pode dizer que a prestação de alimentos impõe-se solidária. Dessa maneira, é necessário destacar que a despeito das disposições do artigo 1.696, resta afirmar que a mesma se dá de forma subsidiária, também entendendo o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, a saber:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXONERAÇÃO. ALIMENTOS PRESTADOS PELOS AVÓS PATERNOS. INEXISTÊNCIA DE CONDIÇÕES FINANCEIRAS. COMPROMETIMENTO DO PRÓPRIO SUSTENTO. PROVIMENTO NEGADO. NÃO COMPROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO PARA PIOR NA CAPACIDADE ECONÔMICA. INSURGÊNCIA. LOCALIZAÇÃO DO PAI DAS CRIANÇAS. CONDIÇÕES ECONÔMICAS SUFICIENTES À ASSUNÇÃO DO ENCARGO. PROVA DOCUMENTAL. EXONERAÇÃO DEVIDA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA E NÃO SOLIDÁRIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO. PRAZO PARA A EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO. - A obrigação alimentar dos avós para com os netos é de natureza sucessiva, substitutiva e subsidiária, o que significa que só se perfaz em hipóteses específicas quando os pais ou não possuem capacidade econômica para prover o sustento dos próprios filhos ou não são encontrados para tanto. - Porque não se trata de dever solidário, não basta à configuração da responsabilidade avoenga a simples omissão ou negativa dos genitores. Imprescindível é a existência de obstáculo a impedir a prestação dos alimentos. - Se o pai das crianças é localizado e em condições financeiras suficientes à ostentação do encargo, razões inexistem à manutenção da obrigação imposta aos avós. - Embora constitua a medida a ser adotada, a exoneração não pode se dar de forma imediata. Providência desta espécie submeteria os alimentados à situação de desamparo e de desproteção - prática inadmissível. Forçosa é, pois, a fixação do prazo de 6 (seis) meses para a

extinção da obrigação. (TJ-SC - AC: 539684 SC 2008.053968-4, Relator: Edson Ubaldó, Data de Julgamento: 05/08/2009, Câmara Especial Regional de Chapecó, Data de Publicação: Apelação Cível n. , de Palmitos) (SANTA CATARINA, 2009).

Nesse sentido, o artigo 1.698 do Código Civil, traz a previsão da concorrência na prestação dos alimentos nas hipóteses em que, aquele quem os deve não puder adimpli-los; imputando a responsabilidade àqueles parentes em grau imediato, que concorrerão em razão da proporcionalidade de sua possibilidade. Traz ainda, a hipótese de inclusão de coobrigados na lide.

O estatuto do idoso como instrumento especial de determinação da obrigação alimentar ao idoso

A prestação alimentar é prevista pelo Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03) entre os artigos 11 e 14, sendo utilizado, no que couber, e prescindir, o Código Civil e a Lei de Alimentos (Lei nº 5.478/68). No que diz respeito aos aspectos processuais, deve-se valer dos artigos 732 a 735 e 852 a 854 do Código de Processo Civil.

É necessário salientar que, muito embora todos esses dispositivos versem sobre o mesmo assunto, em razão do princípio da especialidade, os dispositivos do Estatuto do Idoso devem prevalecer em detrimento dos demais, nas palavras de Fernando Capez (2014, p. 90):

O princípio da especialidade possui uma característica que o distingue dos demais: a prevalência da norma especial sobre a geral se estabelece *in abstracto*, pela comparação das definições abstratas contidas

nas normas, enquanto que os outros exigem um confronto concreto das leis que descrevem o mesmo fato.

O referido estatuto traz algumas inovações no tocante às prestações alimentícias, se destacando o artigo 12, no que diz respeito à estipulação da solidariedade quando o alimentando for idoso, *in verbis*: “Art. 12. A obrigação alimentar é solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores” (BRASIL, 2003). Dessa forma, também entende os tribunais pátrios, em especial o Superior Tribunal de Justiça, em decisão proferida pela Terceira Turma no ano de 2006:

DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE ALIMENTOS PROPOSTA PELOS PAIS IDOSOS EM FACE DE UM DOS FILHOS. CHAMAMENTO DA OUTRA FILHA PARA INTEGRAR A LIDE. DEFINIÇÃO DA NATUREZA SOLIDÁRIA DA OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS À LUZ DO ESTATUTO DO IDOSO. - A doutrina é uníssona, sob o prisma do Código Civil, em afirmar que o dever de prestar alimentos recíprocos entre pais e filhos não tem natureza solidária, porque é conjunta. - A Lei 10.741/2003, atribuiu natureza solidária à obrigação de prestar alimentos quando os credores forem idosos, que por força da sua natureza especial prevalece sobre as disposições específicas do Código Civil. - O Estatuto do Idoso, cumprindo política pública (art. 3º), assegura celeridade no processo, impedindo intervenção de outros eventuais devedores de alimentos. - A solidariedade da obrigação alimentar devida ao idoso lhe garante a opção entre os prestadores (art. 12). Recurso especial não conhecido. (STJ - Resp:

775565 SP 2005/0138767-9, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 13/06/2006, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 26/06/2006 p. 143RDR v. 40. p. 441) (BRASIL, 2006).

Assim, extrai-se do voto da relatora do Recurso Especial supracitado, Nancy Andrichi, que não resta dúvida acerca da conferência da responsabilidade solidária nos termos em que preceitua a Lei 10.741/03, conferindo ao idoso, uma prestação jurisdicional mais célere e com absoluta prioridade, evitando a morosidade processual que poderia decorrer do ingresso dos demais devedores na lide (BRASIL, 2006).

Dessa maneira, não se aplicará à hipótese, o artigo 1.698 do Código Civil; eis que, em razão da solidariedade, quando demandados, os devedores deverão responder integralmente pela obrigação, vale dizer que esta é indivisível. Respeitando, por óbvio, a proximidade por grau, trata o artigo 12 do Estatuto, daqueles previstos nos artigos 1.694, *caput* e 1.697 do Código Civil, ou seja, cônjuges, companheiros, pais filhos e ainda, ascendentes. É o que afirma Dias (2015, p. 594):

Explicita o Estatuto que a obrigação alimentar é solidária (El 12). A assertiva solve antiga controvérsia doutrinária. O fato de a lei estabelecer a subsidiariedade do dever concorrente não exclui a solidariedade, sendo possível chamar a juízo os demais obrigados (CC 1.698). O encargo entre os parentes, que também tem origem na solidariedade familiar (CC 1.694), com a ressalva existente no Estatuto do Idoso (12), autoriza a convocação dos demais obrigados à demanda.

Desse modo, infere-se que ao idoso, confere-se a possibilidade de demandar em face do parente que melhor lhe convier, que terá a obrigação de cumprir com o valor total arbitrado, ou até mesmo a mais de um para que seja alcançado o montante desejado. Caso não seja possível a prestação da obrigação alimentar por parentes, conforme o que aduz o artigo 14¹ do Estatuto do Idoso, tal veiculação será estatal, ficando o Poder Público obrigado a cumprir com o papel de provedor do idoso por meio de programa assistencial, reiterando tal fato, o artigo 34² do mesmo instrumento legal. Nesse sentido, assevera Merilany Gelsleichter (2010, p. 405):

O art. 14 faz referência ao âmbito da assistência social, na hipótese de os familiares não possuírem condições de prover o sustento do idoso. Será o benefício de 1 salário mínimo, nos termos da LOAS, como reiterado no art. 34 do próprio Estatuto. Ocorre que o dispositivo altera a regra anterior de 67 anos para a idade de 65, constituindo o marco definitivo utilizado pelo INSS para a concessão do benefício atualmente.

Confere a legislação pátria, legitimidade ao Princípio da Proteção Integral à Pessoa Idosa, como dispõe Andréia Gomes Pires (2014, p. 4): “Assim, visa assegurar-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade, dignidade e felicidade”.

1 Art. 14. Se o idoso ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao Poder Público esse provimento, no âmbito da assistência social.

2 Art. 34. Aos idosos, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social – Loas.

Dispositivo também importante nesse seara é o artigo 13 da Lei 10.741/03, que as transações relativas às prestações de alimentos podem ser celebradas juntamente com a Defensoria ou o Ministério Público e terão força de título executivo extrajudicial. Damásio de Jesus (2005), no entanto, chama a atenção para o caráter indisponível dos alimentos, podendo ser transacionado apenas seu valor, de forma que não pode ser renunciado, por exemplo. Dessa forma, tal possibilidade garante que mesmo aqueles que não possuem condições financeiras para a deflagração de uma demanda judicial, tenham seu direito assegurado.

É importante asseverar que aos alimentos deferidos em favor do idoso também será possível ação revisional, bem como previsto pelo já citado artigo 1.699 do Código Civil. E ainda, em consonância com o que dispõe a Lei de Alimentos – 5.478/68, também será possível, como pontua seu artigo 4^o³, a fixação de alimentos provisórios.

E ainda, a pensão deverá ser calculada, em percentual, com base nos provimentos do alimentante, considerando apenas as verbas permanentes; ou ainda, com base no salário mínimo (DISTRITO FEDERAL, 2009). Caso não seja adimplida a obrigação, é possível a prisão civil do devedor, como bem assevera o artigo 733⁴

3 Art. 4º As despachar o pedido, o juiz fixará desde logo alimentos provisórios a serem pagos pelo devedor, salvo se o credor expressamente declarar que deles não necessita. Parágrafo único. Se se tratar de alimentos provisórios pedidos pelo cônjuge, casado pelo regime da comunhão universal de bens, o juiz determinará igualmente que seja entregue ao credor, mensalmente, parte da renda líquida dos bens comuns, administrados pelo devedor.

4 Art. 733. Na execução de sentença ou de decisão, que fixa os alimentos provisionais, o juiz mandará citar o devedor para, em 3 (três) dias efetuar o pagamento, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo. § 1º - Se o devedor não pagar, nem se escusar, o juiz decretar-lhe-á a prisão pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses. § 2º - O cumprimento da pena não exime o devedor do pagamento das prestações vencidas e vincendas. § 3º - Paga a prestação alimentícia, o juiz suspenderá o cumprimento da ordem de prisão.

do Código de Processo Civil, ou ainda, invocar o 244⁵ do Código Penal, alterado pela Lei de Alimentos em 1968, que configura o crime de abandono material, para os casos mais graves, em que o alimentante tem efetivamente o dolo de abandonar o alimentando, como propõe decisão proferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo neste ano de 2015, a saber:

ABANDONO MATERIAL. Apelo defensivo pela absolvição. Necessidade. Ausência de prova acerca do dolo específico de abandonar imotivadamente. Apelante que trabalha como lavrador, afirmando perceber cerca de duzentos ou trezentos reais por mês, condenado por Juízo Cível a pagar mensalmente um salário mínimo de pensão a seus quatro filhos. Submetido a prisão civil por diversas vezes. Caso em que todos os envolvidos se encontram em situação de extrema pobreza. Impossibilidade de imposição de condenação criminal.

Insuficiência de provas acerca da voluntariedade (falta de justa causa) do abandono. Apelo provido para absolvê-lo com fulcro no artigo 386, VII, CPP. (TJ-SP - APL: 00089640620108260495 SP 0008964-06.2010.8.26.0495, Relator: Otávio de Almeida Toledo, Data de Julgamento:

5 Art. 244. Deixar, sem justa causa, de prover a subsistência do cônjuge, ou de filho menor de 18 (dezoito) anos ou inapto para o trabalho, ou de ascendente inválido ou maior de 60 (sessenta) anos, não lhes proporcionando os recursos necessários ou faltando ao pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada; deixar, sem justa causa, de socorrer descendente ou ascendente, gravemente enfermo: Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa, de uma a dez vezes o maior salário mínimo vigente no País. Parágrafo único - Nas mesmas penas incide quem, sendo solvente, frustra ou ilide, de qualquer modo, inclusive por abandono injustificado de emprego ou função, o pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada.

17/07/2015, 5ª Câmara Criminal Extraordinária. Data de Publicação: 17/07/2015) (SÃO PAULO, 2015).

Por fim, faz-se necessário pontuar que a obrigação alimentar pode cessar em razão do casamento, união estável ou concubinato do credor ou sua ação indigna em relação ao devedor, por disposição do artigo 1.708 do Código Civil.

Considerações finais

A proteção ao idoso é conferida não apenas em âmbito nacional, muito pelo contrário, é elevada ao *status* de objeto de tutela também pelos Direitos Humanos em nível internacional, de forma que ganhou tratamento na Declaração Universal dos Direitos Humanos, ainda na primeira metade do século XX.

Tal fato decorre, principalmente, da Dignidade da Pessoa Humana, que deve conferir ao indivíduo, e especialmente ao idoso, qualidade de vida e segurança, por meio, não apenas de um contexto legal, mas também, por políticas públicas implementadas com tal fim. Assim sendo, um dos instrumentos utilizados no Brasil para assegurar o objetivo citado, é a obrigação alimentar, devida ao idoso, por sua família e também pelo Estado.

Os alimentos têm previsão em mais de uma norma jurídica pátria, de forma de demonstra a importância e necessidade de sua cogência. Nesse sentido, a Constituição Federal, o Código Civil, o Estatuto do Idoso e as leis próprias tratam do assunto e dão a ele imposição legal. Muito embora grande parte das pessoas se confunda na obrigação de prestar alimentos, atribuindo-a apenas aos genitores em prol dos filhos menores, ela também existe dos filhos e outros familiares, em benefício do idoso, inclusive,

com natureza solidária. Dessa maneira, infere-se que o idoso tem resguardado o direito a receber alimentos de sua família ou do Estado, como uma das medidas protetivas que o envolve. É indivíduo que conta com especial tutela em razão das peculiaridades que a avançada idade impõe ao longo da vida e, como dito, não apenas proteção nacional, mas também legitimada na seara internacional.

Referências

- BRASIL. **Anuário Estatístico da Previdência Social**. Ministério da Previdência Social, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social. Brasília : MPS/DATAPREV: 2013.
- _____. **Código Civil de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em 17 de novembro de 2015.
- _____. **Código de Processo Civil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869compilada.htm. Acesso em 17 de novembro de 2015.
- _____. **Código Penal**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De12848compilado.htm. Acesso em 17 de novembro de 2015.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em 15 de novembro de 2015.
- _____. **Estatuto do Idoso**. Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741.htm. Acesso em 17 de novembro de 2015.
- _____. **Lei 5.478 de 25 de julho de 1968**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5478.htm. Acesso em 17 de novembro de 2015.
- _____. **Superior Tribunal de Justiça**. Disponível em <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/7154356/recurso-especial-resp-775565-sp-2005-0138767-9>. Acesso em 17 de novembro de 2015.
- CAPEZ, Fernando. **Direito Penal – Parte Geral**. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 10 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
- DISTRITO FEDERAL, Tribunal de Justiça. TJ-DF - APL: 56514220088070008 DF 0005651-42.2008.807.0008, Relator: Carmelita Brasil, Data de Julgamento: 22/04/2009, 2ª Turma Cível, Data de Publicação: 06/05/2009, DJ-e p. 158.
- GELSLEICHTER, Merilany. **A obrigação alimentar em favor da pessoa idosa: uma análise da solidariedade passiva como construção de uma nova dignidade**. Revista da ESMESC, v. 17, n. 23, 2010.
- JESUS, Damásio de. **Estatuto do Idoso anotado – Lei 10.741/03: Aspectos civis e administrativos**. São Paulo: Damásio de Jesus, 2005.
- LÔBO, Paulo. **Direito Civil – Famílias**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- PIRES, Andréia Gomes. **A importância do Estatuto do Idoso na efetivação do princípio da igualdade material**. Revista Jurídica FAIMI, a. 3 v. 8, 2014.
- RAMOS, Paulo Roberto Barbosa. **Fundamentos constitucionais do direito à velhice**. Florianópolis: Letras contemporâneas, 2002.
- RIO DE JANEIRO, Tribunal de Justiça. Disponível em <http://tj-rj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/245726012/apelacao-apl-766586920148190002-rj-0076658-6920148190002>. Acesso em 17 de novembro de 2015.
- SANTA CATARINA, Tribunal de Justiça. Disponível em <http://tj-sc.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/6551245/apelacao-civel-ac-539684-sc-2008053968-4>. Acesso em 17 de novembro de 2015.

- SÃO PAULO, Tribunal de Justiça. Disponível em <http://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/210163668/apelacao-apl-89640620108260495-sp-0008964-0620108260495>. Acesso em 18 de novembro de 2015.
- TARTUCE, Flávio. **Direito Civil 5 – Direito de Família**. 9 ed. São Paulo: Gen, 2014.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um Ocidente não-ocidentalista? A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal**. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2010.
- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Projeto de Resolução**: Convenção Interamericana sobre a proteção dos Direitos Humanos dos Idosos. Washington: Conselho Permanente, 9 de junho de 2015. Disponível em <http://www.pastoraldapessoaidosa.org.br/images/stories/pdf/convencao-interamericana-sobre-a-protecao-dos-direitos-humanos-dos-idosos-OEA.pdf>. Acesso em 27 de outubro de 2015.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Plano de Ação Internacional sobre o envelhecimento**. Madri: 2002b. Disponível em http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_manual/5.pdf. Acesso em 27/10/2015. Acesso em 27 de outubro de 2015.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 46/91**. Princípios das Nações Unidas para o Idoso de 16 de dezembro de 1991. Disponível em http://direitoshumanos.gddc.pt/3_15/IIIPAG3_15_1.htm. Acesso em 27 de outubro de 2015.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Direitos Humanos e Pessoas Idosas**. Portugal: Centro de Informação das Nações Unidas para Portugal, março de 2002a. Disponível em https://www.unric.org/html/portuguese/ecosoc/ageing/D_H_Pessoas_Idosas.pdf. Acesso em 27 de outubro de 2015.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. ONU: 1948. Disponível em <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>. Acesso em 27 de outubro de 2015.



Brasil Multicultural Editora

Criada em 2015, nossa editora assume o desafio de publicar trabalhos culturais e científicos de relevância para a sociedade, e que contemplem temas de repercussão na comunidade acadêmica. Pretende-se priorizar obras de autoria de jovens pesquisadores.

Linha Editorial:

- Educação;
- Direito e Cidadania;
- Psicologia;
- Comunicação e Linguagens;
- Inclusão Social;
- Multiculturalismo;
- Gestão e Ética Empresarial.

editora@brasilmulticultural.com.br

Esta obra foi composta na tipologia ITC Veljovic Std. Book 11/16 e foi impressa em papel Pólen Soft® 80 grs./m², na primavera de 2015.



O livro *Envelhecimento em foco: abordagens interdisciplinares II* é a continuidade das experiências e trabalhos de pesquisas de profissionais de diversas áreas do conhecimento, do Laboratório de Estudos da Educação e da Linguagem - LEEL e do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF. Esta é uma obra interdisciplinar que conta a contribuição de diferentes linhas de pesquisas que voltaram seu olhar sobre as questões que envolvem o envelhecimento humano, haja visto o crescimento acelerado da população com 60 anos de idade ou mais. Dessa forma, os capítulos desta obra abordam o envelhecimento por meio de perspectivas inovadoras e relevantes, apontando possibilidades para o atendimento das necessidades dos idosos, favorecendo um envelhecimento com qualidade.



Apoio

